

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

SANDRA REIMÃO

**Repressão e resistência:**  
**censura a livros na ditadura militar**

São Paulo

2011

SANDRA REIMÃO

**Repressão e resistência:**  
**censura a livros na ditadura militar**

Tese apresentada à Escola de Artes Ciências  
e Humanidades da Universidade  
de São Paulo em concurso para obtenção  
do título de Livre-Docente.  
Especialidade: Comunicação e Cultura  
(volume único)

**São Paulo**  
**2011**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Biblioteca)

Reimão, Sandra Lucia Amaral de Assis

Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar / Sandra Lucia Amaral de Assis Reimão. – São Paulo, 2011

127 f. : il.

Tese (Livre Docência em Comunicação e Cultura) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo

1. Censura – 1964-1985 - Brasil. 2. Livros - Brasil. 3. Ditadura - Brasil. 4. Liberdade de expressão - Brasil. 5. Liberdade de imprensa - Brasil. I. Título.

CDD 22.ed. – 303.3760981

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

**Reimão, S., Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**

**RESUMO:** Este estudo aborda a censura oficial à cultura e às artes e, especificamente, a livros de ficção de autores brasileiros durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). No primeiro capítulo delineamos um panorama histórico da atuação censória dos governos militares e também buscamos identificar os livros de autores brasileiros vetados. Nos capítulos seguintes nos detemos em alguns casos de vetos censórios a livros de ficção de autores brasileiros, destacadamente, *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva e *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós. Abordamos também os vetos aos contos “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan, e “O cobrador”, de Rubem Fonseca. A pesquisa utilizou fontes bibliográficas e documentais, destacadamente pareceres dos Serviços de Censura de Diversões Públicas (SCDP) e da Divisão de Censura de Diversões Públicas, DCDP. O estudo dos atos censórios em relação a livros nos possibilita delinear alguns elementos dos mecanismos de censura e também refletir sobre a repercussão da censura no universo da produção da cultura brasileira.

Palavras chave: censura, livros, ditadura militar brasileira.

**Reimão, S. , Repression and Resistance – Censorship of books during the Military Dictatorship**

**ABSTRACT:** This work’s aim is to analyze the government’s official censorship regarding cultural and artistic activities, especially fiction books by Brazilian authors during the military regime (1964-1985). In the first chapter, besides tracing a historical panorama of the military regime’s censorship activities, we relate our search in identifying those books which were in some way vetoed by the government. In the following chapters, we take a closer look at fiction books by Brazilian authors that were censored. Namely: *Feliz Ano Novo* (*Happy New Year*, by Rubem Fonseca); *Zero* (by Ignácio de Loyola Brandão); *Dez Estórias Imorais* (*Ten Imoral Stories*, by Aguinaldo Silva); *Em Câmara Lenta* (*In slow-motion*, by Renato Tapajós). We also discuss the vetoes regarding two short-stories: “Mister Curitiba” (“Mister Curitiba”, Dalton Trevisan), and “O Cobrador” (“The charger”, by Rubem Fonseca). This research made extensive use of the appropriate literature and relevant documents, markedly official statements by SCDP/DCDP (the responsible organ for censorship). By conducting this study, we believe that we can trace some of the mechanisms inherent to censorship, as well as provide a discussion of its repercussion in the larger panorama of Brazilian culture.

Keywords: censorship, books, Brazilian military dictatorship.

**Sandra Reimão**

**Repressão e resistência:**  
**censura a livros na ditadura militar**

**Sumário**

Apresentação.....	2
I - Ditadura militar e censura a livros – Brasil, 1964-1985.....	8
1. Cultura, livros e censura – um breve panorama.....	8
2. Censura a livros – Brasil, 1968-1988.....	16
3. Autores nacionais e censura.....	22
• Teatro em livros.....	28
• Livros não ficcionais.....	32
• Livros eróticos/ pornográficos.....	38
• Romances, contos, poesia.....	41
4. Cultura, livros e censura – uma observação geral.....	45
II – Dois livros censurados: <i>Feliz Ano Novo e Zero</i> .....	48
III – Aguinaldo Silva, um escritor censurado: o livro <i>Dez Estórias Imorais</i> .....	61
IV – Livro e prisão – o caso <i>Em Câmara Lenta</i> , de Renato Tapajós.....	75
V – Os contos “Mister Curitiba” e “O Cobrador” nos concursos de contos da Revista <i>Status</i> .....	87
Considerações finais.....	100
Bibliografia.....	112
Anexos.....	121

**Sandra Reimão**

**Repressão e resistência:  
censura a livros na ditadura militar**

**Apresentação**

Uma das primeiras providências da maioria dos regimes autoritários é censurar a liberdade de expressão e opinião, uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes.

Durante a vigência da censura prévia, regulamentada em 1970 pelo Decreto-Lei 1077/70<sup>1</sup> para “livros e periódicos, (...) diversões e espetáculos públicos bem como à programação das emissoras de rádio e televisão”, era problemático noticiar a própria censura. A Polícia Federal, em 04/06/1973, elaborou um inequívoco texto a respeito:

De ordem superior, fica terminantemente proibida a publicação de críticas ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como qualquer notícia, crítica, referência escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada contra órgão de censura, censores e legislação censória<sup>2</sup>.

A existência da censura a jornais, no entanto, era notória para as parcelas mais esclarecidas da população: “A existência da censura prévia à imprensa era vista pelo regime como algo proibido de ser mencionado. Sendo de conhecimento notório de um público restrito, determinava um pacto mantido em segredo mas não em total sigilo”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> No artigo “ ‘Prezada censura’; Cartas ao Regime Militar” Carlos Fico enfatiza que esse decreto era claramente voltado para “a moral e os bons costumes” . Além disso, afirma o autor, visava especialmente livros, revistas, rádio e televisão e não tanto jornais.

<sup>2</sup> Paolo Marconi. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)* ,p.37. Estudando o acervo de matérias censuradas na revista *Veja*, Maria Fernanda Lopes Almeida, em *Veja sob Censura – 1968-1976*, notou que o tema da censura foi o segundo assunto mais censurado na revista.

<sup>3</sup> Beatriz Kushnir. *Cães de Guarda*, p.42.

Impedidos de noticiar que haviam sido censurados, os jornais recorriam a expedientes tais como publicar, nos espaços das matérias suprimidas, material “estranho” e “inadequado”. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou poesias várias no lugar das matérias censuradas e a partir de 26/07/1974 passou a publicar, nesses espaços, trechos de *Os Lusíadas*, de Camões –o que ocorreu mais de 600 vezes<sup>4</sup>. O mesmo *O Estado de S. Paulo* publicou, em 10 de maio de 1973, na primeira página, um “anúncio” da Rádio Eldorado com o slogan *Agora é samba* ao lado de uma “carta de leitor” que versava sobre a inexistência de rosas azuis – os espaços destinavam-se originalmente a notícias sobre a renúncia do ministro da Agricultura. Lembremos que a censura prévia era, muitas vezes, feita no jornal já diagramado, com a composição já paginada, e que refazer eliminando espaços deixados pelos textos censurados implicaria gastos e tempo extras.



*O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1973 (metade superior da 1ª página). O anúncio do programa da rádio Eldorado “Agora é Samba” substitui matéria sobre o pedido de demissão do Ministro da Agricultura, Luis Fernando Cirne Lima, com críticas ao governo.

<sup>4</sup> Ver livreto que acompanha a edição fac-símile d’*Os Lusíadas*, de Camões, publicado pela Ed. Takano em 2002 por ocasião da publicação da edição número 7 de *A Revista*.

Indicando as lacunas deixadas pela ação da censura, o *Jornal da Tarde* publicava receitas culinárias, a revista *Veja*, figuras de demônios, *A Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, mantinha os espaços em branco (estratégia não vista com bons olhos pelos censores) e os semanários *Opinião* e *Movimento* publicavam tarjas pretas<sup>5</sup>.

**O ministro vai à escola**

Quando o ex-ministro João Pinheiro, 54 anos, deixou o Ministério de Estradas, no primeiro dia 23, para apresentar o projeto de lei que cria o Instituto Brasileiro de Estradas, pelo caminho da unidade de ensino, poderia entrar pelo um dos dois: com o lema "aproveitar a experiência" ou "aproveitar a experiência". O ministro não está decidido sobre qual dos dois a escolher: se o "aproveitar a experiência" ou o "aproveitar a experiência".

Para chegar ao nível de Anísio, Pinheiro, que já não sabe mais de "aproveitar a experiência", deveria passar pelo vestibular, como qualquer outro, pois em alguns casos do nível superior — a Escola de Comércio e Indústria de São Paulo — os candidatos são submetidos a exames de nível de ensino médio e a nível de ensino médio de nível superior. Os candidatos a nível de ensino médio são submetidos a exames de nível de ensino médio e a nível de ensino médio de nível superior.

**INAUGURAÇÕES**  
**2000 km de asfalto**

O espírito da unidade de ensino, de aproveitamento da experiência, foi o lema da inauguração de 2000 km de asfalto em São Paulo, quando o governador de São Paulo, Paulo Carneiro Neves, inaugurou o trecho de 100 quilômetros da estrada de São Paulo, entre a Estação de São Paulo e a Estação de São Paulo.

**Uso de asfalto — Revoluções e inovações tecnológicas** — Revoluções e inovações tecnológicas, como a invenção do asfalto, foram o lema da inauguração de 2000 km de asfalto em São Paulo, quando o governador de São Paulo, Paulo Carneiro Neves, inaugurou o trecho de 100 quilômetros da estrada de São Paulo, entre a Estação de São Paulo e a Estação de São Paulo.

**Capturada pela nossa objetiva, uma das últimas aparições do demônio**

**Belzebu e Asmodeo no tempo em que reinavam**

VEJA, 20 DE FEVEREIRO, 1974

Revista *Veja*, 2 de fevereiro de 1974, p. 22. As ilustrações com demônios preenchem os espaços de textos censurados. Legendas: “Capturada pela nossa objetiva, uma das últimas aparições do demônio”; “Belzebu e Asmodeo no tempo em que reinavam”

\*\*\*\*\*

No Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), a censura oficial do Estado em relação a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes

<sup>5</sup> Ver *Idem*, p.13.

e espetáculos públicos foi exercida, em geral, pelo Ministério da Justiça (MJ) destacadamente por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), e da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A partir de 1970, livros e revistas também passaram a ser examinados pelos SCDP/DCDP. Documentos remanescentes desses departamentos encontram-se atualmente no Arquivo Nacional em Brasília.

Este estudo aborda a censura oficial à cultura e às artes e, especificamente, a livros de ficção de autores brasileiros durante a ditadura militar brasileira.

O estudo dos atos censórios em relação a livros nos possibilita delinear alguns elementos dos mecanismos de censura e também refletir sobre a repercussão da censura no universo da produção da cultura brasileira.

Concebemos a censura como parte de um aparelho de coerção e repressão que resultou em enormes prejuízos para o exercício da cidadania e da cultura.

No primeiro capítulo, “Ditadura militar e censura a livros no Brasil (1964-1985)”, delinea-se um panorama histórico da atuação censória dos governos militares em relação à cultura, às artes e aos livros. Nesse capítulo também buscamos identificar os livros de autores brasileiros vetados pela censura.

A partir do quadro geral traçado no capítulo inicial, passamos, nos capítulos seguintes, a nos deter em alguns casos de vetos censórios a textos de ficção de autores brasileiros.

O segundo capítulo tem por tema a censura aos livros *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, e *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, ocorridas em meados da década de 1970. São casos exemplares no sentido de que ambas se deram por processos de denúncias, como era comum na época.

O veto ao livro *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva, publicado em 1967, é o assunto do terceiro capítulo. Um caso muito específico no qual o exame do livro

pelo SCDP e a decisão de veto se deram nove anos depois da publicação do livro. Nossa hipótese é que as atuações posteriores de Aguinaldo Silva como colaborador de publicações em franca oposição à ditadura militar e sua militância pelos direitos de minorias deram mais visibilidade para o autor e motivaram uma nova empreitada da censura do SCDP em relação a ele.

O quarto capítulo enfoca a censura ao livro *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós (publicado em maio de 1977 pela editora Alfa-Ômega), caso único de autor preso durante a ditadura militar por causa do conteúdo de um livro.

Por fim, no quinto capítulo, o estudo das diferentes reações da Revista *Status* frente à proibição da publicação dos contos “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan, em 1976, e “O cobrador”, de Rubem Fonseca, em 1978, possibilitou-nos detalhar a existência de diferentes momentos da atividade censória durante a ditadura militar brasileira. O fato de esses contos terem sido vetados para publicação em revista, mas não o terem sido para publicação em livro é um exemplo concreto de que a censura durante a ditadura militar teve atuações diferenciadas, não só nos distintos períodos como também em relação aos diversos meios de comunicação.

\*\*\*\*\*

Nos últimos anos, por inúmeras ocasiões, apresentei e discuti partes deste trabalho com alunos e orientandos. Agradecendo a Eduardo Razuk e Karin Muller, busco representar todos eles.

De diferentes formas, por colaborações várias, empréstimos de material e informações, agradeço a: Adolpho Queiroz, Alais Coluchi, Alcides Fontes, Erick Vieira, Igor Silva Alves, Isaac Epstein, Marcos Nobre, Sergio Manabu e Sonia Reimão.

Agradeço também aos entrevistados: Prof. Antonio de Andrade; Prof. Álvaro Peterson; Fernando Mangarielo, editor; Ignácio de Loyola Brandão, escritor; J. A. de Granville Ponce, jornalista e editor; Prof. José Carlos Estevão; José Mindlin, bibliófilo; José Neumane Pinto, jornalista e escritor; Prof. Leonildo Silveira Campos; Profa. Marisa Lajolo; Raul Castels, editor e livreiro e Renato Tapajós, escritor.

Ana Claudia Gruszynski, Bárbara Heller e demais colegas do Grupo de Pesquisa Produção Editorial da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - discutiram e contribuíram com suas observações na elaboração dos trabalhos aqui reunidos.

Sem o apoio e a assistência dos funcionários do Arquivo Nacional de Brasília, em especial Carlos Marx Gomide Freitas, esse trabalho não teria sido possível.

Alguns caros amigos estiveram presentes e muito contribuíram no processo de elaboração desse trabalho: Aníbal Bragança, Antonio de Andrade, Dorothée du Bruchard, Helena Bonito Couto Pereira, Joana Puntel, João Elias Nery, José Antonio Pasta, Maria Otilia Bocchini, Mônica de Fátima Rodrigues Nunes e Wilson Merege.

Para Ricardo e João Marcelo.

---

Essa pesquisa se tornou possível graças ao Auxílio Projeto de Pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; à Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e também às ações de apoio à pesquisa docente da USP – Universidade de São Paulo.

---

## **I . Ditadura militar e censura a livros – Brasil, 1964-1985**

### **1. Cultura, livros e censura – um breve panorama**

O golpe militar de 31 de março de 1964 ocorreu após um período de cerca de vinte anos de democracia. Nesse período pré-1964, consolidou-se no país uma reflexão social de ideário esquerdista presente em boa parte do conjunto das atividades culturais e artísticas nacionais.

Ao assumirem o governo federal “a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo”, os militares, “para surpresa de todos” não investiram contra esta produção cultural de esquerda. Por isso, entre 1964 e 1969, a paradoxal convivência de uma ditadura de direita com uma ampla presença de produções culturais de esquerda foi a característica marcante do panorama cultural brasileiro. Como descreveu Roberto Schwarz no clássico estudo “Cultura e política 1964-1969”: “apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”<sup>6</sup>. É a este período que Elio Gaspari denomina “ditadura envergonhada”.

Durante os primeiros quatro anos da ditadura militar, portanto, conviviam um governo “de direita” e obras que faziam críticas a este mesmo regime, presentes nas telas de cinema, nos teatros, nos shows e nas livrarias.

Em 21 de maio de 1964, uma equipe liderada por Millôr Fernandes lançou a revista *Pif-Paf*: “O *Pif-Paf* em revista foi a primeira iniciativa editorial de resistência ao arbítrio do regime policialesco (...)” caracterizou Jânio de Freitas na edição fac-

---

<sup>6</sup> No livro *Pai de Família e Outros Estudos*, p. 62. Também são desse texto as citações no início do parágrafo.

similada da coleção do periódico. Ou, como prometeu a própria revista, “Em todos os números do *Pif- Paf* falaremos da Liberdade. É um assunto que nos tem presos”.

Em julho de 1964, o lançamento de *O Ato e o Fato*, de Carlos Heitor Cony, também se transformou em um ato de resistência “além de ter batido o recorde de frequência para uma noite de autógrafos, assinando 1600 exemplares, viu a primeira edição esgotar-se em poucas semanas”<sup>7</sup>.

Em 1965, logo em seguida à publicação de *O Ato e o Fato*, Nelson Werneck Sodré, em um artigo publicado na revista *Civilização Brasileira* número 1, comentava que as crônicas de Cony, reunidas em livro, “encontraram repercussão enorme”<sup>8</sup>. No mesmo artigo, o autor enfatiza que “a crônica, no Brasil, ganhou, na imprensa, um lugar específico: alguns de nossos melhores escritores freqüentam o gênero”.

Dois romances publicados entre 1964 e 1968 se destacam por serem analíticos e críticos ao sistema vigente: *Quarup*, de Antonio Callado, publicado pela Editora Civilização Brasileira, e *Senhor Embaixador*, de Érico Veríssimo, publicado pela Editora Globo de Porto Alegre.

A estratégia básica do governo militar, no que tange à circulação das produções culturais entre 1964 e 1969, foi, como salientou R. Schwarz, a de “preservar a produção cultural” mas “liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa”<sup>9</sup>.

Fique claro que não podemos considerar a farta produção cultural engajada politicamente durante o período pós-1964 como uma afirmação de que a censura incentivaria a criatividade; o que aconteceu foi o exato contrário: “o movimento cultural destes anos é uma espécie de floração tardia, fruto de dois decênios de democratização”, como escreveu Roberto Schwarz.

---

<sup>7</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*, p. 143.

<sup>8</sup> N. Werneck Sodré. “Prosa brasileira em 1964: balanço literário”. Revista *Civilização Brasileira*, número 1, pp. 159-60.

<sup>9</sup> Roberto Schwarz. “Cultura e política 1964-1969” no livro *Pai de Família e Outros Estudos*, p. 63.

Na realidade, entre 1964 e 1968, entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física.

As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisada, efetuadas por pessoas mal treinadas para este tipo de operação, e eram justificadas através da necessidade de garantir a Segurança Nacional e a ordem moral. Objetivava confiscar todo material considerado *subversivo*, contra o Regime, ou *pornográfico*, contra a família e os costumes<sup>10</sup>.

Um editorial do *Jornal do Brasil* de 22 de janeiro de 1966 reclamava da falta de critérios nas apreensões de livros que estava transformando estas ações em “peças modelares da ignorância”<sup>11</sup>.

O presidente Castello Branco “procurava assegurar a liberdade de expressão, respeitando a imprensa estabelecida e as manifestações culturais”<sup>12</sup>, mas pouco fazia contra grupos de extrema direita que executavam violentas ações anticomunistas. “Todo o esforço que o grupo moderado de Castello Branco fazia para apresentar ao mundo um regime militar diferenciado das *Banana Republics*, respeitoso portanto em relação às instituições, sumia a cada intervenção desastrada desses militares, chamados ‘gorilas’ pela esquerda”<sup>13</sup>.

Entre 1964 e 1968, o alvo predileto da atuação aleatória das forças de repressão no que tange à apreensão, coação e censura de livros foi o editor Ênio Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira. Ênio Silveira, que chegou a publicar “um livro e

---

<sup>10</sup> Alexandre Stephanou. *Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*, p. 215.

<sup>11</sup> *Apud*, Alexandre Stephanou. *Censura no Regime Militar ...*, p. 214.

<sup>12</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*, p. 229.

<sup>13</sup> Inimá Simões. *Roteiro da Intolerância*, p. 87.

meio por dia, útil ou não, quer dizer 45 livros por mês”<sup>14</sup>, foi preso várias vezes, processado outras tantas e viu a Editora Civilização Brasileira ser invadida e sua produção editorial apreendida.

Em maio de 1965, a prisão do editor provocou um manifesto assinado por cerca de mil pessoas ligadas ao universo da cultura. Ênio Silveira ficou detido nove dias, sob a acusação formal de ter escondido o ex-governador Miguel Arraes de Pernambuco, deposto pelo Regime Militar. “A prisão, determinada pelo Coronel-Intendente Gerson de Pina, objetivava intimidar o editor”<sup>15</sup>. Antes disso, em junho de 1964, a editora já havia sido alvo de uma perícia para verificar se havia em seu capital dinheiro do governo deposto ou de algum organismo internacional “de esquerda”.

Elio Gaspari descreve assim a reação do então presidente Castello Branco ao episódio da prisão de Ênio Silveira em maio de 1965:

Castello (...) mandou ao general Ernesto Geisel quatro folhas de bloco manuscritas tratando do assunto (...). Dizia o presidente ao seu Chefe de Gabinete Militar: ‘Por que a prisão do Ênio? Só para depôr? A repercussão é contrária a nós (...) Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural.

A expressão “terrorismo cultural” foi criada por Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) e era “ridicularizada pelo governo e pelos intelectuais que o apoiavam”<sup>16</sup>.

Em um corajoso e claro ato de resistência ao governo militar, em maio de 1966, a Editora Civilização Brasileira impetrou mandado de segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública questionando as várias ações confiscatórias de livros. Estes confiscos eram feitos sem bases legais, sem inquéritos policiais. O mandado inicia questionando a legalidade de tais procedimentos:

---

<sup>14</sup> Jerusa P. Ferreira (org.). *Editando o Editor. Ênio Silveira*, p. 105.

<sup>15</sup> Alexandre Stephanou. *Censura no Regime Militar...*, p. 227. Para o restante do parágrafo, ver p. 226.

<sup>16</sup> Ver Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*, pp. 231, e 96-7 e 220.

Trata-se de saber se o governo tem o arbítrio de apreender os livros que bem entende, sob ridículos pretextos, como se não houvesse leis no País (...) trata-se de saber, em suma, se estão com razão os que afirmam que a revolução de 1964 inaugurou no país uma época de arbítrio, de intolerância, de prepotência e de opressão<sup>17</sup>.

O mandado afirma que se poderia deduzir que houve três grupos de livros apreendidos: 1) “os que foram apreendidos por equívoco” - por falsa indução em relação ao assunto devido ao título ou às ilustrações; 2) “os que foram apreendidos porque se referem ao marxismo” e 3) “os que foram apreendidos porque se referem à revolução de abril ou a políticos por esta perseguidos”. Neste último grupo (livros que teriam sido considerados como denegridores da Revolução de 1964) estariam *Primeiro de Abril*, de Mário Lago, *O Golpe de Abril*, de Edmundo Moniz, *O golpe Começou em Washington*, de Edmar Morel, e *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré.

Depois de apresentar uma série de argumentos sobre a ilegalidade do ato de apreensão de livros, por fim o Mandado conclui:

a digna autoridade (que fez as apreensões) procura justificar-se com a simples alegação de que as obras são subversivas. Tal alegação não só não está acompanhada por qualquer elemento de convicção, como pode facilmente ser desmentida por qualquer pessoa de rudimentar inteligência e cultura, que tenha lido os livros apreendidos.

Muitos anos mais tarde, Ênio Silveira rememora assim estas apreensões:

Ao todo eles apreenderam mais de trinta títulos nossos, só isso já basta para dar uma dimensão terrível em termos empresariais. Eles invadiam nosso depósito, iam às livrarias, recolhiam livros e sumiam com eles. Movi uma ação contra o governo (...) Foi um período terrível.

---

<sup>17</sup> Há uma reprodução integral na revista *Civilização Brasileira*, número 9/10, pp.291-7.

Nós éramos atacados de todas as maneiras possíveis e imagináveis, cerceados: intimidação a livreiros e gráficos, apreensão de livros<sup>18</sup>.

Também ocorrido no período entre 1964 e 1968, não pode deixar de mencionar outro episódio de terrorismo cultural de direita dirigido ao mundo editorial: a série de ações do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que “organizou pessoalmente o expurgo de bibliotecas, queimou livros de Eça de Queiroz, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge Amado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro”<sup>19</sup>. Flávio Suplicy de Lacerda foi, segundo Elio Gaspari, “o mais catastrófico dos ministros da Educação na história da pedagogia nacional”<sup>20</sup>.

Entre as ações “destrambelhadas” da direita para intimidar aos que eles chamavam “comunistas” algumas atingiram o nível do folclore, entre elas, no mundo editorial pode-se citar a apreensão, em uma feira de livros em Niterói, de exemplares da encíclica *Mater et magistra*, do papa João XXIII<sup>21</sup>.

Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo de Sérgio Porto, captava e transcrevia, com humor, estas ações “destrambelhadas” da direita tanto em suas crônicas no jornal *Última Hora* quanto em seus livros. Seus *FEBEAPAS - Festival de Besteira que Assola o País*, 1 e 2, de 1966 e 1967 respectivamente, mostravam essas incongruências absurdas. Nas crônicas de Stanislaw, disse Werneck Sodré, “sob a irreverência e a malícia, há muito mais seriedade e profundidade do que em geral se julga”<sup>22</sup>.

Outro episódio: em outubro de 1966 o ministro da Justiça do Presidente Castello Branco, Carlos Medeiros Silva, baixou uma portaria declarando proibida a edição, distribuição e venda, assim como ordenando a apreensão, do romance *O*

---

<sup>18</sup> Jerusa P. Ferreira. *Editando o Editor. Enio Silveira*, p. 71.

<sup>19</sup> Alexandre Stephanou. *Censura no Regime Militar ...*, p. 223

<sup>20</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada.*, p. 225.

<sup>21</sup> Elio Gaspari. *Idem*, p. 221.

<sup>22</sup> N. Werneck Sodré. “Prosa brasileira em 1964: balanço literário” *Civilização Brasileira*, número 1, p.159.

*Casamento*, de Nelson Rodrigues. O livro havia sido publicado no mês anterior pela Editora Eldorado de Alfredo Machado e vendera oito mil exemplares nas duas primeiras semanas de setembro, “pau a pau com o novo romance de Jorge Amado, *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, que a outra editora de Machado, a Record, também acabara de lançar”<sup>23</sup>.

Nelson Rodrigues reagiu em entrevista ao *Jornal do Brasil*:

Essa é uma medida odiosa e analfabeta (...) Vou espernear com todas as minhas forças, porque, não estamos no faroeste e ainda há leis no Brasil que devem ser respeitadas. Eu acredito que a Justiça imporá a obra nas livrarias. Outra esperança que tenho, apesar de tudo, é a de que não assistirei à queima pública do meu livro como numa cerimônia nazista<sup>24</sup>.

Ruy Castro comenta sobre o fato:

A proibição de *O Casamento*, além de ser uma descarada transgressão constitucional, era ainda mais perigosa porque abria um precedente: permitiria que, a partir dali, qualquer autoridade administrativa (...) se sentisse no direito de proibir e apreender livros que não lhe agradassem. E tudo isso, como se dizia, ao arrepio da lei.

Apesar da arbitrariedade da ordem, ela foi cumprida. “Agentes do DOPS saíram pelas livrarias de Rio, São Paulo, Brasília, Curitiba e Porto Alegre apreendendo *O casamento*. A colheita foi magra porque as duas primeiras edições, de três mil e cinco mil exemplares, já estavam esgotadas”. O editor não imprimiu, na época, uma terceira edição que estava planejada. Nelson Rodrigues entrou com um mandado de segurança contra o ato de proibição da edição, distribuição e venda de seu romance. Julgado o mandado decidiu-se pela liberação: em abril de 1967 o Tribunal Federal de

---

<sup>23</sup> Ruy Castro. *O Anjo Pornográfico. A Vida de Nelson Rodrigues*, p. 350.

<sup>24</sup> Entrevista reproduzida em Ruy Castro. *Idem*, p. 351.

Recursos confirmou a sentença “considerando o ato do ministro da Justiça uma ‘ilegalidade máxima’. *O Casamento* estava livre de novo”<sup>25</sup>.

Um pouco antes do golpe militar de 1964, em 1963, o Juizado de Menores impedira a transmissão da telenovela, redigida por Nelson Rodrigues, *A Morta sem Espelho*, às oito e meia da noite e transferira-a para o horário das onze e meia. *A Morta sem Espelho* foi a primeira telenovela diária de autoria de escritor brasileiro na televisão nacional, uma vez que as anteriores foram escritas por autores estrangeiros. A telenovela *25499 Ocupado*, primeira telenovela diária nacional que começou a ser transmitida em meados de junho de 1963 pela TV Excelsior, baseava-se em um texto de um autor argentino, seu diretor, Tito Di Miglio, também era de nacionalidade argentina<sup>26</sup>.

Em 1964, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, a peça *Toda Nudez Será Castigada*, de Nelson Rodrigues, foi interdita, apesar do sucesso que tivera anteriormente em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador. E esse foi apenas mais um dos episódios da complexa e tumultuada relação Nelson Rodrigues com os governos militares pós-1964.

Em 1968, o terrorismo de direita provocou, segundo os cálculos de Elio Gaspari, dezessete atentados, catorze explosões e um assalto a banco. Editoras e livrarias estavam entre os alvos: foram atingidas a Editora Tempo Brasileiro, a Editora Civilização Brasileira e a Livraria Forense<sup>27</sup>.

Embora espaços do universo dos livros, editoras, livrarias, fossem alvos de vandalismo de direita, não houve nos primeiros anos após o golpe militar de 1964 a estruturação de um sistema único de censura a livros. Essa ausência de uma regulamentação censória em relação a livros faz com que entre os *best-sellers* de 1968

---

<sup>25</sup> Ruy Castro. *Idem*, p. 351 (para censura) e p. 367 (para liberação).

<sup>26</sup> Ismael Fernandes. *Memória da Telenovela Brasileira*, pp. 36 e 39.

<sup>27</sup> Ver Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*, pp. 328 e 301.

constem, por exemplo, clássicos do pensamento nacional de esquerda, como *Um Projeto para o Brasil*, de Celso Furtado, e clássicos internacionais da literatura erótica, como *Kama Sutra*, literatura hindu de fisiologia e moral sexual, *Filosofia na Alcova*, do Marquês de Sade e *Minha Vida, Meus Amores*, de Henry Spencer Ashbee, relato autobiográfico de um colecionador de arte erótica<sup>28</sup>.

## **2.Censura a livros – Brasil, 1968-1988**

Em maio de 1961 o então presidente Jânio Quadros concedeu aos Estados o direito de exercer a censura, simultaneamente à legislação que, desde 1946, dava à Polícia Federal a responsabilidade de realizar a censura prévia a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral. “O decreto gerou uma confusão de poderes (...) alguns filmes eram proibidos em São Paulo, e liberados na Guanabara, e vice-versa. Resultado: uma guerra de liminares, mandados de segurança...”<sup>29</sup>.

Em abril de 1965 foi inaugurado um novo prédio para o Departamento Federal de Segurança Pública, onde atuaria o Serviço de Censura e Diversões Públicas - SCDP, em Brasília. Essa edificação indica o desejo do governo federal de centralizar as atividades censórias. “Legalmente, a censura era jurisdição do Departamento de Polícia Federal; na prática, todos os órgãos militares de segurança se achavam no direito de proibir (...) diferentes autoridades, dos mais altos postos ao simples funcionário público, buscavam vetar produções culturais ou artísticas”<sup>30</sup>. A Constituição outorgada de 1967 oficializou a centralização da censura como atividade do Governo Federal, em Brasília. A lei número 5.536 de 1968 inclui novelas

---

<sup>28</sup> Ver Sandra Reimão. *Mercado Editorial Brasileiro*, pp. 43-50.

<sup>29</sup> Alexandre Stephanou. *Op. cit.*, p.269. Para início do parágrafo, ver p. 261.

<sup>30</sup> Alexandre Stephanou. *Idem*, p. 293. Para o início deste parágrafo, ver p. 244.

televisivas no conjunto do material a ser examinado pelo Conselho Superior de Censura.

Quando o Ato Institucional número 5 foi decretado, as atividades censórias já se encontravam centralizadas no Governo Federal.

Duas grandes manifestações públicas ocorridas Rio de Janeiro contra as arbitrariedades do regime militar antecederam a decretação do AI-5: a manifestação “Cultura contra Censura”, em fevereiro de 1968, que reuniu membros da classe teatral para manifestarem sua indignação contra a proibição da encenação de oito peças<sup>31</sup> e, alguns meses mais tarde, aquela que ficou conhecida como “A Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968<sup>32</sup>.

Sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. Em nome da “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”,<sup>33</sup> o presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional número 5 – AI-5. A edição deste ato tornou possível cassar mandatos, suspender direitos políticos, suspender garantias individuais e criou condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas. Começa aí o período chamado “anos de chumbo” ou, para usarmos a nomenclatura utilizada por Elio Gaspari, a “ditadura escancarada”.

Nas memórias de Zuenir Ventura expressas no livro *1968, O Ano que não Terminou*, o autor escreve que no início de 1968 não se poderia supor que se iniciaria aí um dos períodos mais obscuros da história recente do país:

Com algum otimismo, encontravam-se boas razões para se esperar um feliz 68. A efervescência criativa de 67 não era por certo mau sinal.

---

<sup>31</sup> Ruy Castro. *Op. cit.*, p.370.

<sup>32</sup> Ver Zuenir Ventura. *1968, O Ano que não Terminou*, pp. 155-165.

<sup>33</sup> *Consideranda* do AI-5

*Terra em transe, Quarup, o Tropicalismo, Alegria, alegria, O rei da vela*, talvez fossem só o começo. Além do mais, o movimento estudantil (...) vinha se reorganizando (...)<sup>34</sup>.

Outro dos momentos privilegiados de 1967 foi o III Festival Record de Música Popular Brasileira, em que os vencedores foram: *Ponteio*, de Edu Lobo (1º lugar) e *Roda Viva*, de Chico Buarque (3º lugar) e *Domingo no Parque*, de Gilberto Gil, e *Alegria, Alegria*, de Caetano Veloso (2º e 4º lugares, respectivamente) – as duas últimas podendo ser consideradas “certidões de nascimento” do Tropicalismo musical.

No dia 1º de janeiro de 1969, o Presidente Costa e Silva explicou, por transmissões televisivas e radiofônicas, a necessidade do AI-5 para manutenção da ordem e da segurança. E,

Quinze dias depois cassava 38 mandatos legislativos e suspendia por dez anos os direitos políticos de 28 deputados federais, dois senadores e um vereador. Determinou ainda a aposentadoria de três ministros do Supremo Tribunal Federal e de um do Supremo Tribunal Militar, além da suspensão dos direitos políticos da diretora do matutino carioca *Correio da Manhã*; dois meses depois assinava a cassação de mais 95 parlamentares<sup>35</sup>.

O ano de 1969 foi um ano de

(...) cassações em massa, rígido controle dos movimentos operários e estudantis, recrudescimento da censura, instituição da pena de morte e prisão perpétua para crimes políticos e inauguração, no país, da prática de seqüestros por parte de guerrilheiros urbanos. (...) As atividades culturais passaram a ser rigorosamente vigiadas e artistas de projeção nacional (...) tiveram de deixar o país<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> Zuenir Ventura. *Op. cit.*, pp.19-20.

<sup>35</sup> Revista *Visão*, 11 de março de 1974, especial “Assim se passaram dez anos”, p. 46.

<sup>36</sup> *Idem*.

Não é possível precisar o número de prisões que se seguiram à decretação do AI-5. Zuenir Ventura estima algo em torno de algumas centenas de pessoas efetivamente presas: “algumas centenas de intelectuais, estudantes, artistas, jornalistas (...) recolhidos às celas do DOPS, da PM e aos vários quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em todo o país”<sup>37</sup>.

Em 12 de dezembro de 1968, o general Jayme Portella de Mello “determinou à Polícia Federal que se preparasse para calar as emissoras de rádio e televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo”<sup>38</sup>. Em Brasília, foi preso o jornalista Carlos Castello Branco; no Rio de Janeiro, Osvaldo Peralva, diretor do jornal *Correio da manhã*<sup>39</sup>, também foi preso. Em 13 de dezembro de 1968, os encarregados da censura invadiram redações em vários pontos do País, inclusive as redações do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*, e realizaram uma *blitz* geral. As prisões da véspera “foram atos de violência destinados muito mais a garantir o sucesso do golpe do que a assegurar a permanência do regime”. A partir de 13 de dezembro houve fortes intervenções da censura no jornal *O Estado de S. Paulo*, sendo que entre 1972 e 1975 censores foram instalados diretamente na redação<sup>40</sup>; o mesmo aconteceu, durante 10 anos, no jornal *Tribuna da Imprensa*. A revista *Veja* também foi informada, em dezembro de 1969, que, semanalmente, deveria submeter um exemplar impresso para exame por um determinado militar, que liberaria ou suspenderia a circulação daquela edição<sup>41</sup>.

Correlatamente à censura à imprensa, floresceu a chamada imprensa alternativa, ou nanica. “Os dois semanários impressos em papel jornal que mais se

---

<sup>37</sup> Zuenir Ventura. *Op. cit.*, p. 290.

<sup>38</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*, p. 211 a 219. Idem para a continuação do parágrafo.

<sup>39</sup> Menos de um ano depois, em setembro de 1969, por falta de outras opções, a proprietária do jornal, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, se viu forçada a ceder o controle do jornal e arrendá-lo a um empreiteiro.

<sup>40</sup> Jornal *O Estado de S. Paulo* 31/03/2004, p. H8. Caderno Especial “Março de 64”.

<sup>41</sup> Elio Gaspari. *Idem*, p. 169.

destacavam, *O Pasquim* e *Opinião* (...), vendiam em torno de 100 mil exemplares, quase todos nas bancas. Era uma circulação superior às das revistas *Veja* e *Manchete* somadas”<sup>42</sup>.

Aos poucos, a presença de censores nas redações foi retirada da maioria dos jornais e o controle foi exercido mais diretamente sobre os proprietários dos veículos de comunicação.

A mordaza imposta à imprensa a partir de dezembro de 1968 era confusa, onipotente e errática. Passada a *blitz* do AI-5, os censores foram dispensados, a tesoura foi instrumentalizada através de sucessivos encontros de autoridades com proprietários de empresas jornalísticas. Criou-se, assim, uma rotina de comunicações entre a Censura e as empresas, quase sempre informal, telefônica<sup>43</sup>.

Somente se pode dizer, no entanto, que houve o fim da censura prévia à imprensa em junho de 1978, quando os jornais *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo* (da Arquidiocese de São Paulo) e *Movimento* foram finalmente liberados deste ritual<sup>44</sup>.

Em 13 de outubro de 1978 foi promulgada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional número 11 que revogava, a partir de 1º de janeiro de 1979, o AI-5.

Nos dez anos de vigência do AI-5 (13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978), segundo estimativas apresentadas por Zuenir Ventura, 1607 cidadãos foram atingidos diretamente e explicitamente por este Ato com punições – como cassação, suspensão direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público<sup>45</sup>. No que tange ao cerceamento da produção artística e cultural, nos dez anos de vigência do AI-5 foram censurados, ainda segundo dados apresentados por Zuenir Ventura, “cerca de

---

<sup>42</sup> Elio Gaspari. *Idem*, p. 219.

<sup>43</sup> Elio Gaspari. *Idem*, p. 218.

<sup>44</sup> Pery Cotta, P., *Calandra. O Sufoco da Imprensa nos Anos de Chumbo*, p. 144.

<sup>45</sup> Estimativa citada na matéria “Março de 64 - durante” publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 31/03/2004, p.H3, fala em números bem maiores: “Entre 1964 e 1985 (...) foram cassados – estima-se que em torno de 3.500 pessoas – exilados, presos, torturados e mortos”.

500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revista, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas”<sup>46</sup>.

A censura à imprensa, durante os dez anos de vigência do AI-5 faz com que este seja “o mais prolongado período de censura da história do Brasil independente”<sup>47</sup>.

Antes de assumir a Presidência, em 1974, o presidente Ernesto Geisel, falara em restabelecer a ordem e em seu projeto de uma “lenta, gradativa e segura distensão”<sup>48</sup>. Mesmo assim, segundo Thomas Skidmore “o fim do período Geisel não era de modo algum certo”.

Quando Geisel finalmente assumiu a presidência em 1974, poucos membros do público, mesmo os mais bem informados, poderiam ter previsto o desenlace (...) Durante o primeiro ano de Geisel, a ferocidade da linha dura só se intensificou (...) Embora ele não desaprovasse, por princípio, medidas repressivas, ele queria acabar com elas em seu próprio mandato<sup>49</sup>.

Geisel, o único dos presidentes pós-AI-5 que “não fez a promessa (de restaurar as franquias democráticas), acabou com a ditadura”<sup>50</sup>.

Não se pode esquecer que durante os chamados anos de chumbo (1969-1974), “o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais”, o Brasil vivia altas e inéditas taxas de crescimento econômico e um regime de pleno emprego – era o chamado “Milagre Brasileiro” .“O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se”<sup>51</sup>. Nestes anos iniciais da década

---

<sup>46</sup> Zuenir Ventura. *Idem*, p. 285.

<sup>47</sup> Elio Gaspari. *Idem*, p. 218.

<sup>48</sup> Ver Elio Gaspari. *Idem*, p. 26.

<sup>49</sup> Thomas Skidmore. “Capítulo de uma queda articulada”. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 23/11/2003, D5.

<sup>50</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*, p. 35.

<sup>51</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*, p. 13.

de 1970, entre 1970 e 1973, em que o Brasil, sob a presidência de Médici, viveu o clima do Brasil “grande potência” e a política do “desenvolvimento acelerado”, o Produto Interno Bruto cresceu anualmente 11,3% e o produto industrial a 12,7%<sup>52</sup>. Essas taxas começam a decair a partir de 1974 e iniciou-se um processo de desaceleração da economia, entre outros motivos, pelo fator exógeno do primeiro choque do petróleo de 1973.

Durante o “Milagre Brasileiro”, entretanto, como observou Elio Gaspari, ao êxito econômico não correspondeu progresso político algum. Pelo contrário, entendeu-se que a ditadura era, se não a causa, indiscutivelmente a garantia da prosperidade. O controle da imprensa desempenhou um papel essencial na cantata desse ‘Brasil Grande’ e na supressão dos conflitos que abrigava<sup>53</sup>.

### **3) Autores nacionais e censura**

A censura prévia, já anteriormente regulamentada para cinema, televisão, teatro, espetáculos públicos, música e rádio, e prática presente em várias revistas e jornais impressos, se expandiu e para a totalidade do mercado editorial depois da centralização do Serviço de Censura de Diversões Públicas - SCDP, em Brasília.

A censura prévia para livros foi regulamentada pelo Decreto-lei 1077/70. Os artigos 1 e 2 deste Decreto estavam assim redigidos:

**Art. 1º** Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação; **Art. 2º** Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

---

<sup>52</sup> Ver Luis C. B. Pereira. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. 1930-1983, p. 218.

<sup>53</sup> Elio Gaspari. *Idem*, p. 210.

Depois de anunciar o que deveria ser censurado o mesmo decreto versa sobre as sanções:

**Art. 3º** Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. (...) **Art. 5º** A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal.

A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro, para operacionalizar o Decreto 1077/70, determinava que todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas para o Ministério da Justiça para julgamento. A reação adversa de editores, escritores, intelectuais e associações da sociedade civil – entre elas a Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil e a Academia Brasileira de Letras – foi grande, relata-nos, entre outros, Antonio Costela no livro *O Controle da Imprensa no Brasil*, publicado no calor da hora, em 1970, pela Editora Vozes.

Liderando a oposição à censura prévia para livros destacaram-se Jorge Amado e Érico Veríssimo, líderes também de vendagens na época, que declararam publicamente “em nenhuma circunstância mandaremos os originais de nossos livros aos censores, nós preferimos parar de publicar no Brasil e só publicar no exterior”<sup>54</sup>.

A incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações em geral levou o governo a recuar e a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B, a Instrução número 1-70 de 24 de fevereiro que explicita que “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”.

---

<sup>54</sup> Derek Jones (ed.). *Censorship. A World Encyclopedia*, volume I, p. 46

Foi um avanço democrático conseguido pelas forças sociais do momento a regulamentação de que deveriam ser enviados para o exame censório apenas as publicações que “versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”, mas é claro, também, que os limites para decidir se um texto enfoca ou não, engloba ou não, tangencia ou não, temas de moralidade pública, bons costumes ou sexo, são limites bastante móveis – e essa mobilidade permitiu que relevantes obras – teóricas, conceituais e ficcionais – fossem alvos de rigorosos atos censórios.

Na prática, a censura a livros dava-se, segundo uma descrição publicada na revista *Veja* de 29/12/1976, da seguinte forma:

Alguém que tenha lido um livro, autoridade ou não, e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo, faz uma denúncia ao Ministério. Instala-se, então, um processo no qual é dada a um assessor do ministro da Justiça a tarefa de ler a publicação e emitir parecer. Com base neste, o ministro decreta ou não a apreensão.(...) A tarefa passa a seguir para a Polícia Federal que deve providenciar o recolhimento dos exemplares à venda.

Apesar dos censores trabalharem, no que tange a censura de livros, respondendo a denúncias, mesmo assim, continua a descrição da revista *Veja*, “as superintendências regionais da Polícia Federal costumam receber livros para censura prévia, de editoras que temem uma apreensão posterior à publicação”.

A censura prévia para todos os livros seria inexecutável. Uma matéria da revista *Visão* de 11 de março de 1974 salienta esta impossibilidade técnica: “só em 1971 foram lançados no Brasil 9.950 títulos novos, que exigiriam um número incalculável de censores”<sup>55</sup>. O número de pessoas atuando como censores federais passou de

---

<sup>55</sup> Revista *Visão*, 11/03/1974, especial “Assim se passaram dez anos”, p. 150.

dezesseis funcionários em 1967 para 240 ao final do regime militar<sup>56</sup>. Mesmo com este inchaço, entretanto, a censura prévia de todo o mercado editorial brasileiro era algo não executável. A maioria da atividade de censura em relação a livros dava-se, na prática, por denúncias.

Nos primeira metade da década de 1970, no chamado “Milagre Brasileiro”, a edição de livros cresceu em número de títulos editados e também em número de exemplares. Em 1972, o Brasil ultrapassou, pela primeira vez, a barreira de um livro por habitante ao ano. Em 1972 a população brasileira era de 98 milhões de habitantes e foram produzidos 136 milhões de livros – 1,3 livros por habitante. Para entender esse crescimento é preciso levar em conta, entre outros indicadores básicos, a queda da taxa de analfabetismo de 39% para 29% na população com mais de cinco anos de idade, entre os anos de 1970 e 1980<sup>57</sup>.

Os dados gerais sobre a ação da censura a livros neste período são conflitantes: Zuenir Ventura, em *1968 O Ano que não Terminou*, indica, como já citamos, que entre 1968 e 1978 foram censurados 200 livros; um levantamento realizado pela equipe de pesquisadores do Centro Cultural São Paulo e publicada no livro *Cronologia das Artes em São Paulo- 1975-1999*, volume 1 – *Quadro Brasil*, indica, esses mesmos números<sup>58</sup>.

Diferentemente do livro de Zuenir Ventura e da *Cronologia das Artes* citada acima, Deonísio da Silva no livro *Nos Bastidores da Censura* indica 430 livros proibidos pela censura durante o regime militar<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> Alexandre Stephanou. *Censura no Regime Militar ...*, p. 246

<sup>57</sup> Sandra Reimão. *Mercado Editorial Brasileiro*, pp. 59-61 a partir de dados extraídos dos *Anuários Estáticos do Brasil e Censos Demográficos* do IBGE.

<sup>58</sup> *Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995*, Volume I – *Quadro Brasil*, p. 41.

<sup>59</sup> A mesma lista também foi publicada pelo autor (apenas com a exclusão de um título) no número 34 da Revista *Escrita* em um texto denominado “Os livros banidos pela Revolução”. Há, nesta listagem, muitos casos especialmente de literatura aparentemente pornográfica em que não nos foi possível identificar a nacionalidade do autor indicado. Alguns nomes como Lili Lamont supomos ser pseudônimos.

Na listagem de obras censuradas durante o regime militar apresentada por Deonísio da Silva em *Nos Bastidores da Censura*<sup>60</sup>, cerca de 98 dos títulos são de livros de autores brasileiros. Destes, 8 (oito) são textos teatrais censurados para publicação em livro, 19 (dezenove) são livros de não ficção e cerca de 70 (setenta) são textos literários. Entre os 70 textos literários referidos acima cerca de 60 (sessenta) são eróticos/ pornográficos.

---

Em Brasília, no subsolo do prédio do Arquivo Nacional, encontram-se os documentos que restaram da Divisão de Censura de Diversões Públicas. Em 1988, com a promulgação da nova Constituição, que baniu a censura, a DCDP foi desativada e sua documentação transferida para o Arquivo Nacional. A DCDP foi substituída pelo Departamento de Justiça e Classificação e os censores, quando possível, foram aproveitados no serviço público como delegados ou peritos.

Em 1997, Inimá Simões ao buscar documentos sobre censura no cinema registrou assim o tamanho do arquivo:

me deparei com milhares de processos registrando a passagem de filmes brasileiros e estrangeiros pela Censura Federal (...) O primeiro passo a considerar foi o tamanho da empreitada (...) Restou a opção de estabelecer um recorte de material e trabalhar em um esquema de amostragem<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Depois de eliminados 35 títulos sem indicação de autoria e livros de 14 autores em relação aos quais não nos foi possível identificar a nacionalidade

<sup>61</sup> Inimá Simões. *Roteiro da Intolerância*. p. 13

Esse trabalho de Inimá Simões, que delimitou seu foco em alguns processos de censura de filmes, foi publicado em 1998 pelas editoras Senac e Terceiro Nome com o título *Roteiro da Intolerância. A censura cinematográfica no Brasil*.

A pesquisadora Leonor Souza Pinto que coordena um grupo de pesquisa que analisa e constrói um banco de dados sobre pareceres de censores em relação a obras cinematográficas (disponível no endereço eletrônico [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br)) também decidiu trabalhar por amostra intencional com um universo de 175 processos de filmes. No fundo DCDP há pastas sobre filmes que contêm mais de 30 documentos: roteiros, certificados de censura, autorizações para exibições especiais, comunicados de indeferimento de pedidos de exibição na televisão e outros.

A preservação e organização do arquivo com os documentos da extinta DCDP estão, desde 1988, a cargo de três funcionários que se incumbiram pessoalmente da transferência, manutenção e catalogação do material.

Quando a DCDP foi desativada é possível, claro, que muitos documentos tenham sido eliminados, extraviados ou perdidos. Inimá Simões, na apresentação de seu livro sobre censura cinematográfica assinala: “Compulsando os processos, percebe-se que páginas foram arrancadas, ofícios subtraídos e, de vários filmes, não ficou nenhum sinal de sua passagem, apesar da interdição oficial”. Mesmo assim, trata-se de um acervo muito grande e de enorme valor histórico.

No que tange ao material dos processos de censura prévia em relação a publicações (livros e revistas) o universo dos documentos é bastante pequeno se comparado com o material referente a obras cinematográficas e teatrais. Segundo levantamento realizado pelos próprios funcionários do Arquivo, há registros de cerca de 490 livros e 97 revistas que foram submetidas à DCDP, assim distribuídos (tabela elaborada a partir da listagem retratando a situação do fundo em dezembro de 2010) :

### Fundo – DCDP / Seção - Censura Prévia / Série -Publicações

ano	Livros submetidos	Livros vetados	Revistas submetidas	Revistas vetadas
1970	25	5 - 20%	1	1 - *
1971	6	0 - -	0	0 - -
1972	16	2 - 12,5%	5	3 - *
1973	11	4 - 36,3%	1	0 - -
1974	20	11 - 55%	2	2 - *
1975	132	109 - 82%	15	3 - 20%
1976	100	61 - 61%	42	3 - 7%
1977	49	30 - 61%	11	4 - 36%
1978	84	62 - 73%	8	2 - 25%
1979	47	38 - 80%	2	1 - *
1980	0	0 - -	4	4 - *
1981	1	1 - *	2	1 - *
1982	1	0 - -	3	3 - *
1988	0	0 - -	1	0 - -

\* não calculamos o percentual devido ao reduzido tamanho do universo.

Em qualquer afirmação sobre esses dados, não podemos esquecer que se trata da documentação preservada e não sabemos a que percentual do total original essa documentação corresponde. Eliminando os livros nos quais não constam autoria e os que constam como autor nomes que não conseguimos identificar a nacionalidade (16), da listagem total de aproximadamente 490 livros submetidos à DCDP, cerca de 140 são de autores nacionais e, destes, 70 foram vetados, sendo que 60 deles podem ser classificados como eróticos/ pornográficos. (Os números são sempre aproximados, pois há livros que foram apresentados mais de uma vez e há livros que foram apresentados com nomes diferentes)

- **Teatro em livros**

Em 1970, o Serviço Nacional de Teatro encaminhou à censura vinte textos de peças teatrais de dramaturgos brasileiros para serem publicados em livros. Destes, quatro

foram vetados: *Pavana para um Macaco Defunto*, de Antônio Galvão Naclério Novaes; *Papa Highirte*, de Oduvaldo Vianna; *O Sótão e o Rés do Chão ou Soninha Toda Pura*, de José Ildemar Ferreira e *A Farsa do Bode Expiatório*, de Luiz Maranhão Filho (a documentação destes processos encontra-se no Arquivo Nacional).

Segundo o levantamento realizado por Deonísio Silva oito outros textos teatrais de autores nacionais tiveram sua publicação em livro censurada: *Maria da Ponte*, de Guilherme Figueredo; *Rasga Coração*, de Oduvaldo Viana Filho; *Canteiro de Obras e O Belo Burguês*, de Pedro Porfírio; *Quarto de Empregada*, de Roberto Freire; as peças *Abajur Lilás e Barrela*, de Plínio Marcos; e *Lei é Lei e está Acabado*, de Nazareno Tourinho. Note-se que estamos salientando aqui apenas a publicação em livros de peças teatrais e não a encenação destas.

Quanto à encenação, a atuação da censura era de outra ordem. Apenas em 1965 foram proibidas as encenações de: *O Berço do Herói*, de Dias Gomes, *Brasil Pede Passagem*, show com textos de Castro Alves e Sérgio Porto, *Berço Esplêndido*, de Sérgio Porto e mais três peças estrangeiras, de Gorki, Brecht e Feideau, depois liberada<sup>62</sup>.

A peça *O Berço do Herói*, de Dias Gomes, escrita em 1963, teve uma trajetória complexa. Sua encenação foi proibida pela Censura Federal em 1965, ao mesmo tempo em que a publicação em livro alcançou sucesso de vendas. Em setembro de 1965, Nelson Werneck Sodré escreveu: “*O Berço do Herói*, que foi proibida pela censura /no teatro/ (...) em livro, afirma-se como *best-seller*, e Dias Gomes recebe essa consagração e mais a da reprise de sua peça *O Pagador de Promessas*. Vejam-na ou revejam-na: é muito oportuna (...)”<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Revista *Visão* 11/03/1974 especial “Assim se passaram dez anos”, p. 143.

<sup>63</sup> Nelson Werneck Sodré. “Momento literário”, Revista *Civilização Brasileira*, número 4, p. 181.

Dez anos depois, em 1975, Dias Gomes adaptou o enredo básico de *O Berço do Herói* para telenovela sob o título *Roque Santeiro*. Naquele ano, já com 36 capítulos gravados, *Roque Santeiro* teve sua transmissão censurada no dia da estréia. No livro *Dicionário da Globo*, esclarece-se: “O veto foi estabelecido depois que a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) descobriu que Dias Gomes estava adaptando um texto teatral de sua autoria, escrito em 1963, *O Berço do Herói*, proibido pela Censura Federal”<sup>64</sup>. No programa *Globo Repórter 40 anos de telenovela*, transmitido pela Rede Globo de Televisão em 1991, Dias Gomes relata que havia contado, por telefone, para Nelson Werneck Sodré que *Roque Santeiro* era uma adaptação de *O Berço do Herói* e que depois soube que o telefone de Nelson Werneck Sodré estava “grampeado”.

Em 1985, a mesma telenovela voltou a ser produzida e obteve enorme sucesso de audiência. Entre junho de 1985 e fevereiro de 1986 a telenovela *Roque Santeiro* “contaminou o país” e “o Brasil se reuniu mais uma vez em frente à televisão”<sup>65</sup>. Nesta segunda versão televisiva Aginaldo Silva atuou como coautor de Dias Gomes. José Wilker fazia o papel-título, Regina Duarte interpretava o papel da protagonista feminina, viúva Porcina, e Lima Duarte, como sinhozinho Malta, completava o triângulo. Na versão televisiva de 1975, que não foi ao ar, o papel de viúva Porcina era interpretado por Betty Faria e Francisco Cuoco interpretava Roque Santeiro.

Em casos como este, em que há uma interdição para exposições públicas mas o livro está publicado, ocorre um fenômeno curioso: algo “que não pode ser visto por platéias adultas pagando ingressos, está ao alcance de qualquer pessoa que saiba ler”<sup>66</sup>. Casos similares ocorreram com os filmes *Macunaíma*, *São Bernardo* e *Toda Nudez Será Castigada*. *Macunaíma*, filme de Joaquim Pedro, de 1969, baseado no livro de

---

<sup>64</sup> *Dicionário da Globo*, Vol. 1, p. 142.

<sup>65</sup> Ismael Fernandes. *Memória da Telenovela Brasileira*, pp. 308-310.

<sup>66</sup> Com alterações no tempo verbal, esta citação foi extraída de *O Anjo Pornográfico. A vida de Nelson Rodrigues*, de Ruy Castro, p. 197. O autor está se referindo à publicação, em livro, da peça, *Álbum de Família*. Mas esta ambigüidade pode ser generalizada para muitos outros casos análogos.

Mario de Andrade, depois de muita negociação com a censura, foi liberado com quatro cortes. *São Bernardo*, filme de Leon Hirzman, de 1972, devido a embates com os poderes censórios, só estreou um ano e meio depois de pronto. *Toda Nudez Será Castigada*, de 1972, baseado em Nelson Rodrigues, dirigido por Arnaldo Jabor, depois de interditado foi liberado com cortes, devido à pressão dos prêmios em festivais internacionais<sup>67</sup>. (*Dona Flor e Seus Dois Maridos*, filme baseado na obra de Jorge Amado que foi visto por 11 milhões de espectadores nos cinemas brasileiros, dirigido por Bruno Barreto, depois da indicação de alguns cortes, passou praticamente incólume pela censura graças à amizade entre o produtor Luiz Carlos Barreto e o censor Coriolano de Loyola Fagundes<sup>68</sup>.)

Outro caso de ações censoras diversas para diferentes meios de comunicação ocorreu em 1973 em relação à peça *Calabar*, de Chico Buarque de Hollanda e Ruy Guerra. O texto foi liberado pela censura prévia para publicação em livro, porém a encenação foi censurada e o disco teve que alterar a capa prevista. Chico Buarque, no DVD *Bastidores* (RWR Comunicações, 2005) relembra assim o episódio:

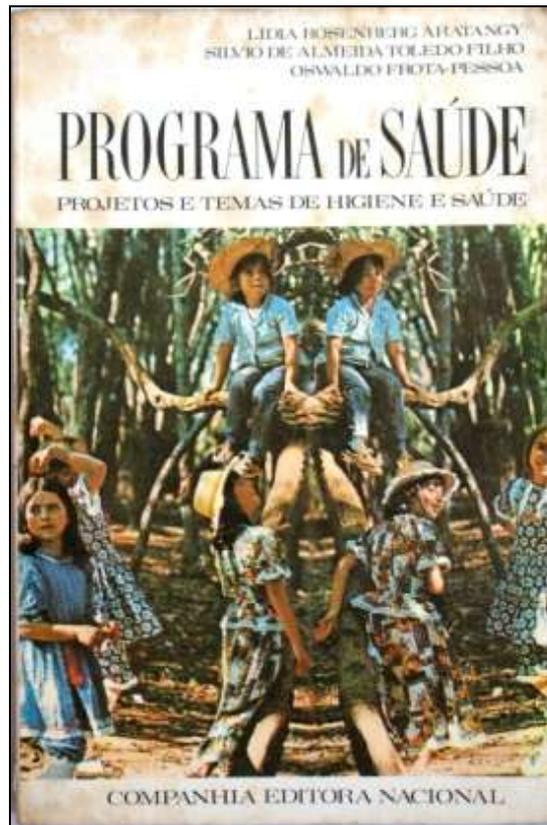
A peça foi aprovada (...) montamos o espetáculo e aí a censura que teria que aprovar a montagem, não foi aprovar. Aquilo ficou muito esquisito. Por que aí os jornais eram proibidos de noticiar a proibição e as pessoas chegavam na bilheteria e não entendiam (...) e já tinha os cartazes preparados ‘leia o livro, assista a peça, compre o disco Calabar’. (...) O livro foi liberado (...) o espetáculo simplesmente deixou de existir (...) e o disco (...) saiu com uma capa branca (...) e ficou sendo *Chico Canta*.

---

<sup>67</sup> Inimá Simões. *Op. cit.*, pp. 132, 155 e 181.

<sup>68</sup> Ver Inimá Simões. *Op. cit.*, pp. 187-8.

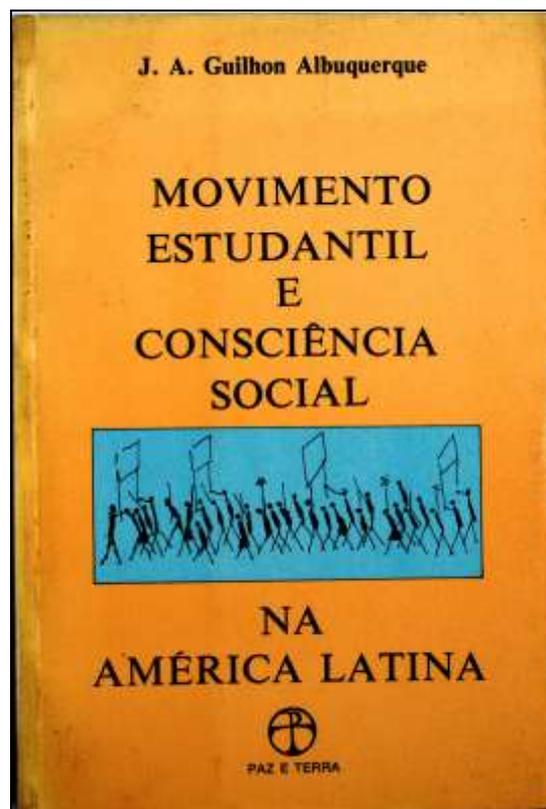
- **Livros não ficcionais**

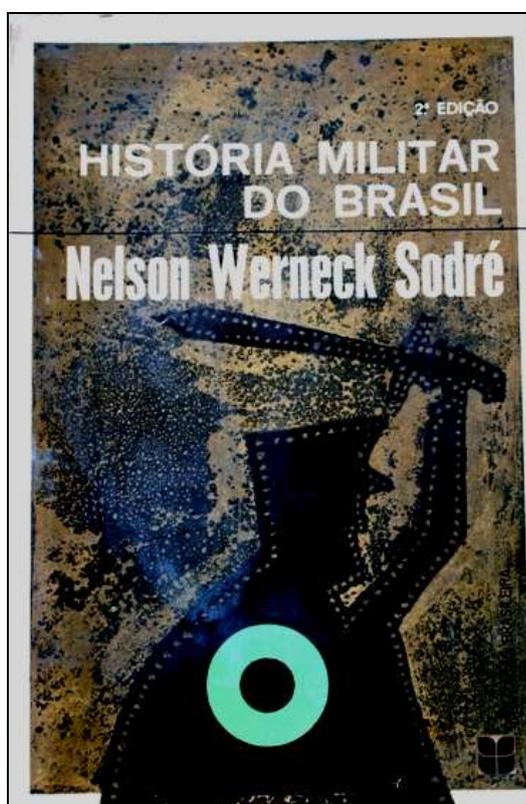
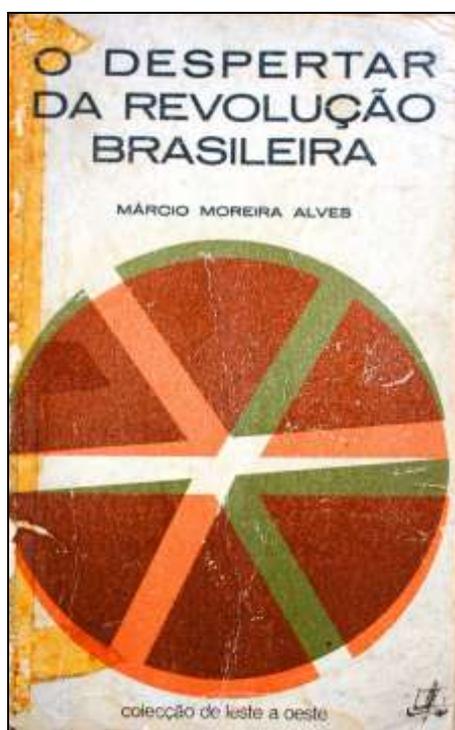


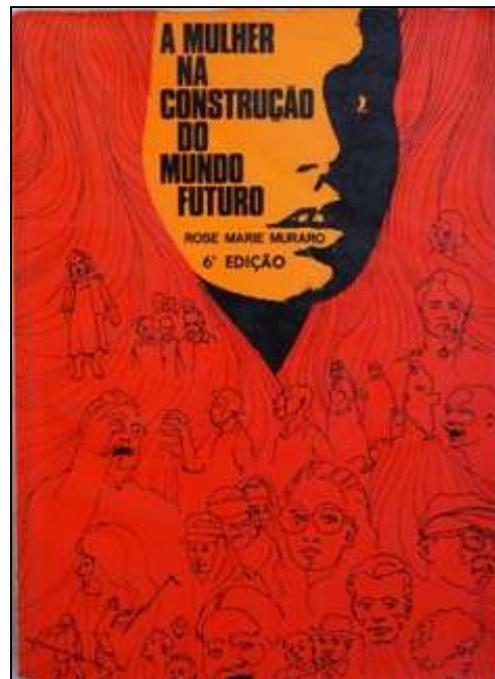
No fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas encontram-se os processos que geraram os vetos de dois livros de não ficção de autores brasileiros: *Programa de Saúde* (Projetos e temas de higiene e saúde), de Lídia Rosenberg Aratangy e outros, Companhia Editora Nacional, vetado em 1978; e *Basta Bastardos*, de Helio de Almeida. O último foi vetado em 1970 por “perigoso caráter de anti-semitismo, absolutamente insustentável ante as leis do País”, assinala o parecer (fugindo do perfil dos demais livros censurados).

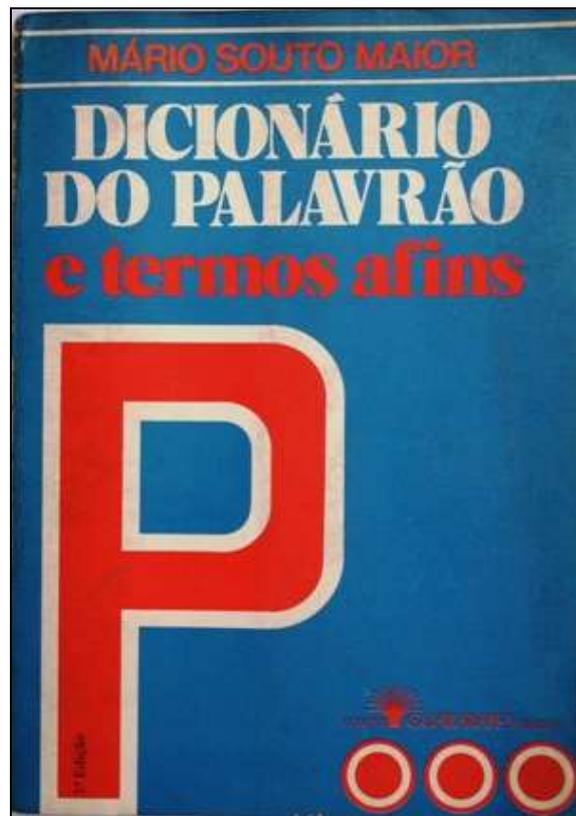
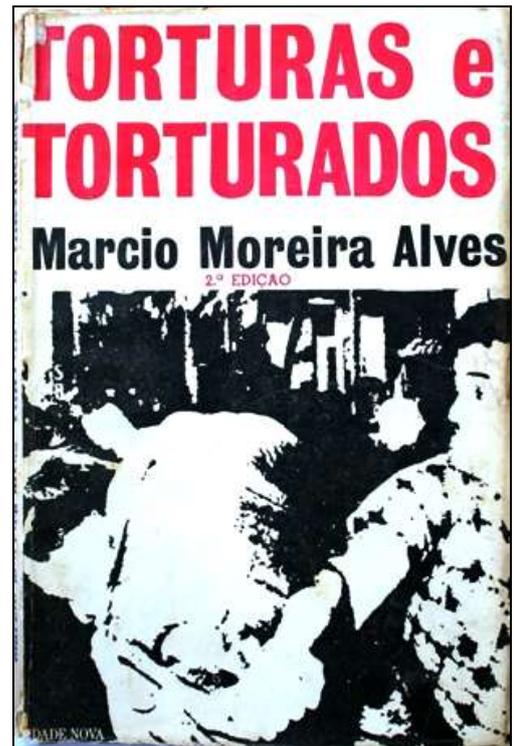
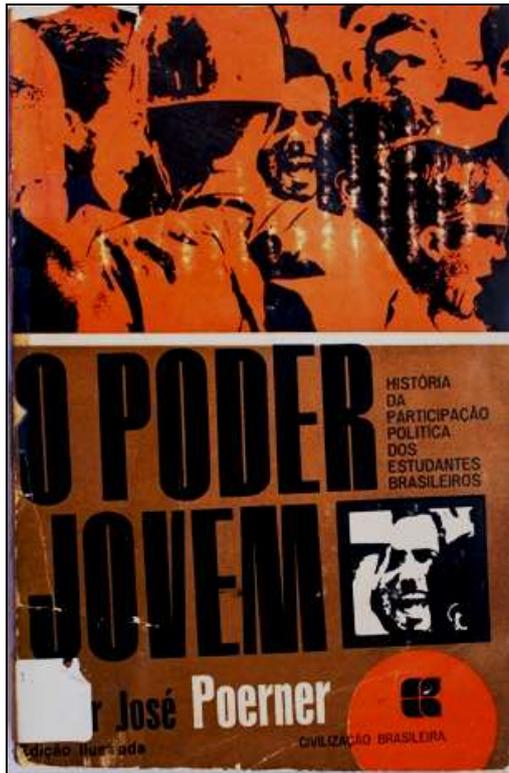
Deonísio da Silva lista ainda outros textos não ficcionais de autores brasileiros censurados entre 1968 e 1978: *O Poder Jovem*, de Arthur José Poerner; *O Mundo do Socialismo e A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Junior; *A Universidade Necessária*, de Darcy Ribeiro; *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, de J. Álvaro Moises e outros; *Classes médias e política no Brasil e Movimento estudantil e Consciência Social na América Latina*, de J.A. Guilhon Albuquerque; *América Latina: Ensaios de*

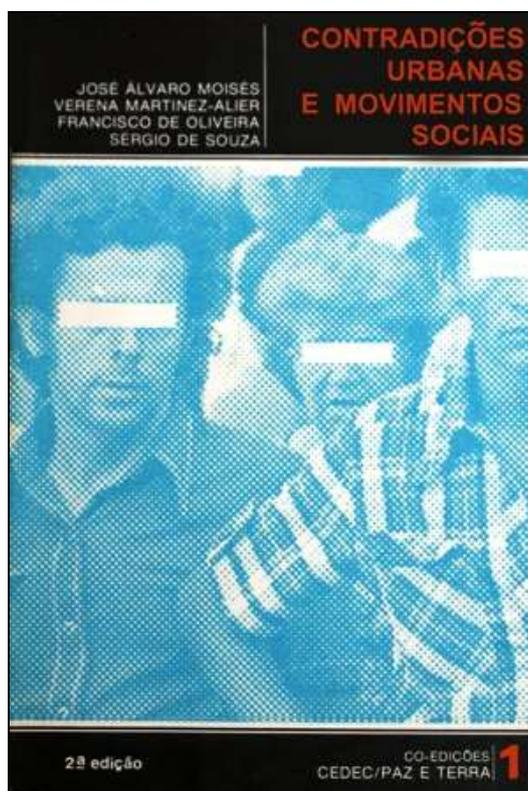
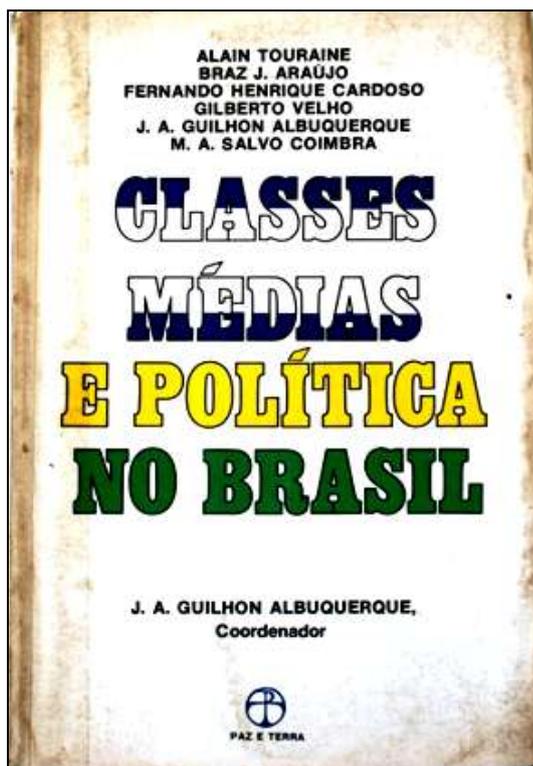
*Interpretação econômica*; de José Serra e outros; *O Despertar da Revolução Brasileira* e *Torturas e Torturados*, de Márcio Moreira Alves; *Dicionário de palavras e termos afins*, de Mario Souto Maior; *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré; *A Verdade de um Revolucionário*, de Olympio Mourão Filho; *A Automação e o Futuro do homem* e *A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, de Rose Marie Muraro; *Autoritarismo e Democratização*, de Fernando Henrique Cardoso; *O Gênio Nacional na História do Brasil*, de R. Sisson; *EUA Civilização Empacotada*, de Mauro Lauria de Almeida e *A Ditadura dos Cartéis*, de Kurt Rudolf Mirow.



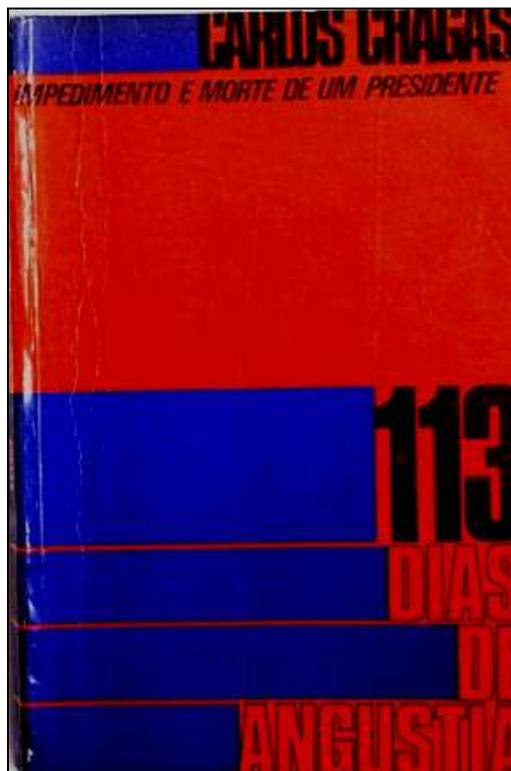








O livro *113 Dias de Angústia – impedimento e morte de um presidente*, que retrata a doença e a morte do presidente Costa e Silva em 1969, escrito pelo jornalista Carlos Chagas, que à época trabalhava como secretário de Imprensa da Presidência da República, foi publicado em 1970 pela editora Agência Jornalística Imagem e ficou proibido por muitos anos pela Censura<sup>69</sup>.

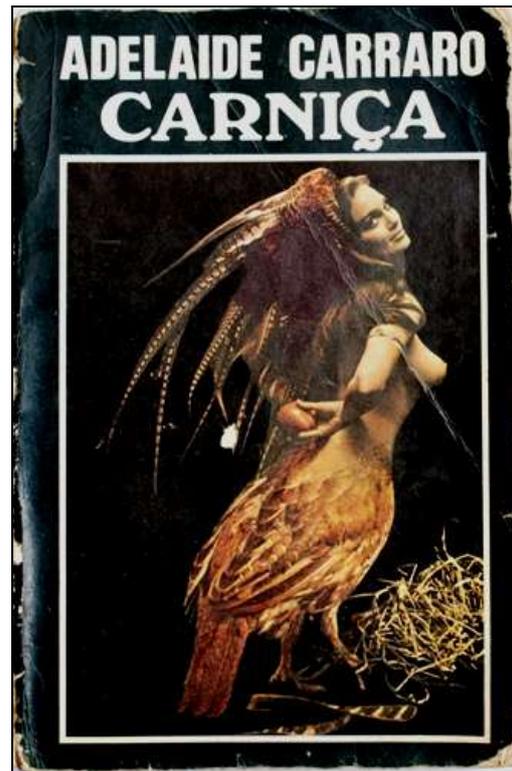


- **Livros eróticos/ pornográficos**

Na listagem dos arquivos da DCDP encontram-se indicações de 70 livros eróticos/ pornográficos de autores brasileiros vetados durante a ditadura militar brasileira; o livro de Deonísio da Silva, *Nos Bastidores da Censura*, apresenta 69 títulos com esse perfil; comparando-se as duas listagens e excluindo-se as repetições resulta que cerca de 100 livros eróticos/ pornográficos de autor nacional foram censurados no período.

---

<sup>69</sup> Este livro não consta do levantamento de Deonísio da Silva. Extraímos essa informação de Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, p.105.

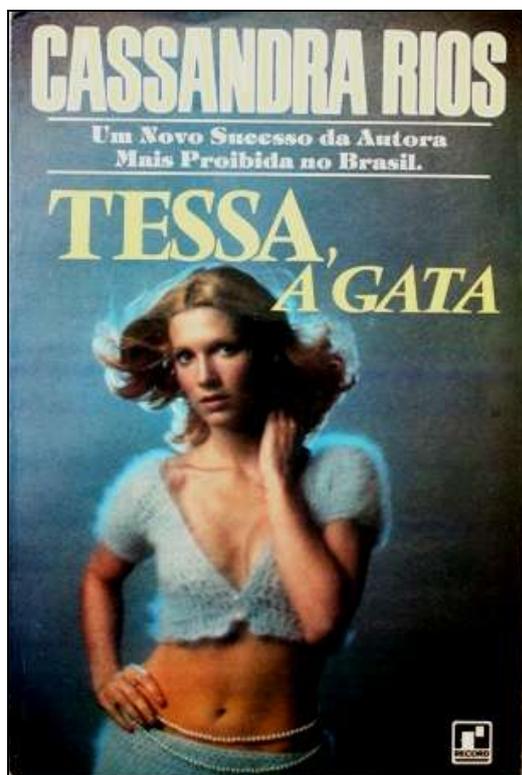


Entre esses, 18 são de autoria de Cassandra Rios, 13 de Adelaide Carraro, 22 são assinados como Dr. G. Pop, 17 como Brigitte Bijou e 6 como Márcia Fagundes Varela.

Os últimos três nomes acima listados, ao que tudo indica, são pseudônimos: Brigitte Bijou era o pseudônimo literário de Silvino Neto; nos livros de G. Pop percebe-se claramente tratar-se de pseudônimo – assim, por exemplo, em *Kuhla, A Boneca*, publicado pela Editora L. Oren em 1974, lê-se “O nome Francisco Stoppa é fictício, mas os outros, com diferenças ao do autor, são reais”; pela dificuldade de localizar-se qualquer dado sobre Márcia Fagundes Varela, além de seus livros, supomos também se tratar de pseudônimo.

Adelaide Carraro e Cassandra Rios foram nos anos 1960 e 1970 campeãs de vendagem. Seus livros, considerados eróticos ou francamente pornográficos eram lidos, às escondidas por adolescentes e adultos. Eram livros “fortes” que misturavam política, ‘negociatas’ e sexo, muito sexo. E como tais eram lidos.

Os livros de Adelaide Carraro proibidos pela censura foram: *Carniça*; *O Castrado*; *O Comitê*; *De prostituta a Primeira Dama*; *A Escuridão*; *Podridão*; *Falência das Elites*; *Os Padres Também Amam*; *Sexo em Troca de Fama*; *Submundo da Sociedade*; *A Verdadeira História de um Assassino*, *Mulher Livre*, *Os Amantes*.



Os livros de Cassandra Rios censurados foram: *A Borboleta Branca*; *Breve História de Fábria*; *Copacabana Posto Seis*; *Georgette*; *Maçaria*; *Marcella*; *Uma mulher Diferente*; *Nicoleta Ninfeta*; *A Sarjeta*; *As Serpentes e a Flor*; *Tara*; *Tessa, A Gata*; *As Traças*; *Veneno*; *Volúpia do Pecado*; *A Paranóica* e *O prazer de Pecar*.

Os livros de G.Pop, Brigitte Bijou e Márcia Fagundes Varella censurados ostentavam títulos como: *Astúcia Sexual*, *Cidinha a Insaciável*, *Graziela Amava e ...Matava*, *Clube dos Prazeres*, *O Padre Fogoso de Boulange* ou *Noviça Erótica*.

Apesar de Adelaide Carraro afirmar que seus livros tratavam de temas políticos, na realidade, as questões sociais aparecem apenas como observações secundárias.

Não nos esqueçamos que parte dos militares via a sexualidade como podendo ser utilizada como ferramenta do “expansionismo comunista”. Exemplos dessa postura foram coletados por Paolo Marconi em *A Censura Política na Imprensa Brasileira*, citemos um:

“O sexo é um instrumento usado pelos psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos (...) Daí partem para o descrédito das famílias, dos governos, e passam à degradação da nação, bem como intensificam a divulgação da literatura erótica e da promiscuidade sexual”, palavras do tenente-coronel Carlos de Oliveira<sup>70</sup>.

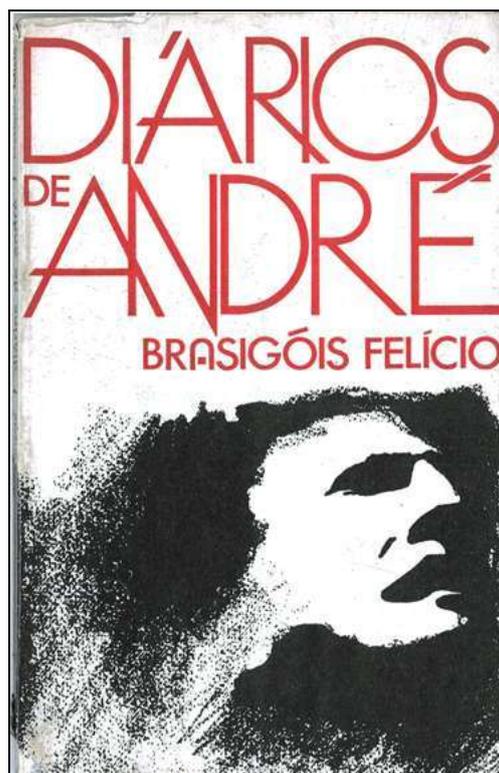
- **Romances, contos e poesias**

Além dos textos teatrais e das obras erótico/pornográficas abordados acima, outras obras de ficção de autores nacionais foram censuradas durante a ditadura militar brasileira. Segundo a listagem do acervo da DCDP e o citado levantamento de Deonísio da Silva, foram elas: *Quatro Contos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados*, Álvaro Alves de Faria; *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva; *Meu Companheiro Querido*, de Alex Polari; *Zero- romance pré-histórico*, de Ignácio de Loyola Brandão; *Em Câmara Lenta*, Renato Tapajós; *Aracelli, Meu Amor* José Louzeiro; *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, *Diário de André* de Brasigóis Felício e os contos “Mister Curitiba” de Dalton Trevisan e “O Cobrador” de Rubem Fonseca.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Ver Paolo Marconi. *A Censura Política na imprensa Brasileira*, p. 18.

<sup>71</sup> O conto “Rebelião dos mortos” de Luiz Fernando Emediato aparece na listagem de Dionísio Silva. No caso, não se tratou de Censura pelos SCDP/ DCDP e sim da organização do Concurso de Literatura da Cidade de Belo Horizonte de 1976 que premiou o texto e depois retirou a premiação e não publicou o texto. Ver: Emediato, Luiz Fernando, *Trevas no Paraíso*, p. 12, Introdução de Luiz Ruffato.



O livro *Quatro Cantos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados*, de Álvaro Alves de Faria, percorreu um trajeto editorial bastante curioso: em 1973 o autor encaminhou, por iniciativa própria, os originais do livro para a. O texto foi examinado e receber um parecer indicativo de veto. O autor não foi informado desse parecer, pois como a iniciativa de envio havia sido do autor, a DCDP aguardou que viesse buscar o resultado<sup>72</sup>. Independente desse processo, e sem conhecimento do parecer, o livro foi editado, em 1973, pela editora Alfa-Ômega, em 1973, com uma tiragem de 500 exemplares. A seguir, houve ainda uma segunda edição.

O veto ao livro *Aracelli, Meu Amor* José Louzeiro pelo Ministério da Justiça é um caso muito específico. O livro relata um caso real: o estupro e o assassinato da menina de nove anos, Aracelli Cabrera Crespo, por três jovens de famílias da elite de Vitória, Espírito Santo. Apesar de se tratar de um relato ficcional, o texto utiliza os

---

<sup>72</sup> Ofício no. 511/73- DCDP: processo no. 57308/73 e despacho no mesmo processo em 28 de maio de 1976.

nomes dos acusados. As famílias dos acusados manifestaram-se juridicamente contra o fato e o Ministério da Justiça suspendeu a publicação e a circulação do livro por algum tempo enquanto o processo transcorria, mas, mesmo assim, houve nova edição mesmo antes do fim do processo<sup>73</sup>.



Os contos “Mister Curitiba” de Dalton Trevisan e “O cobrador” de Rubem Fonseca foram vetados previamente pela DCDP quando venceram concursos de contos da revista *Status* em 1976 e 1978 respectivamente. A revista *Status*, assim como as revistas *Inéditos* (revista mineira de cultura e literatura), *Paralelo* (de Porto Alegre), *Homem* (hoje *Playboy*), *Ele e Ela*, *Nova* e *Pais e Filhos*<sup>74</sup> estavam entre aquelas que, a cada edição, deveriam remeter os originais previamente para a DCDP.

Alex Polari consta na listagem de Deonísio da Silva como tendo seu texto *Meu companheiro querido* censurado. Nas listagens de livros examinados pela DCDP não localizamos referências a esse autor. Alex Polari, militante de um movimento armado de

<sup>73</sup> Ver Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil*, p. 593.

<sup>74</sup> Ver Paolo Marconi. *A censura Política na Imprensa Brasileira*, p. 61.

esquerda, foi preso em maio de 1971 e quando saiu seu primeiro livro, *Inventário de Cicatrizes*, ele ainda estava preso, condenado à prisão perpétua. Na quarta capa desse livro, publicado em 1978 pelo Comitê Brasileiro pela Anistia em conjunto com o Teatro Ruth Escobar, está escrito:

Como preso político, juntamente com seus companheiros, tem participado de todas as lutas de sobrevivência, denúncia e resistência que os militantes políticos são obrigados a travar nos cárceres, principalmente depois de 1968. Se as poesias de Alex ainda não tomaram a forma unitária de um livro – conforme acontece hoje – elas já foram objeto de ampla divulgação dentro e fora do país. Diversas delas foram publicadas e distribuídas por ocasião das manifestações estudantis de 76 e 77

Não conseguimos localizar precisamente a que poema a listagem se refere e nem as circunstâncias do veto. Em 1979, em virtude da Lei da Anistia, Alex Polari foi solto e publicou seu segundo livro *Camarim de prisioneiro*.

Os livros *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva (Editora Record, 2ª edição, 1969); *Diário de André*, de Brasigóes Felício (Ed. Oriente, 1974, vetado em 1976); *Zero - romance pré-histórico*, de Ignácio de Loyola Brandão (Ed. Rio/Brasília, 1976); *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca (Ed. Artenova, 1976) e *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós (Ed. Alfa-Ômega, 1977), foram publicados, distribuídos, comercializados e algum tempo depois, meses ou anos, foram examinados pela censura cujo parecer (na maioria dos casos) tornou-se base do decreto de proibição e apreensão assinado pelo Ministro da Justiça com a formulação: “proíbo a publicação e circulação em todo o território nacional (...) bem como determino a apreensão de todos os seus exemplares expostos à venda, por exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes”.

Não podemos esquecer, como já observamos anteriormente citando matéria da revista *Veja*, que esses exames pela DCDP de livros já editados davam-se devido a solicitações as mais variadas de qualquer pessoa “que tenha lido um livro, autoridade ou não, e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo”.

No arquivo dos documentos da DCDP encontram-se os processos e os pareceres de *Quatro Cantos de Pavor...*, *Dez Estórias Imorais*, *Diário de André e Feliz Ano Novo*.

\*\*\*\*\*

Apesar de nas obras ficcionais, listadas acima, censuradas pela ditadura militar a temática sexual ser bastante presente<sup>75</sup>, elas não são obras que possam ser classificadas como eróticas ou pornográficas.

O traço que parece ser mais evidente entre estas obras literárias é a filiação a certa literatura da violência – violência física e psicológica das prisões e torturas, a impunidade dos criminosos como mecanismo propulsor da violência, violência ensandecida e sem rumo dos marginalizados e excluídos - violências estas que o regime militar propiciara e se esforçava por ocultar.

#### **4. Cultura, livros e censura – uma observação geral**

Os dados quantitativos gerais sobre censura a livros calculados a partir dos documentos disponíveis no acervo preservado da DCDP listados anteriormente indicaram que a atividade censória, nesse setor, foi mais rígida entre 1975 e 1980 – anos em que mais de 50% dos livros submetidos foram vetados, enquanto entre 1970 e 1973 esse percentual ficava muito abaixo de 50%.

---

<sup>75</sup> “uma leitura superficial desta obra pode tachá-la de erótica e pornográfica”, afirmou Affonso Romano de Sant’Anna sobre *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, antes de a obra ser censurada. Ver: Deonísio da Silva, *Nos Bastidores da Censura*, p. 29.

Ou seja, a censura a livros durante a ditadura militar teve uma atuação mais forte não nos chamados Anos de Chumbo (1968-1972), mas sim durante o Governo Geisel (março de 1974 a março de 1979), e especialmente no final desse governo. Sendo que o Governo Geisel, apesar dos momentos de retrocessos, foi aquele em que se iniciou o processo de abertura política lenta e gradativa. A censura a livros por parte da Divisão de Censura de Diversões Públicas foi maior quando a maioria dos jornais e revistas estava sendo liberada da presença da censura prévia nas redações.

Pode-se dizer que a censura a livros durante a ditadura militar apresenta uma dinâmica similar a outros setores das diversões públicas: dados da DCDP indicam que também o teatro e o cinema foram mais vetados também durante o Governo Geisel.<sup>76</sup>

Três hipóteses podem servir de chave explicativa para essa diferença da repressão censória relativa a jornais e revistas e aquela relativa às diversões públicas.

A primeira hipótese seria que a DCDP teria, grosso modo, um escopo censório mais moral e menos político, e essa censura moral, nas palavras de Carlos Fico, “obedecia a outros ditames, embora não tenha ficado imune às peculiaridades do regime militar. Ela dizia respeito a antigas e renovadas preocupações de ordem moral, muito especialmente vinculadas às classes médias urbanas”<sup>77</sup>.

A segunda hipótese para que se entenda a grande proporcionalidade da atividade censória da DCDP em relação a livros, teatro, cinema e televisão após a posse de Geisel e especialmente nos dois últimos anos de seu governo, seria a possibilidade de que a própria DCDP percebendo a possibilidade do fim das atividades censórias buscou mostrar-se como necessária ao sistema.

Essa segunda hipótese pode ser reforçada pelo fato, citado por Gaspari, de que em junho de 1974 a Censura proibiu que se publicasse “a declaração de um deputado

---

<sup>76</sup> Carlos Fico. “Prezada Censura: Cartas ao Regime Militar” (nota 170).

<sup>77</sup> Carlos Fico. *Idem*, p. 22.

contando que Golbery lhe disse, durante uma audiência, que se vai acabar com a censura”<sup>78</sup>.

Uma terceira hipótese, de certa forma correlacionada à segunda, seria a de que durante os Anos de Chumbo (1968-1972) artistas e intelectuais exerciam a autocensura pois estavam conscientes do rigor da atividade censória que, durante o governo Médici (1969-1974) “ficou prioritariamente em mãos dos militares da ‘linha dura’”<sup>79</sup>, e evitavam produzir algo que pudesse ser censurado. Como observou Bernardo Kucinski, a existência de uma censura rigorosa “induz ao exercício generalizado da autocensura”<sup>80</sup>. A autocensura explicaria o índice proporcionalmente menor (em relação ao total dos examinados) de livros, peças de teatro e filmes censurados durante os Anos de Chumbo.

A Constituição de 1988 estabeleceu, na área cultural, o fim da censura às artes e aos meios de comunicação. Os livros que não tinham sido ainda liberados foram-no automaticamente<sup>81</sup> pois na Constituição de 1988 está escrito, no inciso IX do artigo 5º “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; no mesmo sentido, no parágrafo 2º do artigo 220, no capítulo reservado à comunicação social, afirma-se: “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.”

---

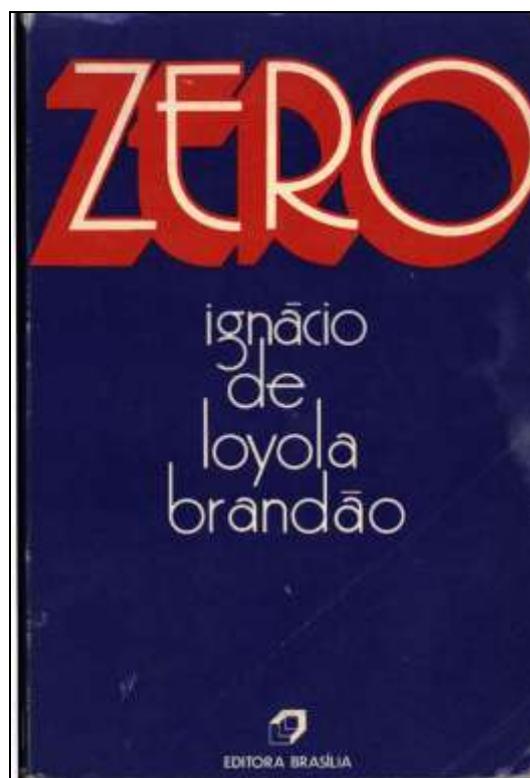
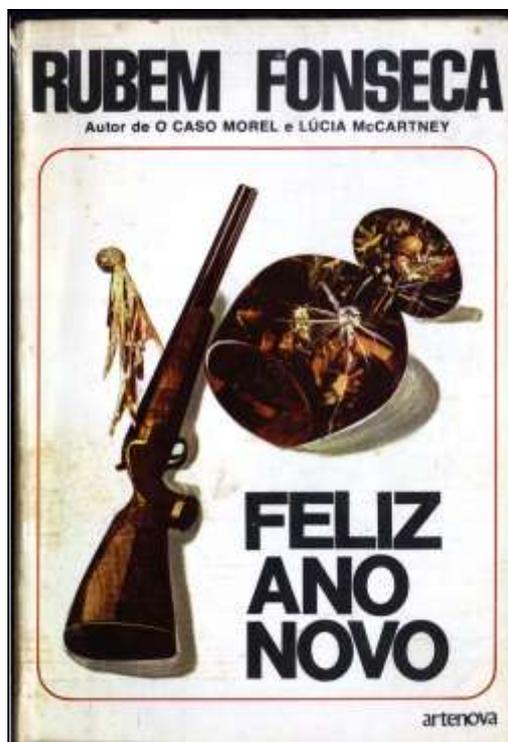
<sup>78</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Encurralada*, p. 488

<sup>79</sup> Maria Aparecida de Aquino. “Mortos sem sepultura” In: Carneiro, Maria Luiza Tucci Carneiro (org). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*, p. 530.

<sup>80</sup> Bernardo Kucinski. “A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar”. In: Carneiro, Maria Luiz Tucci Carneiro (org.). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*, p. 536.

<sup>81</sup> *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, entretanto, por uma questão de instância jurídica do recurso impetrado pelo autor, ainda demorou algum tempo para ser liberado. Ver Deonísio da Silva, *Nos bastidores da censura*, p. 46.

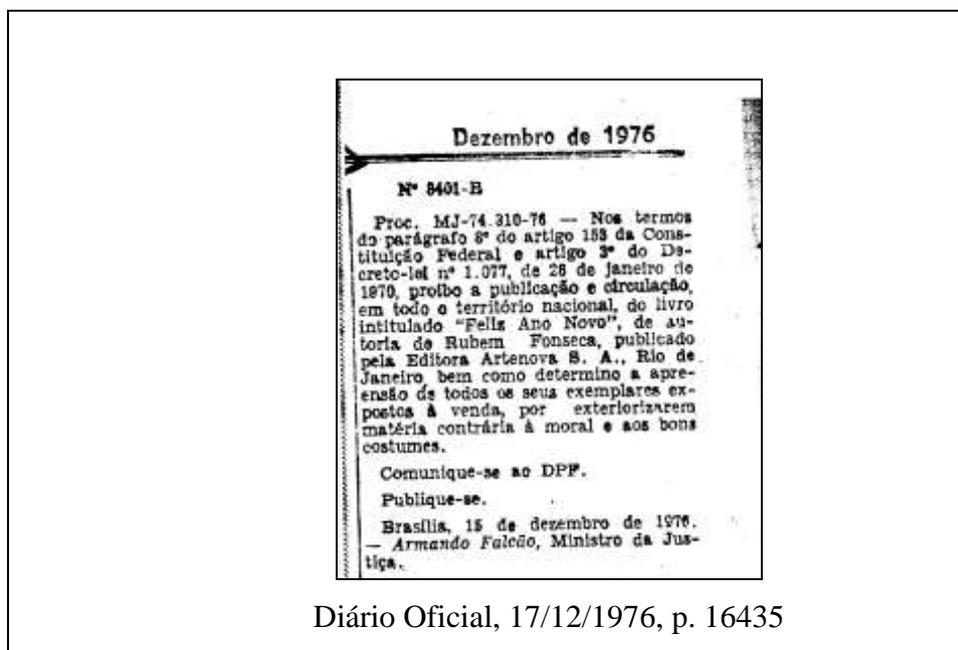
## II . Dois livros censurados: *Feliz Ano Novo* e *Zero*



“O país da Arcádia súbito, escurece,  
em nuvem de lágrimas.  
Acabou-se a alegre pastoral dourada:  
pelas nuvens baixas,  
a tormenta cresce.”

Cecília Meireles, “Romance XX ou  
Do País da Arcádia”  
de *Romanceiro da Inconfidência*

Em 17 de dezembro de 1976, uma sexta feira, saiu impresso no *Diário Oficial da União* um despacho do Ministro da Justiça Armando Falcão que, seguindo o modelo padrão, apresentava o seguinte texto:



Diário Oficial, 17/12/1976, p. 16435

“Proc MJ-74.310-76 – Nos termos do parágrafo 8º do artigo 158 da Constituição Federal e artigo 3º do Decreto-lei no. 1.077, de 26 de janeiro de 1970, proíbo a publicação e a circulação, em todo território nacional do livro “Feliz Ano Novo”, de autoria de Rubem Fonseca, publicado pela Editora Artenova S.A., Rio de Janeiro bem como determino a apreensão de todos os seus exemplares expostos à venda, por exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes. Comunique-se ao DPF. Publique-se. Brasília, 15 de novembro de 1976.”

A censura a *Feliz Ano Novo* deu-se cerca de um mês depois da censura de *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão. *Feliz Ano Novo* e *Zero* fazem parte de um conjunto de livros de literatura de ficção de autores brasileiros que foram publicados em 1975 e 1976 e que se tornaram referências para o período. Nesses anos, foram

publicados também, entre outros: *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar, *Leão de Chácara*, de João Antonio, *A Festa*, de Ivan Ângelo, *Quatro Olhos*, de Renato Pompeu, e *A Ilha*, de Fernando Morais. Esse grupo de textos abrange narrativas das mais diferentes feições: da proximidade do relato jornalístico ao experimentalismo passando por narrativas alegóricas e pela busca de entendimento e exploração de novas formas de comportamento e de visões alternativas do real e do mundo, mas, em que pese essa diversidade, todos têm em comum um forte vínculo com o Brasil do momento, todos se propõem a analisar, opinar, intervir, atuar frente à realidade imediata do País de então.

Na década de 1970, por inúmeros fatores, entre os quais, o fato do livro literário poder ser menos dependente do investimento estatal e ser pouco visado pela censura, a literatura foi um centro de atenções e inscreveu-se “significativamente na atualidade do debate cultural”.<sup>82</sup>

Nesse sentido, pode-se dizer que o âmbito artístico-cultural articulou-se, no Brasil, na década de 1970 de forma diversa à da década de 1960. Na década de 1960, o mais representativo da produção cultural, as manifestações capazes de representar e refletir os debates de então se dava nos “gêneros públicos, de teatro, *afiches*, música popular, cinema e jornalismo, que transformavam este clima em comício e festa, enquanto a literatura propriamente saía do primeiro plano”, como observou Roberto Schwarz no artigo “Cultura e política – 1964-1969”<sup>83</sup>. Enquanto que, na década de 1970, esse eixo desloca-se para a literatura que “expressa, nas opções de linguagem,

---

<sup>82</sup> H. B. de Hollanda e, M. A. Gonçalves. “Política e literatura: a ficção da realidade brasileira”. Em Heloisa Buarque de Hollanda, Marcos Augusto Gonçalves e Filho Armando Freitas. *Anos 70. Vol. 2-Literatura*, p. 98 (ver também p.113). Há uma nova edição desse livro, publicada em 2005, pela Editora Aeroplano e Senac Rio.

<sup>83</sup> Roberto Schwarz. “Cultura e política 1964-1969” no livro *Pai de Família e Outros Estudos*, p. 80.

produção e mercado, sintomas significativos de um debate vivo dentro do campo cultural”<sup>84</sup>.

O conjunto dos textos literários publicados em meados da década de 1970 pode ser visto como a segunda leva da narrativa ficcional da década, enquanto que *Acidente em Antares*, de Érico Veríssimo, de 1971, e *Bar Dom Juan*, de Antonio Callado, do mesmo ano, seriam os carros-chefes de uma primeira leva literária logo após a decretação do Ato Institucional número 5 – essa primeira leva pode ser vista como claramente vinculada ao horizonte temático de uma possível revolução social no Brasil.

### ***Feliz Ano Novo***

*Feliz Ano Novo* foi publicado em 1975 pela Editora Art Nova, empresa carioca fundada doze anos antes, em 1963, por Álvaro Pacheco. Em meados dos anos 1970, publicava cerca de quinze títulos novos por mês. Até o final de 1976, *Feliz Ano Novo* tinha vendido 12.000 exemplares sendo o quinto livro de ficção mais vendido, no Brasil, nesse ano.

Para assinalarmos a forte presença da literatura brasileira em meados da década de 1970 lembremos que o livro mais vendido do ano de 1975 foi *Fazenda Modelo*, de Chico Buarque de Hollanda e que Chico foi também, em parceria com Paulo Pontes, o autor do livro mais vendido de 1976 – *Gota d’Água* – roteiro da peça que, estava em cartaz na época. Com muita ironia e humor Chico Buarque, em *Fazenda Modelo*, como se explicita na quarta capa da primeira edição da obra “recorre à alegoria e nos oferece uma novela pecuária, um livro que diverte, irrita, inspira e

---

<sup>84</sup> Heloisa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves. *Op. cit.*,.10.

consola”]; já *Gota d’água* tematiza, no dizer dos autores na introdução de sua primeira edição “a experiência capitalista que vem se implantando aqui (...) a brutal concentração de riqueza”.

Segundo a revista *Veja* de 31 de dezembro de 1975, os livros nacionais mais vendidos do ano foram: 1º *Fazenda Modelo*, de Chico Buarque de Hollanda; 2º *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado; 3º *Novo Dicionário Aurélio*, Aurélio B. H. Ferreira; 4º *Teje Preso*, Chico Anísio; 5º *As Meninas*, Lygia Fagundes Telles; 6º *Dôra, Doralina*, Raquel de Queirós; 7º *De Notícias e Não Notícias*, Carlos Drummond de Andrade; 8º *Leão de Chácara*, João Antônio; 9º *Solo de Clarineta*, Érico Veríssimo e 10º *A Travessia da Via Crucis*, Carlos Eduardo Novaes.

Em 1976 a listagem dos mais vendidos do ano da revista *Veja* não foi apresentada separada em autores nacionais e autores estrangeiros e sim em ficção e não ficção. Na listagem dos livros ficcionais mais vendidos de 1976 aparecem cinco livros de autores brasileiros: em primeiro lugar, *Gota d’Água*, Chico Buarque de Hollanda e Paulo Pontes; em quinto, *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca; em sétimo *Cândido Urbano Urubu*, de Carlos Eduardo Novaes; em nono, *A Última do Brasileiro*, de Ziraldo e em décimo *A Grande Mulher Nua*, Luís Fernando Veríssimo.

Na década de 1970, especialmente em meados dela, pode-se afirmar que a literatura nacional produzida no calor do momento desempenhou um papel central de resistência. Como disse o escritor Júlio Martins em depoimento a Heloisa Buarque de Hollanda em “Política e literatura: a ficção da realidade brasileira” falando sobre esse período: “A função da produção cultural e da literatura em particular, nestes anos, foi principalmente a de resguardar a nossa integridade criativa, a nossa dignidade ameaçada”<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> Heloisa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves. *Op. cit.*, pp. 68 e 70.

Desde o primeiro livro de Rubem Fonseca, *Os Prisioneiros*, publicado pela Codecri em 1963, a temática da violência tem sido central na produção literária do autor. *Feliz Ano Novo* foi a quinta obra publicada por ele. Como todos seus livros anteriores, *Feliz Ano Novo* é uma coletânea de contos. São quinze narrativas relativamente curtas, totalizando 144 páginas com um projeto gráfico despojado – sem orelhas, sem prefácio e uma diagramação convencional. Formado em Direito, e tendo trabalhado como delegado, Rubem Fonseca traz em sua literatura o tema da violência e da barbárie da cidade do Rio de Janeiro. O fato de Rubem Fonseca ter sido delegado de polícia o colocou em um lugar privilegiado para constatar o crescimento da violência descontrolada nos centros urbanos.

O conto que dá nome ao volume, “Feliz Ano Novo”, narra como três parias, três excluídos sociais que estão vendo as festas de fim de ano, pela televisão, e “esperando o dia raiar para comer farofa de macumba” em um decadentíssimo apartamento, quase um cortiço, da Zona Sul do Rio de Janeiro, acabam, meio que por acaso e quase sem planejamento, munidos com armas, invadindo uma festa de *reveillon* em uma casa de classe alta – “a gente ouvia o barulho de música de carnaval, mas poucas vozes cantando. Botamos as meias na cara, cortei com a tesoura os buracos dos olhos. Entramos pela porta principal”. A extrema violência com que eles atiram em quatro dos participantes da festa é correlata a um chocante descaso pela vítima e pela vida.

Nas palavras de José Antonio Pasta<sup>86</sup>, na literatura de Rubem Fonseca “a perspectiva é um enfrentamento com um cotidiano que não tem horizonte de revolução à vista, que não tem horizonte de transformação radical à vista, há um tipo de embate com um novo tipo de realidade brasileira”.

---

<sup>86</sup> Em entrevista concedida a Sandra Reimão e Helena Bonito C. Pereira em 11/07/2006.

Essa nova realidade brasileira é correlata, segundo Pasta, nos textos de Fonseca, a uma transformação da visão do povo brasileiro: “a literatura de Rubem Fonseca, *Feliz Ano Novo* em particular, marca uma hora histórica na percepção, na visão do povo brasileiro. O povo brasileiro que aparece na literatura dele, aquilo que aparece como os tipos populares têm uma feição claramente desdealizante. O escritor vai se confrontar com a transformação da malandragem em marginalidade pesada, com o crime pelo crime, com o prazer da desforra e da vingança social, com aquilo que se chama mais genericamente de desagregação do tecido social”.

Outro traço salientado por Pasta em *Feliz Ano Novo* é que há também nesse conjunto de contos uma “desdealização das elites, digamos que ela não ocupa a maior parte do livro mas também é forte (...) há três contos que vão nesse sentido: “Nau Catrineta” e “Passeio Notuno I e II” ”:

“Nau Catrineta” se inicia com a declamação de um trecho do poema de mesmo nome do escritor português Almeida Garret. Almeida Garrett construiu seu poema a partir de uma narrativa popular, com inúmeras versões, que narra como um anjo salvou um capitão em um barco à deriva. No conto essa narrativa se transforma em um ato de antropofagia: para que os marinheiros não morressem de fome, alguns foram mortos e comidos pelos sobreviventes. O conto de Rubem Fonseca focaliza o dia do vigésimo primeiro aniversário de José, o herdeiro de uma família rica. Nessa data, para assumir seu lugar no seio da burguesia, ele teria que cumprir uma missão, comer carne humana. Assim ele se tornaria o novo chefe da família, uma família cujos membros, diz o conto, orgulhavam-se de serem “carnívoros conscientes e responsáveis. Tanto em Portugal como no Brasil”.

Com o mesmo grau de violência, descaso pela vida e gratuidade dos atos, os contos “Passeio Noturno I e II” narram como um executivo a bordo de um carro Jaguar usa o ato de atropelar (e matar) como um exercício de relaxamento.

No próprio conto “Feliz Ano Novo”, em paralelo à violência insana e gratuita dos marginais liderados por Pereba, a burguesia assaltada e assassinada, ou seja, os participantes da festa de final de ano, também apresentam um comportamento irresponsável e vazio de sentido – além de serem pernósticos e petulantes.

Abordando essa violência enfocada e retratada por Rubem Fonseca, Alfredo Bosi afirma:

Imagem do caos e da agonia de valores que a tecnologia produz em um país do Terceiro Mundo é a narrativa brutalista de Rubem Fonseca (...). A dicção que se faz no interior desse mundo é rápida, às vezes compulsiva; impura, se não obscena; direta, tocando o gestual; dissonante, quase ruído<sup>87</sup>.

## ***Zero***

A violência também é um traço central no romance *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, que tem como subtítulo um ‘romance pré-histórico’. A primeira edição, no Brasil, do romance *Zero* foi publicada em 1975. Antes dessa, houve uma edição na Itália publicada em 1974 pela Editora Feltrinelli. A primeira edição brasileira foi publicada pela Editora Brasília/Rio e foi lançado no dia 31 de julho de 1975. A Editora Brasília/Rio era uma pequena editora carioca de propriedade de Lygia Jobim. As vendas justificaram uma segunda edição por essa mesma editora.

Nas palavras de Ignácio de Loyola Brandão recordando esse episódio:

*Zero* tinha sido publicada na Itália pela Feltrinelle e teve repercussão no Brasil porque a *Veja* fez uma matéria grande, até foi o

---

<sup>87</sup> Alfredo Bosi (org.). *O Conto Brasileiro Contemporâneo*, p. 18.

Silvio Lanceloti que fez essa matéria falando de um livro brasileiro que tinha sido publicado lá, o que era uma curiosidade na época porque a primeira edição era em italiano. (...) Quando o livro saiu e provocou certa curiosidade eu fui procurado por uma certa pessoa chamada Lygia Jobim que eu não conhecia que não tinha a menor idéia de quem era que me perguntou se eu estava disposto a publicar esse livro aqui e eu falei que sim claro, eu fiz esse livro para publicar aqui<sup>88</sup>.

*Zero* é constituído de um conjunto de pequenas histórias, fragmentos, apresentados graficamente como tais. Ignácio de Loyola Brandão observa a origem de muitos desses fragmentos: “*Zero* nasceu também da censura. Eu era secretário do jornal (...) e aí as primeiras coisas proibidas eu fui jogando na gaveta (...) tudo que está aí é coisa real e é o Brasil e aí eu falei dá para fazer um romance, dá para montar um romance”.

Analisando o caráter fragmentário da narrativa no romance *Zero*, Heloisa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves assinalam:

*Zero*, a princípio, se manifesta como uma grande alegoria do estado violentado e desagregado de um país que ainda espera por sua história (...) o recurso ao fragmento e o próprio aproveitamento do espaço gráfico do livro, aqui e ali diagramado à moda dos jornais promove um estilhaçamento da perspectiva naturalista do jornal. (...) É assim que a técnica do fragmento aqui traduz a desagregação produzida pelo clima de opressão que acompanha, em todos os momentos, a narrativa de Loyola<sup>89</sup>.

---

<sup>88</sup> Entrevistas concedidas a Sandra Reimão e Helena Bonito C. Pereira em setembro de 2006 e maio 2007.

<sup>89</sup> Hollanda, Heloisa Buarque de e Gonçalves, Marcos Augusto. *Op. cit.*, p.61.

## Os atos censórios

Em novembro e dezembro 1976, respectivamente, *Zero* e *Feliz Ano Novo* foram alvos de atos censórios por parte do Ministério da Justiça.

Para entendermos como se dava essa apreensão de obras publicadas e já em circulação pelas livrarias do país é preciso lembrarmos a especificidade da censura relativa a livros: o exame das obras pela Polícia Federal, na maioria dos casos, se dava como reação a uma denúncia.

*Zero* e *Feliz ano novo* foram vetados por atuações desse tipo - ambas motivadas por denúncia. No caso de *Zero*, não houve parecer, foi despacho direto. Loyola Brandão relembra assim esse fato:

eu tenho vagas ideias, uma, o jornal *Opinião* parece que numa crítica, numa resenha sobre outra coisa, citou o *Zero* como um livro que mostrava o momento da ditadura, dos militares. Isso teria sido lido pela mulher de um general e (...) que teria lido e comentado ‘olha, tem um livro aí que parece que além de tudo era pornográfico’, e alertou uma mulher que era amiga da mulher do Armando Falcão, que levou a queixa ao marido.

Loyola continua assim seu relato:

Uma tarde de novembro o Mino Carta me ligou de Brasília e disse (...) o *Zero* está em cima da mesa do Armando Falcão. O *Zero* vai ser proibido. Por que não tem nenhum motivo para o *Zero* estar em cima da mesa do Falcão. No dia seguinte foi censurado. Aí eu fui procurar o censor. Ele me perguntou qual era o livro e ele disse ‘eu vou verificar. (...) Se for proibição moral fica tranqüilo. Não se faz uma nova edição e cala-se a boca. Fique quieto’. Aí no dia seguinte ele me ligou (...) processo contra o *Zero* é moral e eu perguntei ‘e agora o que eu faço?’. ‘Fique tranqüilo não faz nada’. ‘E o livro vai ser apreendido?’ ‘Se for apreender tudo que está aí eles ficam perdidos, eles não têm nem gente para isso. Os livros continuarão nas livrarias.

Loyola esclarece que o ato censório foi justificado pelo Decreto-lei 1.077 que estabelecia a proibição da publicação e a apreensão dos exemplares de obra que fosse considerada “contrária à moral e aos bons costumes”.

O processo em relação a *Feliz ano novo* se deveu também por uma série de coincidências. No livro *Bastidores da Censura*, Deonísio da Silva cita um depoimento de Lygia Fagundes Telles ao *Jornal do Brasil* (19/01/1977) em que ela relata uma cena imaginária em que um pai de um estudante que está lendo um livro de Rubem Fonseca pega o livro e olha, meio por acaso, algumas páginas, porém acontece que o pai em questão,

é íntimo de um ministro. Alertado por esse pai, o ministro manda um funcionário ler o dito livro. Funcionário e ministro fazem cara de horror e o livro é proibido. Mas *Feliz ano novo* não é apenas mais um dos livros proibidos pelo ministro. E Rubem Fonseca é escritor de prestígio e diretor da Light<sup>90</sup>. Alertado mais uma vez, o ministro resolve ele mesmo ler o livro. Recebe-o com passagens assinaladas em vermelho. Escandaliza-se outra vez, agora para justificar a proibição.

Lygia Fagundes Telles, segundo Deonísio Silva, encerra a matéria afirmando a existência de uma minoria que se põe a ostentar o poder de “proibir os livros dos quais não gosta, sem examinar a sua qualidade artística”<sup>91</sup>.

O parecer elaborado por um técnico da DCDP em 03/12/1976 que deu origem ao despacho de censura publicado em 17/12/1976 fala em: “personagens portadoras de complexos, vícios e taras (...) delinquência, suborno, latrocínio e homicídios, sem qualquer referencia a sanções.” (...) “a pornografia foi largamente empregada (...) e são feitas rápidas alusões desmerecedoras aos responsáveis pelo destino do Brasil e ao trabalho censório.”

---

<sup>90</sup> Na época, empresa estatal de distribuição de luz e energia.

<sup>91</sup> Deonísio da Silva. *Nos Bastidores da Censura*, pp. 37 e 38

\*\*\*\*

Os livros *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, e *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, e seus processos de censura são exemplares no que diz respeito a características do universo dos livros e da literatura ficcional no Brasil em meados da década de 1970.

Em primeiro lugar, as comparações das formas das narrativas e das propostas literárias desses dois livros atestam e exemplificam a diversidade de modelos da literatura produzida no período.

Em segundo lugar, os dados de vendagem dos dois livros - em menos de um ano *Feliz Ano Novo* vendeu trinta mil exemplares e *Zero* teve duas edições vendendo cerca de seis mil exemplares no total<sup>92</sup> - também podem ser vistos como índices da força e da aceitação do autor de ficção brasileiro naquele período.

Por fim, notemos que os processos que resultaram nos vetos censórios a *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, e a *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, em consonância com o que diz a literatura da época e com estudos posteriores<sup>93</sup>, originaram-se como que por acaso, a partir de denúncias de leitores comuns que se sentiram no direito de proibir os livros de que não gostavam – como era freqüente.

\*\*\*\*

Na segunda metade da década de 1970, escritores, editores, intelectuais, artistas, cientistas, professores, a sociedade em geral, começaram a mobilizar-se para resistir e protestar contra os desmandos e arbítrios de um regime autoritário.

---

<sup>92</sup>Informação sobre *Feliz Ano Novo* extraída de Hallewell, *Op. cit.*, p. 591 e dado sobre *Zero* informado pelo autor em entrevistas concedidas a Sandra Reimão e Helena Bonito C. Pereira em setembro de 2006 e maio 2007.

<sup>93</sup> Deonísio da Silva. *Nos Bastidores da Censura*, e Carlos Fico, “‘Prezada Censura’: Cartas ao Regime Militar”.

Essa resistência da sociedade aos atos autoritários do governo de então, culminou, com várias demonstrações e atos públicos de repúdio ao autoritarismo. No que diz respeito às manifestações pelas liberdades no âmbito das produções culturais destaca-se o *Manifesto dos 1046 Intelectuais Contra a Censura*, entregue ao Ministro da Justiça em Brasília, em 25 de janeiro de 1977, por uma comissão composta por Hélio Silva, Lygia Fagundes Telles, Nélida Pinõn e Jefferson Ribeiro de Andrade.

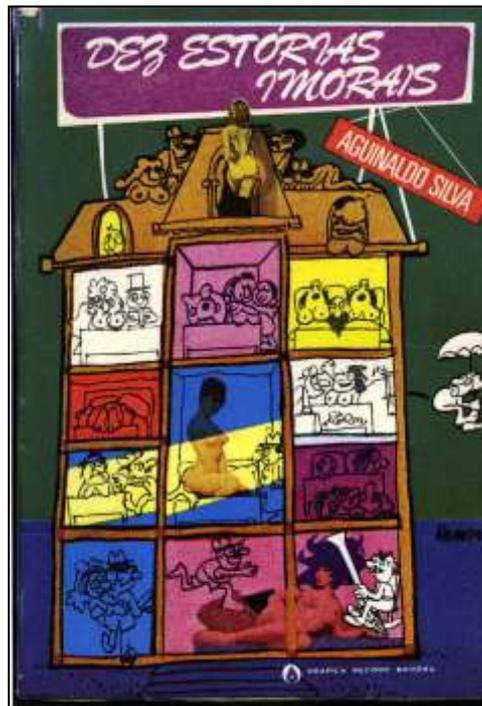
\*\*\*\*

Em 1979, depois de encerrado o período de vigência do AI-5, *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, foi publicado em terceira edição pela Editora Codecri.

Rubem Fonseca processou o Ministério da Justiça pela censura a *Feliz Ano Novo* e seu livro só foi liberado bem mais tarde, ao final do processo.

*Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, já teve mais de dez edições em português, e foi traduzido para alemão, coreano, espanhol, húngaro e inglês.

**III. Aguinaldo Silva, um escritor censurado: o livro *Dez Estórias imorais***



“Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta  
que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”

Cecília Meireles, “Romance XXIV ou  
da Bandeira da Inconfidência”  
de *Romanceiro da Inconfidência*

O livro *Dez Estórias imorais*, de Aguinaldo Silva, reúne escritos ficcionais redigidos entre outubro de 1960 e maio de 1965. São eles: “De como a prostituta Rita Pereira Noivou, Casou e Morreu, numa Noite de São João, em Plena Zona do Cais do Recife ou Estranho Itinerário”; “O Nada jamais Acontecerá”; “O Círculo de Giz”; “Um Homem, sua Maldade e a Marinha Nacional”; “Westhalia: Um Mar”; “Cidade, Mulher e Rio”; “A Primeira Sede”; “O Despertar de Toin’ Quirino”; “O Morto na Rua” e “Proclamação final”.

Esse conjunto de textos foi publicado em livro pela Gráfica Editora Record em 1967 – é uma brochura de tamanho pequeno, com 148 páginas e um projeto gráfico bem simples. Houve uma segunda edição em 1969 pela mesma editora.

Essas dez histórias, mais do que serem histórias de ação, narrativas de acontecimentos, centram-se em descrições de personagens e os acontecimentos desenrolam-se em função delas. As personagens dessas narrativas são essencialmente de dois tipos sociais: os excluídos pela miséria, como os retirantes da seca, prostitutas de baixo escalão, bêbados e loucos, e, personagens da baixa classe média, como a dona de casa sonhadora e insatisfeita e o funcionário do pequeno escritório. As narrativas buscam, simultaneamente, entender socialmente as personagens em questão e também retratá-las internamente dando-lhes a voz narrativa.

Um exemplo de dar voz narrativa à personagem, no caso, um excluído, pode ser visto no texto “A Primeira Sede”. O conto é narrado em primeira pessoa por um retirante sobrevivente que fugira da seca e agora, velho, retorna a Cabrobó de onde saíra. Por que voltara? “Por que voltei? Ora bem, Cabrobó é a minha terra. E depois, o senhor pensa que Cabrobó é e sempre será essa mesma visão do inferno? Pois nisso, imaginação tão fraca a sua, é que reside o engano”.

Outro exemplo da narrativa literária como um espaço para dar voz às personagens pode ser visto no título do primeiro conto “De como a Prostituta Rita Pereira Noivou, Casou e Morreu, numa Noite de São João, em Plena Zona do Cais do Recife ou Estranho Itinerário”. Esse título mimetiza a forma dos títulos de folhetos de cordel, um tipo de publicação pertencente ao âmbito sócio-cultural da personagem central, a prostituta Rita Pereira.

No que tange às personagens das classes baixas, o autor assinala o lado opressivo do trabalho alienante e da repressão sexual e familiar, como pode ser visto no conto “O Círculo de Giz” que descreve assim o cotidiano de um funcionário de um escritório: “...chegava mesmo a armazenar forças mas caía na mesma estagnação, as mãos cansadas. Haviam traçado um círculo de giz ao seu redor, não havia como escapar. O dia, o dia; o tudo, o tudo; o nada, o nada”.

Sabendo-se que mais tarde Aguinaldo Silva se tornará escritor de telenovelas, não podemos deixar de observar que em duas histórias desse livro, da década de 1960, aparece, na construção das personagens o tema da função da radionovela e do radiojornalismo. No conto “O Nada jamais Acontecerá”, Lu é uma dona de casa casada com Manuel e “inteiramente sufocada” em sua vida sem emoções. Os parâmetros que fazem com que ela perceba esse vazio e que assinalam a falta de emoção de sua vida eram as vidas das heroínas e dos condes das radionovelas:

que horas? Ele olha o relógio, murmura, nove horas. E ela: está na hora da novela diz com um sorriso triste (...) Depois tudo começa, o conde é o primeiro a falar com sua voz quente. Ela olha Manuel dormindo, a boca entreaberta, murmura, eis o meu conde.

Note-se que o uso do artigo definido no título do conto, “**O** Nada jamais Acontecerá”, faz ressoar títulos de radionovelas melodramáticas, cujo exemplo maior é “**O** Direito de Nascer” escrita pelo cubano Felix Caignet em 1946 e que já havia sido

apresentada, por quase dois anos, a partir de 8 de janeiro de 1951 no Brasil, em adaptação de Eurico Silva pela Rádio Nacional contando no seu elenco com Paulo Gracindo (como Albertinho Limonta), Iara Sales (mamãe Dolores) e Roberto Faisal (Dom Jorge Luiz), entre outros.

No já citado conto “O Círculo de Giz”, Mateus, o entediado funcionário burocrático insere a programação do rádio no seu cotidiano: “Depois o jornal falado pelo rádio, o programa esportivo e uma ária insignificante que assim mesmo era uma ária. E a volta para o ponto (...) Não havia como fugir.”

Para a personagem Lu a ficção radiofônica fornece a possibilidade de sonhar e esse sonho permite que ela dimensione suas frustrações. Já para Mateus, antagonicamente, o rádio fornece informação (jornal falado), entretenimento (programa esportivo) e cultura (ária), mas fazem parte de um cotidiano mecanizado e limitado. Hoje em dia, em virtude da configuração atual dos sistemas de comunicação no país, podemos supor que o rádio não apareceria com tanta ênfase no cotidiano dessas personagens. Esse papel, talvez, seria da televisão. Lembremos que os contos “O Círculo de Giz” e “O Nada jamais Acontecerá” são ambos de 1960, quando a televisão acabara de chegar a Recife com a inauguração da TV Rádio Clube integrante do grupo Diários e Emissoras Associados de propriedade de Assis Chateaubriand.

Permanecendo no tópico da presença dos meios de comunicação no livro *Dez Estórias Imorais* citemos mais duas passagens.

A função informativa do jornal aparece no último conto do volume, “Proclamação Final”, de maneira bastante negativa, quando o protagonista fica sabendo do suicídio de Lucinda pelas páginas do noticiário policial e pensa: “agora ela morta, meia dúzia de linhas na página de um jornal, desse Diário de Pernambuco que não passa de um pasquim nojento e desatualizado, Lucinda sendo suja pelas páginas

Diário de Pernambuco antigo e fora de moda”. Em outra passagem do conto, a mesma personagem afirma: “O jornal não tinha cor para mim, o jornal não era nada”.

Ainda nesse mesmo conto aparece uma radiovitrola, um rádio acoplado a um toca-discos, uma radiola, não como veículo de entretenimento, lazer, cultura ou informação, mas, sim primordialmente como uma mercadoria, um almejado bem de consumo. Lucinda, pobre amante da personagem central tinha o sonho de “finalmente ir morar em Boa Viagem. Numa quitinete mesmo, dizia, não tenho ambições. E uma radiola, discos de alta fidelidade, um litro de uísque escocês”.

No livro,, em que pese a ilustração da capa um tanto marota e satírica, não se pode dizer que o termo ‘imoral’ se refira essencialmente ao âmbito sexual, há cenas e reflexões sobre sexo, mas o dominante no significado do termo imoral é a imoralidade da pobreza, da exclusão, da falta de perspectivas.

*Dez histórias imorais* foi publicado pela Gráfica Editora Record em 1967. Nove anos depois em 11/12/1976 foi publicado no *Diário Oficial da União* o veto “a sua publicação e circulação” – seguindo a mesma fórmula dos demais vetos a livros:

“Nos termos do parágrafo 8º do artigo 153 da Constituição Federal e artigo 3º do Decreto-lei nº. 1077, de 26 de janeiro de 1970, proíbo a publicação e circulação em todo território nacional, do livro intitulado “DEZ ESTÓRIAS IMORAIS (...) por exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes.”

Para entendermos melhor esse fato é preciso retomar, brevemente, a atuação prévia do escritor.

### **O escritor Aguinaldo Silva**

Aguinaldo Silva é um escritor de ficção televisiva muito produtivo e de grande aceitação pelos telespectadores. Ele iniciou suas atividades na televisão no ano de

1979 com o seriado *Plantão de Polícia*, e, até 2010, havia escrito cinco minisséries e doze telenovelas, todas produzidas e transmitidas pela Rede Globo. Algumas dessas telenovelas são marcos de sucesso e de altos índices de audiência como *Pedra sobre pedra*, *Tieta*, *A Indomada* e *Senhora do Destino*.<sup>94</sup>

Anteriormente ao início de sua atuação em televisão, Aguinaldo Silva havia publicado um livro e trabalhara como jornalista. Em 1964, mudou-se de Pernambuco para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar em reportagens policiais no jornal *O Globo*. Durante a década de 1970, Aguinaldo Silva atuou como colaborador nos jornais *Opinião* e *Movimento*, ambos podendo ser caracterizados como publicações de resistência à ditadura militar. Como jornalista, nos anos 1970, o autor foi processado duas vezes por crimes de opinião – figura jurídica presente na lei de imprensa, lei nº 5.250/67 de 9 de fevereiro de 1967.

Em abril de 1978, em conjunto com Peter Fry, Jean-Claude Bernardet, Darcy Penteadó, João Silvério Trevisan e outros artistas e intelectuais, Aguinaldo Silva lançou o primeiro número do jornal *O Lampião*, uma publicação inicialmente voltada para a defesa dos direitos das minorias em geral e que acabou por concentrar-se especialmente na defesa dos direitos dos homossexuais. O nome da publicação, em seu primeiro número, era *Lampião de Esquina*, uma referência tanto à vida das ruas, à vida noturna, como ao rei do cangaço – Virgulino Lampião. A edição era de dez mil exemplares e era vendido por todo o país.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> Minisséries: *Lampião e Maria Bonita* (1982), *Bandidos da Falange* (1983), *Padre Cícero* (1984), *Tenda dos Milagres* (1985), *Riacho Doce* (1990) e *Cinquentinhas* (2009); Telenovelas: *Partido Alto*, com Glória Perez (1984), *Roque Santeiro*, colaborador de Dias Gomes (1985), *O Outro* (1987), *Vale Tudo*, colaborador de Gilberto Braga (1988), *Tieta* (1989), *Pedra sobre Pedra* (1992), *Fera Ferida* (1993), *A Indomada*, em co-autoria com Ricardo Linhares (1997), *Meu Bem Querer*, como supervisor de texto (1998), *Suave Veneno* (1999), *Porto dos Milagres*, em co-autoria com Ricardo Linhares (2001), *Senhora do Destino* (2004) e *Duas Caras* (2007). Ver: Fernandes, Ismael. *Memória da Telenovela Brasileira*. Ver também o *blog* de Aguinaldo Silva no portal da Globo na internet em que comenta suas produções e conta histórias de sua vida – <http://bloglog.globo.com/blog/>.

<sup>95</sup> James Green. *Além do Carnaval. A homossexualidade no Brasil do século XX*, pp.430-431.

A publicação perdurou até junho de 1981, e por conta desse jornal, Aguinaldo Silva respondeu, em 1979, a um processo baseado na Lei de Segurança Nacional – “Foi o momento mais difícil de minha carreira de jornalista. Havia uma insegurança total e podia ser preso a qualquer momento” disse o autor em entrevista para a revista *Isto É*.

O temor de ser preso a qualquer momento se justificava, uma vez que a Lei de Segurança Nacional, nome como ficou conhecido o Decreto-Lei n.898, de 29 de setembro de 1969, no seu art. 3º definia que

a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e a repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva<sup>96</sup>.

A mesma lei também determinava que os crimes contra a segurança nacional fossem submetidos a processo e julgamento pelo foro militar e que o encarregado do inquérito podia manter o indiciado preso durante as investigações pelo prazo de trinta dias, prorrogável por mais trinta, e manter o preso incomunicável por 10 dias.

Uma década antes disso, em 1969, o autor foi preso e ficou detido por setenta dias devido a um prefácio ao livro *Diário* de Che Guevara, publicado pela Coordenada Editora.

No romance autobiográfico *Lábios que Beijei*, escrito em 1990 e publicado em 1992, Aguinaldo Silva, relata assim a história dessa publicação:

Em meados de 1968, a convite do editor Victor Alegria, escrevi para uma das muitas edições brasileiras do *Diário* de Che Guevara um prefácio a que dei o pomposo título de “A Guerrilha não Acabou”. O livro foi publicado pela Coordenada Editora, da qual ele era dono, e à

---

<sup>96</sup> O conceito de Segurança Nacional havia sido utilizado antes no Decreto-Lei nº. 314 de março de 1968 e na Constituição de 1967, oficializada em 24 de janeiro de 1967.

qual eu prestava eventuais serviços (...). O livro ficou poucos meses nas livrarias: em dezembro foi promulgado o Ato Institucional n.º 5, que, entre outras prerrogativas, dava às autoridades poderes para apreender livros e punir quem tivesse alguma coisa a ver com eles, até mesmo quem os guardasse em casa. Às voltas com as atribuições cada vez maiores da minha vida privada, nunca me preocupei em perguntar ao Victor o que fora feitos dos exemplares não vendidos do *Diário*. Achava que ele tivera o bom senso de descobrir um modo qualquer de destruí-los. Na verdade, com todos os riscos, o editor decidira guardar o que restara da edição. (...) Os muitos exemplares formavam uma pilha enorme, conforme os agentes do Centro de Informações da Marinha que invadiram o local em seguida a uma denúncia anônima. Eram muitas pessoas que deviam ser castigadas por causa deles – desde o pobre dono do depósito que jurava não saber o que continham os pacotes empilhados, até eu<sup>97</sup>.

O depósito foi descoberto e, no dia seguinte ao entrar em seu apartamento ao voltar do trabalho na redação do jornal *O Globo*, Aguinaldo Silva foi coagido a acompanhar três homens que o levaram para os porões do Ministério da Marinha onde foi interrogado.

A pergunta central do interrogatório dizia respeito ao título do prefácio escrito para o *Diário* de Che: “– O senhor diz aqui que a guerrilha não acabou. Baseado em que informações pode afirmar uma coisa dessas. O que senhor sabe sobre a guerrilha que nós *ainda* não sabemos?” Frente a essa pergunta o escritor tentou responder que a afirmação fora feita em um sentido figurado e uma brincadeira com um filme de Alain Resnais – o filme *A Guerra Acabou* (*La Guerre est Finie*), de 1966, que já havia sido exibido aqui. Ao final da conversa, o interrogador falou a Aguinaldo Silva que ele

---

<sup>97</sup> Aguinaldo Silva. *Lábios que Beijei*, pp. 91 e seguintes.

“estava preso e seria processado, de acordo com o Ato 5, por ter escrito esse *monte de merda*”.

– Mas o livro foi publicado antes do Ato 5 – argumentei – e a punição não pode ser retroativa...

Ao que o comandante (...) respondeu:

- Nesse caso você não vai ser processado...mas vai ficar preso sim

Para dimensionarmos a gravidade da situação citemos, Aguinaldo Silva falando sobre o fato:

Sinto vergonha por meus carcereiros (...) Esta deve ser mais uma das minhas falhas: o fato é que a violência, antes de me causar revolta, me faz sempre ficar envergonhado e com pena de quem a pratica. Foi por puro constrangimento que durante 20 anos evitei falar de minha prisão – só escrevi sobre ela uma vez no jornal *Lampião*, de que fui editor.

Sem vínculo com grupos políticos organizados, vivendo Lapa do Rio de Janeiro da década de 1960, bairro em que havia baixa prostituição e pequena criminalidade e Aguinaldo Silva, preso, se perguntava “Como ficar incomunicável 45 dias por causa de um simples prefácio?” e finalmente percebeu “estava incomunicável (...) não porque fosse autor de um perigoso e subversivo texto, mas porque era homossexual”.

Aguinaldo Silva publicou mais de 13 livros. O mais recente, *98 tiros de audiência*, foi publicado em 2006 pela Editora Geração Editorial. Seus livros mais considerados pela crítica são *República dos Assassinos*, de 1976, e *O Homem que Comprou o Rio*, de 1986. Essas duas obras, relatos do gênero literatura policial, elaboradas a partir de fatos reais ocorridos entre militares, policiais e o mundo do crime carioca, foram traduzidos e publicados na coleção *Série Noire* da Editora Gallimard, na França.

## A censura do SCDP

A censura ao livro *Dez Estórias Imorais* foi resultado de um parecer elaborado por um técnico de censura do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal.

Nesse parecer, disponível para consulta no Arquivo Nacional, o técnico de censura inicialmente apresenta o conjunto dos textos e depois recorta dois contos que, ele indica, deveriam ser censurados:

São dez contos de um mesmo autor com assuntos variados, como a vida de prostitutas num bordel, a vida dura nas caatingas com seus retirantes, estórias de marinheiros nos portos do Brasil, etc.

Das dez estórias duas implicam em veto para liberação por conterem matéria imprópria:

1) UM HOMEM, SUA MALDADE, E A MARINHA NACIONAL: a vida de um marinheiro contado por ele desde sua infância no Ceará, suas provações, sua entrada para a Marinha, suas aventuras com mulheres depravadas e seu envolvimento homossexual com um Capitão de Corveta, inclusive citando o nome do navio onde serviu, Baependí.

2) PROCLAMAÇÃO FINAL: um inconformado com a vida, onde é contra tudo e contra todos. Nas suas falas / ofende a igreja com críticas mordazes e indecentes sobre monges e padres (...). Além do mais, ofensa aos militares em geral, chamando-os de estúpidos.

Em razão do exposto sou de opinião, s.m.j., que sejam proibidas a publicação e exteriorização do livro examinado (...)

Note-se que apesar da redação um pouco confusa e do técnico salvaguardar-se usando a expressão “salvo melhor juízo” antes de expressar sua opinião, o censor não propõe o veto ao livro todo. O parecer afirma que o livro aborda prostitutas e “estórias de marinheiros”, mas ele não vê nesses temas fundamentos para o ato censório. Os dois contos que o parecer salienta como censuráveis são aqueles em que aparecem avaliações negativas e descrições de ações não aceitas pela moral tradicional relativas

a marinheiros, religiosos e militares. Ou seja, o parecer não indica o veto a toda e qualquer “matéria contrária à moral e aos bons costumes”, mas, sim, aquelas que digam respeito a autoridades constituídas pertencentes aos quadros da Marinha, Igreja ou Exército.

No caso da narrativa que envolve o marinheiro, o parecer enfatiza que o conto fala em “envolvimento homossexual com um Capitão de Corveta”, ou seja, um superior hierárquico no interior da Marinha Brasileira e destaca também que na narrativa, o marinheiro cita o “nome do navio onde serviu, Baependí”, que foi, de fato, um navio de Guerra que esteve a serviço da Marinha Brasileira de 1953 a 1973. O nome Baependí é uma homenagem a uma cidade com esse nome em Minas Gerais.

O mais inusitado em relação a esse parecer e ao ato censório que ele engendrou é a data de sua realização: oito anos depois da publicação do livro em questão quando, normalmente, o círculo de vida de um livro não integrante de um *cânone* consolidado já está encerrado.

A hipótese mais coerente que se pode aventar para explicar o porquê do exame pelo SCDP em 1975 e o decorrente ato censório, em 1976, do livro *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva, publicado em 1967, ou seja, nove anos depois, é que a atuação posterior de Aguinaldo Silva colaborador de publicações em franca oposição com a ditadura militar deu mais visibilidade para o autor e pode ter motivado, quer por denúncia explícita, quer por automotivação, uma nova empreitada da censura do DCDP em relação a ele.

Confirmando essa hipótese, de que a atuação de Aguinaldo Silva enquanto jornalista, em 1975, nos jornais *Movimento* e *Opinião*, juntamente com sua militância pelos direitos dos homossexuais, motivaram ao exame e o veto censório ao livro *Dez*

*Estórias Imorais* vale a análise de algumas das matérias jornalísticas assinadas pelo autor nesse ano:

Em 14 de fevereiro de 1975, Aguinaldo Silva publicou no jornal *Opinião* uma matéria intitulada “Uma Tragédia Americana”, o subtítulo era: “de um lado Moradores da Zona Norte, de outro, uma Garota de Ipanema”. Com um texto irônico, o autor denuncia como “velhos repórteres policiais” com sua “crueldade típica” e a imprensa em geral estão, apesar das evidências de um crime cometido por uma jovem de classe média alta contra um trabalhador braçal da periferia, protegendo a jovem suspeita que está “escudada em um jogo de aparências que tipifica as jovens de sua classe”.

Aguinaldo Silva acaba por concluir que, nesse caso, imprensa e polícia, ao invés de noticiarem e investigarem estão a serviço do *apatheid* social vigente numa tendência de “dividir claramente os personagens dessa atormentada história”: “de um lado, os moradores de uma vila da zona norte, os empregados de um posto de gasolina e de uma loja de consertos de televisão na Lapa, de outro, a bela, bem falante e promissora universitária Lourdes, uma garota de Ipanema, *comme il faut*.”

Outro exemplo de matéria-denúncia publicada por Aguinaldo Silva em 1975 pode ser encontrado no jornal *Movimento* no dia 1º de setembro: “Incidentes no Grande Rio” conta como “Um ladrão foi morto a tiros, outro linchado; dois assaltantes (foram) espancados, outro linchado; (e) um contingente da PM foi ameaçado pela multidão”. A matéria ironicamente conclui que na periferia da cidade do Rio de Janeiro só há marginais e, depois de observar que todos os assaltos foram motivados pela busca de comida, explica com as palavras de Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu: “Sim, eles são marginais. Mas não no sentido que a polícia dá a essa palavra, e sim, porque vivem aqui abandonados em qualquer infraestrutura que os permita viver dignamente.”

Salientemos ainda que em 1975, ano do exame censório de *Dez Estórias Imorais*, Aguinaldo Silva publicou, pela Editora Pallas, no Rio de Janeiro o romance *Primeira Carta aos Andróginos* – um texto explícita e francamente homoerótico.

Muito mais do que o livro, publicado há muito tempo e com seu ciclo de divulgação praticamente encerrado, tudo leva a crer que foi o fato de Aguinaldo Silva colaborar regularmente em jornais de oposição que motivou o exame do livro em questão e acabou gerando o estranho fato de uma edição de um livro ser censurada nove anos depois de publicada e com base em um ato jurídico que sequer existia quando a edição do livro foi lançada, pois o Decreto-Lei nº 1.077/70 que subsidiou a decisão do Ministro da Justiça para proibir a “publicação e circulação em todo território nacional” do livro, foi decretado em 26 de janeiro de 1970.

Para reforçar ainda mais a hipótese de que o exame e o veto a *Dez Estórias Imorais* deveram-se a motivos outros que não o próprio livro, lembremos que, em virtude do grande movimento editorial brasileiro em termos de número de títulos publicados por ano, o SCDP só examinava livros quando acionado para tal. Um ofício do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Moacyr Coelho, dirigido ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, datado de 31 de janeiro de 1977, comentando um documento de protesto que ficou conhecido como o *Manifesto dos 1000 intelectuais contra a censura*<sup>98</sup>, afirma:

Quanto a livros, convém esclarecer, de logo, que este Departamento só manda verificar aqueles remetidos pelos órgãos descentralizados, em decorrência de solicitações recebidas, nas

---

<sup>98</sup> O documento que ficou conhecido como “Manifesto dos 1.046 intelectuais contra censura” foi entregue, em Brasília em 25 de janeiro de 1977, por um grupo composto por Hélio Silva, Nélida Pinõn, Jéferson Ribeiro de Andrade e Lygia Fagundes Telles para ser encaminhado para o Ministro da Justiça Armando Falcão, Assinavam o documento nomes como: Antonio Candido, Chico Buarque, Jorge Amado, Paulo Emilio Sales Gomes, etc. (ver, entre outros, *Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995*, volume Literatura, p. 33. Elio Gaspari em *A Ditadura Encurralada*, p. 495, fala em mil intelectuais e enfatiza que o protesto era contra a censura ao livro *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca.).

respectivas áreas de pais, professores, livreiros ou autoridades locais (...) já que seria impossível programar a verificação de toda produção literária posta em circulação no Brasil. (Fundo: DCDP, Seção: administração Geral; Série: Correspondência oficial; Subsérie: ofícios de comunicação; ofício no. 053/77 – DCDP, Brasília, 31/01/1977)

\* \* \* \*

O trajeto de censura do livro *Dez Estórias Imorais* repete, com as devidas modificações, percurso análogo à prisão de Aguinaldo Silva em 1969. Nos dois casos a motivação declarada como sendo a causa da censura não era a motivação real. A prisão do autor em 1969 foi declarada como sendo devida ao prefácio “A guerrilha não acabou” no *Diário* de Che Guevara, mas a motivação real, conforme concluiu Aguinaldo Silva, foi homofobia. Em 1976 tudo indica que a censura ao livro *Dez Estórias Imorais* deu-se não devido ao livro, mas sim como uma forma de homofobia e também de coação ao jornalista e militante Aguinaldo Silva.

#### IV. Livro e prisão – o caso *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós



“Ao longo do tempo, histórias e estórias se repetem. O Estado republicano, censor por excelência, foi responsável pela mutilação da cultura nacional interferindo, negativamente, na construção do conceito de cidadania. O aparato policial (...) deve ser considerado como um dos promotores da barbárie, da violência, da segregação e da intolerância, marcas registradas deste século XX. O Estado tem aqui a responsabilidade enquanto gerenciador e legitimador da brutalidade, promotor do medo e da autocensura. No entanto, ao nos debruçarmos sobre os arquivos policiais, constatamos que os intelectuais brasileiros conseguiram, nos subterrâneos da sociedade, colaborar para a metamorfose da realidade, suplantando sua condição de meros espectadores conformados.”

Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros Proibidos, Ideias Malditas*

O livro *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, foi publicado em maio de 1977 pela editora Alfa-Ômega. Autobiográfico, ele relata a participação do autor na guerrilha urbana durante a década de 1960 e discute essa opção política. O autor, preso entre agosto de 1969 e setembro de 1974, redigiu o livro em 1973, depois de saber da morte, na prisão, da ativista de esquerda Aurora Maria Nascimento Furtado<sup>99</sup>.

Em 27 de julho de 1977, ao sair do trabalho, na Editora Abril, Renato Tapajós foi preso, novamente, pela segunda vez, por agentes do DEOPS (Polícia Civil do Departamento de Ordem Política e Social), pois o livro, segundo ofício do delegado Sergio Fernando P. Fleury, violava a Lei de Segurança Nacional por ser “uma apologia do terrorismo, da subversão e da guerrilha em todos os seus aspectos”<sup>100</sup>.

O impacto da notícia– caso único de autor preso durante a ditadura militar por causa do conteúdo de um livro e o espanto do fato dar-se no momento do início de um processo de abertura política “lenta, gradual e segura” – geraram uma grande mobilização da imprensa e da sociedade. Quase todos os dias, jornais, tanto da grande imprensa quanto da imprensa alternativa, publicaram matérias protestando contra o caso. No dia 9 de agosto, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou e a *Folha de S. Paulo* publicou o texto (não as assinaturas) de um abaixo-assinado (com 800 signatários) protestando publicamente contra a prisão. Além disso, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo recebeu um grande número de cartas (treze em português, duas em espanhol e 25 em inglês) especialmente de membros da organização Anistia Internacional, protestando contra a prisão de Tapajós<sup>101</sup>.

O autor foi solto em 23 de agosto de 1977.

---

<sup>99</sup> Marcelo Ridenti. *Em Busca do Povo Brasileiro*, p. 154.

<sup>100</sup> Documento reproduzido em: Silva, Mário Augusto Medeiros da. *Os Escritores da Guerrilha Urbana. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*, p. 14.

<sup>101</sup> Dados extraídos de: Mário Augusto Medeiros da Silva. *Op. cit.*

## Memórias de Lutas

*Em Câmara Lenta*, publicado em 1977, é o primeiro texto de memórias de ex-militantes políticos da década de 1960. É, mais especificamente, o “primeiro livro de memórias, um romance, fruto de um militante ativo do período de desenvolvimento e fim das ações armadas e da guerrilha urbana”, especifica Mário Augusto Medeiros da Silva, no livro *Os Escritores da Guerrilha Urbana*.

A partir do fim da vigência do Ato Institucional número 5, AI-5, em 31 de dezembro de 1978, e da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, começa a surgir uma série de livros-depoimentos sobre o tema. Entre as memórias dos militantes de esquerda que apareceram em forma de livro no final da década de 1970 destacam-se, *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis, e o grande impacto e sucesso editorial *O Que É Isso Companheiro?*, de Fernando Gabeira – títulos que se destacam entre aqueles que integram a vertente à esquerda da memorialística que “foi, de algum modo, a primeira tentativa de construção de uma narrativa histórica sobre o período”<sup>102</sup>.

*O Que É Isso Companheiro?*, que tem o termo “depoimento” como subtítulo, é a fala da memória modificada pelo tempo e pelo trabalho de elaboração do texto. Ziraldo, nas abas do livro salienta esse último aspecto: “Eu me pergunto se este livro é um romance, se é um livro de memórias, se é um *causo* muito grande contado por uma testemunha ocular e atenta de sua própria história”. Ziraldo conclui: “Seja o que for, ele é escrito com a maestria de um experimentado romancista, um escritor de palavras precisas e adjetivos exatos, enxuto”. Mais adiante, reforçando a tese, Ziraldo afirma: “Fernando Gabeira é um jornalista, foi um guerrilheiro, é um político atuante e lúcido, um possível líder sereno e incisivo. Mas, ao final deste livro o leitor vai descobrir que, mais do que tudo isso – aqui e agora – Fernando Gabeira é um escritor”.

---

<sup>102</sup> Carlos Fico. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 4, no. 47, 2004, p.31.

Em *Gavetas Vazias – ficção e política nos anos 70*, Tânia Pellegrini defende a ideia de que o caráter referencial de memória vivida é um atributo central para subsidiar explicações do sucesso de vendas de *O Que É Isso Companheiro?* Pois, segundo Pellegrini, “O ouvinte dessa fala (o leitor desse relato) a ela se prende desde o início e, ouvindo-a, tem a impressão de enveredar por um caminho proibido, que leva à verdade antes censurada. É a aventura da transgressão”. A transgressão narrada é partilhada pelo leitor, que se torna cúmplice dela, no ato de leitura: “É a aventura da transgressão, duplamente colocada: do autor, enquanto executor de ações contra o regime, e do leitor, copartícipe, cúmplice pelo ato de leitura: Nessa simbiose, a explicação do sucesso do livro”<sup>103</sup>.

Em 1979, o livro *O Que É Isso Companheiro?*, publicado pela editora Codecri do Rio de Janeiro, vendeu oitenta mil exemplares<sup>104</sup>. Até o final de 2009, segundo informações da Companhia das Letras, editora que passou a publicar a obra depois da Codecri, o livro já teve mais de quarenta edições e já foram vendidos mais de 250 000 exemplares.<sup>105</sup>

Alfredo Sirkis, no livro de não ficção *Os Carbonários*, relata sua transformação, entre 1967 e 1971, aos dezenove anos, em militante guerrilheiro urbano sob o codinome Felipe. No prefácio da edição de 1998, republicado na edição de 2008 da Editora BestBolso, o autor afirma “não me desconforta esse passado, também não me enaltece”. Salienta, ainda, que “seu inventário de cicatrizes é relativamente brando, que se resume à dor da perda de alguns queridos companheiros”, pois, destaca: “Nos anos de chumbo tive a tríplice felicidade de sobreviver, não ter sido capturado e seviciado e não ter matado ninguém”.

---

<sup>103</sup> Tânia Pellegrini. *Gavetas Vazias – Ficção e Política nos anos 70*, pp. 36-37.

<sup>104</sup> Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil*, 2ª ed., p. 596.

<sup>105</sup> Fonte: sítio eletrônico da Editora. Consultado em 23/07/2008.

*O Que É Isso Companheiro?* e *Os Carbonários* ganharam o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, CBL, na categoria biografia em 1980 e 1981, respectivamente.

*Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis, juntamente com *1968 – O Ano que não Terminou*, de Zuenir Ventura, serviram de base para a minissérie da TV Globo *Anos Rebeldes*<sup>106</sup>, exibida de 14 de julho a 14 de agosto de 1992. *Anos Rebeldes* foi exibida no momento em que se iniciava no País a mobilização pela instauração do processo de *impeachment* do Presidente Collor de Mello, acusado de corrupção, e muitas pessoas estabeleceram “de imediato uma relação de causa e efeito entre *Anos Rebeldes* e os fatos que resultaram na onda de manifestações estudantis que redundaram no *impeachment* de Fernando Collor”<sup>107</sup>.

Sobre o fato de a Rede Globo, emissora tida na década de 1970 como porta-voz da ditadura militar, ter tematizado diretamente, com a minissérie *Anos Rebeldes*, pela primeira vez, fatos históricos dos anos 1960 e 1970, o jornalista Luis Antonio Girón, perguntou “terá mudado a Globo ou o passado se adequou às suas necessidades?” e respondeu: “Ambas as opções não são incorretas. A Globo é uma senhora que anda mais tolerante com a realidade. O ‘perigo comunista’ acabou e não há motivos de sobressaltos com golpes. A senhora alivia a tensão ancestral no trabalho de *marketing* político na ficção”<sup>108</sup>.

*O Que É Isso Companheiro?*, de Fernando Gabeira, e *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis, não tiveram problemas com o Departamento de Censura federal nem com qualquer outra instância dos órgãos censórios.

---

<sup>106</sup> Fonte: *Dicionário da TV Globo*. Volume 1, p. 340.

<sup>107</sup> Narciso Lobo. *Ficção e Política*. O Brasil nas Minisséries, p. 325

<sup>108</sup> Matéria reproduzida em Narciso Lobo. *Op. cit.*, p. 296.

Renato Tapajós foi o único caso de autor preso durante a Ditadura militar devido ao conteúdo de um livro. Outros escritores foram presos no período devido a textos, mas eram textos publicados em jornais ou revistas. Lembremos, por exemplo, que quase todos os integrantes do periódico *O Pasquim*, entre eles os jornalistas e escritores Paulo Francis e Ivan Lessa, foram presos no final de 1970. *O Pasquim*, periódico publicado desde 1969 até 1991, teve seu auge de vendas em meados dos anos 1970 e travou vários embates contra a censura.

Antonio Candido observou, em 1972, que durante a ditadura militar o controle sobre os meios de comunicação se dava em função do público atingido:

O atual regime militar do Brasil é de natureza a despertar o protesto incessante dos artistas (..) e seria impossível que isto não aparecesse nas obras criativas (...). Por outro lado, este tipo de manifestação é extremamente dificultado pelo regime, que exerce um controle severo sobre os meios de comunicação. Controle total na televisão e no rádio, quase total nos jornais de maior circulação, muito grande no teatro e na canção; nos livros e nos periódicos de pouca circulação a repressão é mais branda, porque em razão direta do alcance dos meios de comunicação<sup>109</sup>.

Anteriormente a Renato Tapajós, Monteiro Lobato foi preso, em 1941, por acusações relativas ao conteúdo de um de seus livros: o livro em pauta era *A questão do Petróleo*.

### ***Em Câmara Lenta* – censura ao livro, prisão do autor**

A primeira e a segunda edições de *Em Câmara Lenta* são providas de uma impactante capa criada por Moema Cavalcanti. Uma seqüência de três fotogramas

---

<sup>109</sup> Antonio Candido. “A literatura brasileira em 1972”. *Arte em Revista*, número 1 (tema: anos 60), p. 25.

como se fizessem parte de um rolo de filme e em cada um deles, em extremo close-up, uma boca: lábios sorrindo; lábios entreabertos; lábios com um fio de sangue. Esses lábios estão desenhados com um traço preto simples e grosso. O fundo é branco. O nome do autor e da editora e também estão impressos em preto, com letras retas. Quebrando a relação branco/preto, o título e o sangue, em vermelho.

O traçado preto no fundo claro lembra capas em xilogravura de cordéis nordestinos; a seqüência de três bocas repetidas faz referência ao universo do cinema, presente no título, também faz ressoar os quadros da década de 1960 de Andy Warhol assim como cartazes cinematográficos e publicitários. O vermelho e o sangue dão novos significados a essas referências e introduzem o Brasil da ditadura.

A boca que sorria, saberemos depois, era de Aurora Maria Nascimento Furtado, morta em uma sessão de tortura. A narrativa se desenvolve em dois eixos – presente e passado – e em vários blocos temporais distintos – memórias de distâncias variadas. Entre esses blocos e ao mesmo tempo completando-os a cena da prisão e da tortura de Aurora Furtado vai se repetindo como uma imagem-refrão e vai se completando. Enquanto estava preso, Renato Tapajós enviava os originais, clandestinamente, em pequenos retalhos de papel, pelas visitas que recebia. Quando saiu da prisão procurou várias editoras antes de acertar a publicação pela Alfa-Ômega.

A publicação de *Em Câmara Lenta* dá início a uma seqüência de fatos surpreendentes. Sinteticamente<sup>110</sup>:

- **maio de 1977** – evento de lançamento de *Em Câmara Lenta* em São Paulo, Pinheiros, na Rua Lisboa, em uma galeria de arte que também faz molduras. Venda de cerca de 800 exemplares no período do lançamento:
- **13 de julho de 1977** – resenha na revista *Veja* sobre *Em Câmara Lenta*;

---

<sup>110</sup> Nessa cronologia utilizamos como fonte os já citados livros de Marcelo Ridenti e Mário Augusto Medeiros da Silva e entrevistas concedidas pelo editor Fernando Mangarielo à autora em julho de 2008.

- **Junho e julho de 1977** – artigos no *Jornal da Tarde* sobre o livro<sup>111</sup>;
- **18 de julho de 1977** – delegado Sergio F. P. Fleury encaminha à Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública ofício em que afirma que *Em Câmara Lenta* inflige a Lei de Segurança Nacional;
- **21 de julho de 1977** - Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública emite documentação confidencial informando sobre o livro;
- **27 de julho de 1977** – prisão de Renato Tapajós por ordem do Coronel Erasmo Dias;
- **30 de julho a 30 de agosto de 1977** – grande mobilização da imprensa, dos intelectuais e de diversas organizações com manifestações de repúdio pela prisão de Renato Tapajós;
- **03 de agosto de 1977** – depoimento dos editores Fernando e Claudete Mangarielo, sendo que Fernando Mangarielo ficou preso dois dias;
- **08 de agosto de 1977** – Ministério da Justiça proíbe a publicação e circulação do livro *Em Câmara Lenta*;
- **09 de agosto de 1977** – manifesto abaixo-assinado de intelectuais em apoio a Renato Tapajós;
- **23 de agosto de 1977** – Renato Tapajós deixa a prisão;
- **30 de setembro de 1977** – Procurador apresenta denúncia ao Ministério Público contra o escritor por incitação à subversão;
- **25 de outubro de 1977** – início do julgamento do autor.
- **Março a abril de 1978** – desenvolvimento do processo. O julgamento contou com parecer técnico do prof. dr. Antonio Cândido de Mello e Souza que se encerra da seguinte maneira: “Resumindo para concluir: em qualquer nível que me coloque, sou levado a negar que “*Em Câmara Lenta*” constitua um inventivo ou sequer um mero exemplo de atividade subversiva. E se fosse necessário extrair dele uma *lição*, como dos velhos romances alegóricos, eu concluiria que é, antes, o contrário”.
- **26 de abril de 1978** – O Conselho Permanente de Justiça absolve Renato Tapajós;

---

<sup>111</sup> Em entrevista a Marcelo Ridenti, Renato Tapajós afirma que acredita que foi através desses artigos que o Coronel Erasmo Dias atentou para *Em Câmara Lenta*. Agradeço a Marcelo Ridenti o envio da transcrição integral da entrevista. Mário Medeiros atribui essa função à resenha publicada na *Veja*.

- **Outubro de 1978** - Supremo Tribunal Militar absolve Renato Tapajós;
- **17 de março de 1979** – Armando Falcão, em seu último ato como Ministro da Justiça, libera a publicação e a circulação em todo território nacional do livro *Em Câmara Lenta*.

Essa seqüência de fatos relativos ao escritor Renato Tapajós e ao livro *Em Câmara Lenta* constitui “um dos casos mais extraordinários de arbitrariedade, abuso de poder e, até mesmo, disputas de leituras e visões de mundo a partir de uma mesma obra, conhecidos nas histórias política e literária contemporâneas”, salienta Mário Augusto Medeiros da Silva<sup>112</sup>. Marcelo Ridenti sintetiza “foi uma operação inusitada da ditadura, já sob o governo Geisel: prendeu o autor e só veio a censurar o livro depois”<sup>113</sup>.

### **Na Editora Alfa-Ômega**

A Editora Alfa-Ômega foi fundada em Pinheiros, São Paulo, em 1973, por Fernando e Claudete Mangarielo e está “há 35 anos publicando o pensamento crítico brasileiro”, como diz seu lema. Seu foco de atenção recai sob: história, sociologia, política, filosofia, economia, clássicos do marxismo, pluralismo jurídico, literatura brasileira e literatura estrangeira. Nos seus primeiros três anos de existência, a Alfa-Ômega publicou trinta títulos<sup>114</sup>. A Editora já publicou mais de 583 títulos<sup>115</sup> e em 2008 contava com um catálogo de mais de 200 títulos. Nos últimos anos, a editora Alfa-Ômega, que na década de 1990 conheceu um grande rebaixamento de vendas,

---

<sup>112</sup> Mário Augusto Medeiros da Silva. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>113</sup> Marcelo Ridenti. *Op. cit.*, p. 155.

<sup>114</sup> Laurence Hallewell. *Op. cit.*, p. 722. Ver também: Sandra Reimão. *Mercado Editorial Brasileiro*, p. 35-51.

<sup>115</sup> Entrevista à autora em 23 de julho de 2008.

investe fortemente na internet como grande ferramenta editorial e planeja se mudar para uma sede maior na cidade de Cotia.

Antes de publicar *Em Câmara Lenta*, Fernando e Claudete Mangarielo tinham publicado *A Ilha*, de Fernando Moraes, texto sobre Cuba, fato que sublinha a direção dos editores em publicar livros politicamente engajados.

Fernando Mangarielo comentando sua atuação como editor na década de 1970 atribui, em parte, sua coragem em criar uma editora “de resistência e independente” à sua juventude, “ao seu apetite voraz de jovem” que o fez “atrelar-se aos valores de minha geração” e a também a uma resistência em relação à autocensura dos editores: “Havia uma autocensura dos editores, porque uma edição sendo pega desmontava financeiramente uma empresa”.

Nos primeiros anos, relata Mangarielo, preventivamente, o estoque de cada um dos títulos já saía da gráfica, estrategicamente, dividido em três blocos: mil exemplares eram enviados para a sede da editora que só ficava com uns 100 exemplares e já enviava os outros para as livrarias; dois mil exemplares iam para outro lugar: “era uma coisa importante na minha geração, a estratégia e a tática do *vietcong*, eu dividia em três partes, porque a ação quando pegava tudo...gerava um grande prejuízo”.

Durante todo o desenrolar da prisão de Renato Tapajós, em 1977 e da discussão do caso de censura ao livro *Em Câmara Lenta* não houve nenhuma busca e apreensão de livros na sede da editara, confirma Fernando Mangarielo. Aconteceram algumas apreensões do livro de Tapajós em livrarias,

alguns livros foram apreendido nas livrarias (...) o livreiro mandou uma cópia do auto de apreensão e deduzimos da duplicata que ele tinha a pagar (...) lá de Salvador e outro de Recife (...) mais ou

menos uns trezentos livros, dez por cento da primeira edição foi pega de forma fragmentária ao longo de todo território.

O editor Fernando Mangarielo em momento nenhum pensou em recolher o livro, pois “eu não fazia parte daquele coro de caixa de ressonância ao discurso oficial” e quando a censura oficial chegou a primeira edição já estava esgotada. Houve uma segunda edição.

### **Tecendo os fios**

Em 02 de agosto de 1977, o advogado Raimundo Faoro manifestou sua indignação com o arbitrário da prisão de Renato Tapajós:

“é espantoso que havendo Censura Federal, com poderes draconianos, poderes de verificação prévia – segundo uma lei que reputamos inconstitucional mas que está em pleno vigor – a polícia estadual interfira e repute subversivo um livro que à Censura Federal não causou nenhuma impressão negativa”.<sup>116</sup>

O inusitado do fato da prisão de um autor por causa do conteúdo de um livro, um mês e pouco antes da censura do próprio livro, também foi salientado no já citado abaixo-assinado de apoio e de solicitação de soltura de Renato Tapajós, publicado em 09 de agosto: “Pela primeira vez no Brasil, um autor é preso porque o conteúdo de seu romance, editado e vendido legalmente, foi considerado subversivo pela autoridade policial”<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> Mário Augusto Medeiros da Silva. *Op. cit.*, p.149.

<sup>117</sup> Lembremos que o livro de Monteiro Lobato que gerou sua prisão, *A Questão do Petróleo*, não era um romance.

Uma frase do parecer do delegado Alcides Singillo, do DEOPS de São Paulo, sobre o livro talvez possa dar alguma racionalidade ao arbítrio dessa prisão. Citando: “outro aspecto a ser abordado é que o livro “EM CÂMARA LENTA” seja nada menos que o embrião de uma nova modalidade de ataque e calúnias aos Governos, disfarçada por uma casca literária”.<sup>118</sup> Essa frase do parecer reflete o temor das forças da repressão frente ao início do processo de abertura - eles temiam uma ‘onda’ de memórias recentes dos militantes da esquerda, o que realmente veio a acontecer.

A publicação de *Em Câmara Lenta*, em 1977, antecede cronologicamente a outras memórias da guerrilha. Se destacarmos o trecho do parecer do delegado Singillo acima citado, então não podemos deixar de concluir que as manifestações de repúdio à prisão do autor e sua absolvição tornaram politicamente possível que as demais publicações do gênero vicejassem sem problemas maiores.

---

<sup>118</sup> Citado por Mário Augusto Medeiros da Silva, *Op. cit.*, p.152.

V . Os contos “Mister Curitiba” e “O cobrador” nos Concursos da Revista Status

**87 CONCURSO**



A comissão julgadora do 1.º Concurso Nacional de Contos Eróticos, depois de várias reuniões (uma delas, na casa de Jorge Amado, em Salvador), revela os cinco premiados.

**88 DALTON TREVISAN**

O ganhador do concurso e seu conto *Mister Curitiba*.

Revista Status, julho de 1976, número 24, Sumário, p. 3



Revista Status, junho de 1978, número 48, capa (parte superior)

“A censura é o lugar de uma ilusão perigosa, exatamente aquela em que se fundam as ditaduras e as utopias, a saber, a de que a harmonia nasce da defesa”

Robert Netz, *Histoire de la censure dans l'édition*

Por duas vezes os textos que obtiveram a primeira colocação nos Concursos Nacionais de Contos Eróticos promovidos pela revista *Status* foram vetados pela censura prévia. Já no 1º Concurso, em julho de 1976, a censura impediu a publicação do primeiro colocado, o conto “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan (que concorrera com o pseudônimo João Maria);, no 3º Concurso, em julho de 1978, o primeiro colocado foi “O Cobrador”, de Rubem Fonseca, também vetado.

Nas duas ocasiões a revista adotou estratégias diferentes frente ao veto. Na primeira delas, o índice informava a premiação e remetia para a página onde estaria o conto, ao chegar na referida página o leitor encontrava apenas uma charge. Na segunda delas, em 1978, na página indicada no índice como sendo aquela em que o leitor encontraria o referido conto há uma foto do autor e uma explicação que “motivos alheios à decisão do Júri e à vontade da redação de *Status* impedem que o público tome conhecimento do texto premiado”, e publica-se outro conto do mesmo autor.

Vejamos essa história mais de perto.

### **A revista *Status* e seu concurso de contos eróticos**

*Status* era uma revista para público masculino adulto - algumas capas trazem grafada a indicação “Revista Masculina da Editora Três”, outras salientam “Leitura para adultos”. O primeiro número da revista *Status* foi publicado em agosto de 1974. No editorial deste número explica-se o porquê dessa denominação:

Há sempre o grande perigo de se entender mal o que as palavras significam (...) *Status* significa educação, categoria, saber viver. Significa conquista. Nem sempre significa dinheiro, mas significa sempre respeito, posição. (...) Com a firme intenção de fazer ver o que de bem, de inteligente, de certo o homem deve conhecer. Os Editores.

*Status* antecedeu, por doze meses, outra revista também destinada ao público masculino adulto: a revista *Homem*, publicada pela Editora Abril. A revista *Homem* era

um similar nacional da *Playboy* norte-americana, mas não foi lançada com esse título pois senão “atrairia ainda mais a ira da Censura”<sup>119</sup>. Em 1978, depois de perder o direito de usar o título *Homem* por já ter sido previamente registrado pela Editora Três e de conseguir um acordo com o editor norte-americano da *Playboy*, a revista *Homem* altera seu título para *Playboy*. *Status* e *Playboy* concorriam nas bancas com outras revistas de mesmo perfil, entre as quais a veterana *Ele Ela* publicada desde 1969.

Na revista *Status*, desde o primeiro número havia uma seção denominada “Ficção” em que se publicava uma novela ou um conto. Os textos em ‘Ficção’ eram relativamente longos, cerca de seis a doze páginas, e geralmente havia uma chamada a respeito na capa. Alguns dos primeiros autores publicados nesta seção foram: F. Scott Fitzgerald, Philip Roth, Ray Bradbury, Julio Cortázar e Tennessee Williamns.

Além da seção “Ficção” havia sempre, na seção de crítica, um curto texto indicativo de um ou mais livros. Em alguns números, havia ainda a publicação de algum outro texto literário: no n. 4 encontra-se uma seleção de seis cartas de amor de Graciliano Ramos para sua segunda esposa, e no n. 15 foi publicado um conto de Ignácio de Loyola (“Rosajeine Tira a Roupa”) que a revista informa ter sido escrito especialmente para aquela edição.

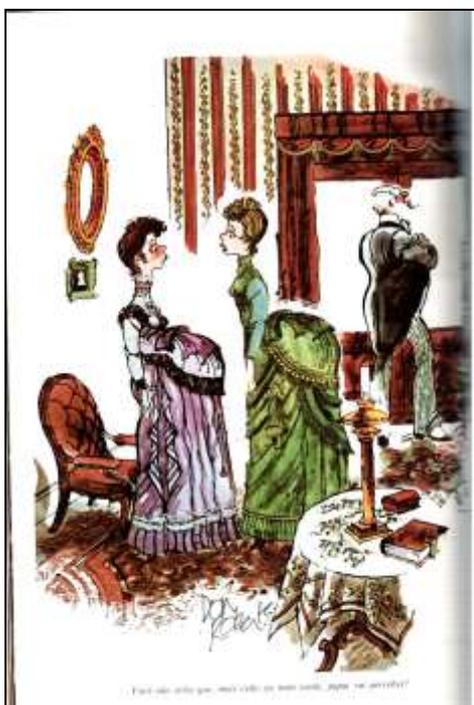
No n. 20, de março de 1976, a seção “Ficção” apresenta um conto de Ivan Ângelo e anuncia o lançamento de um grande concurso: “*Status* lança um concurso literário diferente - Prêmio *Status* de literatura erótica brasileira”. Explica-se, a seguir, que o concurso seria anual e que os resultados seriam divulgados sempre no mês de julho, e que no mesmo mês do anúncio dos vencedores o primeiro colocado daquele ano seria publicado na revista. O regulamento anuncia também os prêmios. O primeiro lugar receberia uma passagem de ida e volta para a Europa e Cr\$25.000,00.

---

<sup>119</sup> Ver Mario Sergio Conti. *Notícias do Planalto*. A imprensa e Fernando Collor, p. 148

Na edição de julho de 1976 (n. 24), apesar de no índice haver a indicação da publicação do primeiro colocado do Prêmio *Status* daquele ano, no caso, *Mister Curitiba*, de Dalton Trevisan, o que se via nas páginas indicadas eram anúncios e piadas.

Explicitando: na página 3 da edição de julho de 1976, no índice está escrito: (página) 87 Concurso – “A comissão julgadora do 1º. Concurso Nacional de Contos Eróticos, depois de várias reuniões, revela os cinco premiados”. (página) 88 “Dalton Trevisan. O ganhador do concurso e seu conto *Mister Curitiba*”. Na referida página 88, o leitor encontra, de fato, uma ilustração cômica. Neste desenho vêm-se duas jovens, vestidas com roupas do fim do século XIX, uma delas utiliza uma armação para aumentar os quadris e a outra utiliza o mesmo tipo de artefato na barriga disfarçando a gravidez. A primeira jovem pergunta para a outra: “Você não acha que, mais cedo ou mais tarde, papai vai perceber?” enquanto o pai de ambas olha distraído pela janela. Nas três páginas seguintes, espaço presumivelmente reservado para o conto suprimido, encontra-se material publicitário.



**Revista *Status*, julho 1976, número 24, p. 88 –“Você não acha que, mais cedo ou mais tarde, papai vai perceber?”**

Um leitor escreveu para a revista (número 27, outubro de 1976):

ficamos (...) decepcionados (...) quando contávamos com a tão desejada apresentação do conto anunciado no índice da revista número 24 – e nas páginas indicadas havia apenas duas piadas e alguns anúncios. Não sabemos o que ocorreu com o conto, (...) se houve alguma falha técnica.

Essa carta foi publicada com o título “que no centenário de *Status* não sejam necessários erros assim”. Sem resposta ou outros comentários.

Para se avaliar todo o constrangimento da situação é preciso enfatizar a importância da revista *Status*, o destaque cultural que os concursos literários tinham na década de 1970 e principalmente a necessidade do sistema vigente negar ou esconder suas ações censórias.

No acervo do Arquivo Nacional, (Fundo DCDP; seção: Administração Geral; Série: Correspondência Oficial; Subsérie: Ofícios de Comunicação; documento número 081) encontra-se correspondência do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal encaminhando a decisão sobre o assunto para o Ministro da Justiça devido à complexidade da situação. Nesse documento lê-se:

A “Editora Três”, de São Paulo, promoveu a realização do 1º. CONCURSO NACIONAL DE CONTOS ERÓTICOS, instituindo comissão julgadora integrada pelos escritores JORGE AMADO, FAUSTO CUNHA e GILBERTO MANSUR para apreciação dos trabalhos inscritos.

O primeiro lugar coube ao conhecido escritor DALTON TREVISAN, pelo seu conto intitulado “MISTER CURITIBA”, ao qual não se pode recusar valor literário, mas contém a narrativa de uma relação sexual anormal, que se me afigura infringente da proibição anunciada no artigo 1º. do Decreto-lei nº. 1077, de 1970.

Como qualquer medida restritiva da censura poderá provocar manifestação de protesto, com repercussão negativa para o Governo, em virtude de impor verificação prévia uma produção literária

selecionada por renomados escritores brasileiros, apresso-me em submeter a matéria à elevada consideração de Vossa Excelência.

Como o conto não foi publicado deduz-se que o Ministro da Justiça optou pelo veto.

A estratégia de *Status* frente ao veto da censura foi semelhante àquela adotada pelos jornais *O Estado de S. Paulo* ou *Jornal da Tarde* e outros impressos da época, publicar outra matéria visando deixar claro que tal substituição não se deu por conta da redação - como publicar receitas culinárias ou trechos de poemas na primeira página de um jornal diário de prestígio. O risco dessa estratégia é que um leitor mais desinformado poderia pensar que se tratava realmente de um erro gráfico, um empastelamento. (Há várias histórias relatando de leitores que ligavam para as redações reclamando, pois tentaram fazer as receitas culinárias indicadas e o resultado não tinha sido satisfatório.)

Em 1977, no 2º. Concurso Status de Literatura Erótica Brasileira, os vencedores foram: 1º Luis Fernando Emediato, *Vegetal*; 2º Regina Célia Colônia, *Sob o Pé de Damasco, Sob a Chuva*; 3º Sonia Coutinho, *Cordélia, a Caçadora*; 4º Edla Van Steen, *Um Dia em Três Tempos*; 5º Aécio Flávio Consolim, *Sob o Sol*. Ao anunciar os vencedores, a revista informa que houve 2000 inscritos. Não houve problemas na publicação desses contos.

Em 1978, mais uma vez o conto vencedor – no caso “O Cobrador”, de Rubem Fonseca – foi vetado pela censura prévia. Naquele ano, na edição de julho, de n. 48, a capa indica “150 mil para o vencedor do Prêmio *Status* de literatura brasileira: Rubem Fonseca”; no índice está assinalado: (página) 127 “O resultado do maior concurso literário da América Latina, o de *Status*, e o conto vencedor de Rubem Fonseca”. Na página 127 fala-se do concurso, informa-se que o valor de Cr\$ 150 mil é o maior premio literário da América do sul, de sua comissão julgadora e do resultado. Nas páginas 128-129 há uma

ilustração para o conto “O Cobrador” e indica-se que ele havia sido o vencedor. No entanto, na página 129 lê-se, em maiúsculas a seguinte chamada: “AQUI DEVERIA ESTAR O CONTO PREMIADO. EM SEU LUGAR UMA EXPLICAÇÃO. E UM OUTRO CONTO DO MESMO AUTOR.” A seguir, o texto explicativo:

“Você deveria estar lendo agora *O Cobrador*, um conto de Rubem Fonseca, que concorreu com o pseudônimo de Joaquim Araújo e que, por unanimidade de votos da Comissão Julgadora, recebeu o Prêmio Status de Literatura Brasileira 1978, um prêmio de Cr\$ 150.000,00 maior do Brasil e de toda a América Latina. Infelizmente, motivos alheios à decisão do Júri e à vontade da redação de Status impedem que o público tome conhecimento do texto premiado de um dos maiores escritores brasileiros. A redação de Status espera poder, um dia, ter o direito – como tem atualmente *quase* toda a imprensa brasileira – de decidir, soberanamente, sobre os textos que gostaria de colocar nas páginas da revista. Entretanto, para não frustrar a expectativa dos nossos leitores, publicamos (...) outro conto inédito – *Mandrake* – de Rubem Fonseca (...).”



**AQUI DEVERIA ESTAR O CONTO PREMIADO. EM SEU LUGAR, UMA EXPLICAÇÃO. E UM OUTRO CONTO DO MESMO AUTOR.**

**V**ocê deveria estar lendo agora *O Cobrador*, um conto de Rubem Fonseca, que concorreu com o pseudônimo de Joaquim Araújo e que, por unanimidade de votos da Comissão Julgadora, recebeu o Prêmio Status de Literatura Brasileira 1978, um prêmio de Cr\$ 150.000,00, o maior do Brasil e de toda a América Latina.

Status espera poder, um dia, ter o direito – como tem atualmente *quase* toda a imprensa brasileira – de decidir, soberanamente, sobre os textos que gostaria de colocar nas páginas da revista.

Entretanto, para não frustrar a expectativa dos nossos leitores publicamos, a partir da página seguinte, um outro conto inédito – *Mandrake* – de Rubem Fonseca, um escritor que cada vez consegue mais êxito, de público e crítica, no Brasil e nos principais países do mundo, onde seu trabalho de ficção tem sido traduzido.

Infelizmente, motivos alheios à decisão do júri e à vontade da redação de *Status* impedem que o público tome conhecimento do texto premiado de um dos maiores escritores brasileiros. A redação de

Rubem Fonseca: prêmio no Brasil, sucesso no exterior.

Revista *Status*, junho 1978, número 48, p.130

A estratégia usada pela revista *Status* frente ao veto da censura ao primeiro colocado no seu Concurso de Contos em 1978 foi diferente da adotada em 1976. Em 1978 a revista optou por tornar claro que a redação foi impedida de “decidir soberanamente sobre os textos que gostaria de colocar nas páginas da revista”. A revista informa também que outro livro de Rubem Fonseca, *Feliz Ano Novo*, estava “proibido de circular em todo o território nacional, por portaria do Ministério da Justiça”.

### Os contos “Mister Curitiba” e “O Cobrador” em livros

Caracterizado como uma narrativa curta, o conto, ensina-nos Alfredo Bosi, pode ser um “lugar privilegiado em que se dizem situações exemplares vividas pelo homem contemporâneo”. Na busca destas “situações exemplares”, o contista é comparado por Bosi a um pescador: “Em face da História, rio sem fim que vai arrastando tudo e todos no seu curso, o contista é um pescador de momentos singulares cheios de significação.”<sup>120</sup>

Na década de 1970 o conto destaca-se como uma das principais formas da narrativa ficcional. Chega-se a afirmar que o conto seria “a forma narrativa principal” da produção literária daquele momento<sup>121</sup>. Dalton Trevisan é um dos principais contistas brasileiros.

Dalton Trevisan é “contista e só contista (...) tendendo à síntese e ao miniconto, numa das carreiras literárias mais ricas da literatura brasileira”.<sup>122</sup>

Dalton Trevisan começou sua atividade literária publicando alguns contos em forma de folheto e fundando, em Curitiba, em 1946, a revista *Joaquim*. Foi a partir de *Novelas Nada Exemplares*, publicado em 1959, que “sua obra passa a ter repercussão

---

<sup>120</sup> Alfredo Bosi (org.). *O Conto Brasileiro Contemporâneo*, pp. 8 e 9.

<sup>121</sup> *Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995: Literatura*, p. 25.

<sup>122</sup> Afrânio Coutinho e J. Galante Souza. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, vol. II, p. 1584.

nacional”.<sup>123</sup> Ao ser lançado, pela Editora José Olímpio, o livro *Novelas nada exemplares* mereceu uma resenha, publicada em 25 de julho de 1959, no “Suplemento Literário” do jornal *O Estado de S. Paulo* elaborada por Paulo Hecker Filho. A resenha refere-se a um texto em que Otto Maria Carpeaux teria falado bastante bem do livro “a despeito da aparência”, ou seja, apesar do título: “Pretensão sem Surpresa”. Segundo Paulo Hecker Filho, Carpeaux teria enfatizado o fato de Dalton Trevisan referir-se no título de seu livro a *Novelas Exemplares*, de Miguel de Cervantes, e visto aí uma manifestação de pretensão. Paulo Hecker vê, nesse título, “um divertido achado verbal”.

Em 1976, ou seja, ao ter seu conto “Mister Curitiba” vetado para publicação na revista *Status*, Dalton Trevisan já era um contista conhecido e já havia publicado nove livros.



**Revista *Status* julho 76, número 24, p. 87**

O conto “Mister Curitiba” relata as falas de um homem adulto casado e uma jovem durante o ato sexual. Esse texto pode ser lido à luz das anotações de Alfredo Bosi sobre Dalton Trevisan: “Aqui, a obsessão do essencial parece beirar a crônica, mas dele se afasta pelo tom pungente ou grotesco que preside à sucessão de frases, e faz de cada

---

<sup>123</sup> Alfredo Bosi (org.). *Op. cit.*, p. 185.

detalhe um índice do extremo desamparo e da extrema crueldade que rege os destinos do homem sem nome da cidade moderna”<sup>124</sup>.

\*\*\*\*\*

Rubem Fonseca estreou em livro, em 1963, com *Os Prisioneiros*, reunião de 12 contos. “Halterofilistas, marginais, ninfomaníacas, burguesia ociosa são os personagens de Rubem Fonseca que domina com o maior vigor a linguagem literária, enriquecida pelo falar carioca da gíria de rua”<sup>125</sup>.

Antonio Candido localiza Rubem Fonseca, juntamente com João Antonio, na vertente ultrarrealista, ou de “realismo feroz” da literatura nacional pós- 1960:

Esta espécie de ultrarrealismo sem preconceitos aparece igualmente na parte mais forte do grande mestre do conto que é Rubem Fonseca. Ele também agride o leitor pela violência, não apenas dos temas, mas dos recursos técnicos – fundindo ser e ato na eficácia de uma fala magistral em primeira pessoa, propondo soluções alternativas na seqüência da narração, avançando as fronteiras da literatura no rumo duma espécie de notícia crua da vida<sup>126</sup>.

O conto “O Cobrador”, de Rubem Fonseca, é um relato em primeira pessoa. Trata-se de uma narrativa, no tempo presente, na voz de um jovem excluído economicamente, de “físico franzino”, com cicatrizes pelo “corpo todo”, com “poucos dentes” (“se não fizer um tratamento rápido vai perder todos os outros”) e que estudara no “mais noturno de todos os colégios noturnos do mundo”. Este jovem excluído autodenomina-se “O Cobrador” e declara que vai cobrar o que lhe devem e, constata: “estão me devendo (...), cobertor, sapato, casa automóvel, relógio, dentes”... “Tão me devendo colégio, namorada,

---

<sup>124</sup> *Idem*, p. 17.

<sup>125</sup> Afrânio Coutinho e J. Galante Souza. *Op. cit.*, p. 722.

<sup>126</sup> Antonio Candido. *A Educação pela Noite e Outros Ensaios*, p. 211.

aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da rua Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol”. Este personagem-narrador, através de atos de extrema violência, executa aquilo que ele vê como sendo esta cobrança.

\*\*\*\*\*

É importante assinalar que, no ano seguinte de seus respectivos vetos pela censura para publicação na revista *Status*, os contos “Mister Curitiba” e “O Cobrador” foram publicados em livros e esses não foram interditados pela censura. “Mister Curitiba” foi publicado no livro *A Trombeta do Anjo Vingador*, pela Editora Codecri, em 1977, na coleção Edições do Pasquim, e o conto “O Cobrador”, de Rubem Fonseca foi publicado em livro de mesmo nome pela editora Nova Fronteira em 1979. Tanto a Editora Nova Fronteira quanto a Editora Codecri eram, no momento, empresas de impacto no mercado editorial e de grande visibilidade.

O fato dos contos “Mister Curitiba” e “O Cobrador” terem sido vetados pela censura para publicação em revista, mas não o terem sido para publicação em livro é um exemplo concreto de que a censura durante a ditadura militar teve atuações diferenciadas, não só nos diferentes períodos como também em relação aos diversos meios de comunicação. Os casos acima descritos exemplificam, nos meios impressos, como a atuação da censura foi mais rígida em relação a jornais e revistas do que em relação a livros.

Casos como esses parecem indicar que havia uma escala de hierarquização da censura que gerava atuações diversas em virtude do potencial impacto da produção em questão.

Embora estejamos enfocando especificamente um caso de censura à ficção em revistas e livros, a hierarquização que verificamos parece reforçar a ideia da racionalidade ação censória durante a ditadura militar – essa ação depois de 1968 teria sido variante, multifacetada, mas não arbitrária. Essa anotação confirma as observações de Maria Aparecida Aquino no livro *Censura, imprensa, Estado autoritário* (1968-1978). Essa autora, ao estudar a censura a notícias nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Movimento*, concluiu que “a censura apenas ocasionalmente foi aleatória; possuía, com certeza, uma “lógica” interna enraizada na defesa dos interesses dos grupos presentes no Estado autoritário e no projeto político que conceberam para o país”<sup>127</sup>

No caso específico que estamos abordando neste estudo – censura à ficção em revistas e livros – essa hierarquização dos atos censórios se daria em dois níveis: um primeiro nível, em relação aos meios de comunicação (televisão, cinema, rádio, imprensa) e, um segundo nível de hierarquização por produções específicas de cada um dos diversos meios de comunicação. Na somatória desses fatores resultava que quanto mais público uma determinada produção cultural pudesse ter mais ela seria “alvo” da censura. No caso em questão, *Status*, naquele momento uma das principais revistas do País era, sem dúvida, muito mais lida que a maioria absoluta dos livros nacionais de ficção<sup>128</sup>.

Voltando à revista *Status*: nos dois casos de veto à publicação do texto vencedor dos Concursos de Contos 1976 e de 1978 a revista buscou alternativas que não alterassem a diagramação e a paginação das revistas – evidentemente por questões de custos e prazos. Se no primeiro dos casos, em 1976, a estratégia de resposta da revista pode até ser lida como um erro gráfico, um empastelamento, em 1978, a revista resolveu

---

<sup>127</sup> Maria Aparecida Aquino. *Censura, Imprensa, Estado autoritário* (1968-1978), p. 256. Posição semelhante também é encontrável no artigo de Carlos Fico “‘Prezada censura’; cartas ao Regime Militar”.

<sup>128</sup> O *Anuário Brasileiro de Mídia* 1975/1976 na página 268 – informa que a circulação total (assinatura mais venda) da revista *Status* era de 95.000 exemplares. O *Anuário Brasileiro de Mídia* 1977/1978 não informa a circulação total da revista *Status* mas indica que circulação das *Status Especiais* era de 80.000 exemplares. O editor das *Status Especiais* era Ignácio de Loyola Brandão.

deixar explícito que havia sido censurada e proibida de publicar o conto vencedor. A estratégia da revista foi diferente por que os tempos eram outros – em 1978 o País já estava em pleno processo de “desmonte da ditadura”<sup>129</sup>, às vésperas do fim da vigência do Ato Institucional n. 5, e, como o próprio texto explicativo salienta, naquele momento “*quase* toda a imprensa brasileira” tinha o direito “de decidir, soberanamente, sobre os textos” que publica.

---

<sup>129</sup> Ver Elio Gaspari. *A ditadura derrotada*, pp.15-19.

## Considerações finais

“Uma centelha num graveto  
Queima canaviais  
Queima canaviais”

“A Bela e a Fera”,  
de Edu Lobo e Chico Buarque  
em *O Grande Circo Místico*  
CD Biscoito Fino,  
1ª. Ed. 1983, 3ª. Ed., 2008

A imprensa teve início no Brasil em 1808, ano da transferência da Família Real Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, com a conseqüente instalação da Imprensa Régia nessa cidade.

A família Real Portuguesa decidiu fixar-se no Brasil para escapar da invasão das tropas de Napoleão Bonaparte que pretendiam obrigar Portugal a participar do bloqueio continental contra a Inglaterra. Ao transferir-se para o Brasil, a família Real visava mudar o endereço da sede do Estado português e assim manter a sua soberania frente ao invasor.

Com a mudança a família Real dos Bragança “fugia (na visão de alguns), evitava a sua dissolução (na visão de outros), ou empreendia uma política audaciosa para escapar do tratamento humilhante que Napoleão vinha impondo às demais monarquias”<sup>130</sup>.

Na época, havia um pequeno poema musicado que ironicamente narrava a situação:

“Portugal não foi a guerra,  
Mas também não acovardou-se,  
Cobriram Portugal com um pano  
e escreveram em cima  
Portugal mudou-se”<sup>131</sup>

Antes de 1808, a metrópole Portugal proibia a existência de oficinas tipográficas e a produção de qualquer tipo de impresso na Colônia.

As poucas tentativas de burlar essas proibições foram duramente reprimidas pelo governo de Portugal. É o que afirma, entre outros, Muniz Tavares, citado por Wilson Martins em *A palavra escrita*:

---

<sup>130</sup> Lilia Moritz Schwarz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, p. 209.

<sup>131</sup> VHS *Impressões do Brasil*, Grupo Machline, Digibanco Sharp, não localizamos data de edição.

Até a transferência da corte para o Rio de Janeiro, a metrópole nunca quis consentir o estabelecimento de tipografias coloniais. Os tímidos ensaios de imprensa que tiveram lugar em Pernambuco e no Rio de Janeiro no decorrer do século XVIII (...), foram rigorosamente suprimidos, seqüestrando-se o material e sendo ameaçados de prisão os impressores<sup>132</sup>.

O primeiro livro impresso no Brasil foi editado, em 1747, burlando as proibições de Portugal. Era um folheto de 20 páginas denominado:

Relação da entrada que fez o excellentissimo e reverendissimo senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro, bispo do Rio de Janeiro em o primeiro dia deste presente ano de 1747, havendo sido seis anos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomeação de Sua Magestade e Bulla Pontificia, foy promovido para esta diocese. Composta pelo doutor Luiz Antonio Rosado da Cunha, Juiz de Fora, e Provedor dos defuntos, e auzentes, Capellas, e refiduos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Na Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonceca. Ano de M.CC.XLII. Com lincenças do Senhor Bispo<sup>133</sup>

Antonio Isidoro da Fonseca publicou, no Brasil, esta *Relação* e mais três outros folhetos. Esta iniciativa gerou uma Ordem Régia de 6 de julho de 1747 sequestrando para o Reino as “letras de imprimir” (caracteres móveis, tipos gráficos) e mandando “notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa (...) para que não se imprimiam livros, obras ou papéis alguns avulsos (...)”. A mesma Ordem continuava com uma ameaça, advertindo que “fazendo o contrário, serão remetidos presos para este Reino (...) para se lhes imporem as penas em que tivessem incorrido, de conformidade com as leis e ordens minhas.”<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup> Wilson Martins. *A Palavra Escrita*, pp. 334-336.

<sup>133</sup> A referência a uma segunda oficina deve-se ao fato de a primeira ter sido em Portugal.

<sup>134</sup> Documento citado por Wilson Martins. *Op. cit.*, p. 341.

A imprensa no Brasil surgiu mais tarde do que em muitos países da América Latina, como o México, onde a imprensa nasceu em 1539, o Peru, em 1583, a Bolívia em 1612. Ao buscar uma explicação para esse fato Nelson Werneck Sodré afirma que na América Espanhola haviam culturas em níveis adiantados de complexidade, como os astecas e os incas, e que o invasor teve que destruí-las para poder implantar a sua cultura, enquanto que no Brasil a cultura indígena, em grande parte arrasada pelos colonizadores aqui se instalaram, não era tão solidificada. Além disso, os índios habitantes do Brasil à época da chegada dos portugueses, viviam de maneira dispersa no território nacional, organizados em grupos não muito grandes, e não concentrados em cidades, como era o caso dos astecas e dos incas.

Por esse mesmo motivo é que, segundo Werneck Sodré, a instalação de universidades no Brasil também foi tardia: as primeiras faculdades no Brasil, foram a Faculdade de Medicina da Bahia, de 1808 e as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, ambas de 1827, e a primeira universidade no Brasil data do século XX. Na América Espanhola a universidade mais antiga das é a de San Marcos, criada em 1551 no Peru – 257 anos antes. Assim, para Werneck Sodré, o aparecimento precoce da Universidade e da imprensa em alguns países da América Latina, longe de ser “uma posição de tolerância”, era, de fato, “sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio”<sup>135</sup>.

Em *História social da imprensa*, José Marques de Melo observa que os soberanos espanhóis selecionavam rigorosamente as pessoas que seriam enviadas para conquistar as Américas visando excluir os hereges e enviar pessoas que zelassem para

---

<sup>135</sup> Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*, p. 14.

que as riquezas dos territórios ocupados ficassem com os espanhóis e que também zelassem pela manutenção das tradições espanholas<sup>136</sup>.

Antes de 1808, antes da instalação da Impressão Régia no Brasil, a única forma legal de obter-se um livro no país era importar de Portugal os livros aprovados pelos órgãos de censura: até 1768, O Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço; a partir de 1768, a Real Mesa Censória (posteriormente substituída pela Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura de Livros); e, entre 1794 e 1821, a tarefa passou a ser exercida novamente pelo Santo Ofício, pela autoridade episcopal e pelo Desembargo do Paço<sup>137</sup>. A partir de 1821, com a extinção do Santo Ofício em Portugal, a censura a livros se tornará função da Secretaria da Censura e do Desembargo do Paço de Lisboa.

Foi o complexo sistema de censura a impressos no país de 1808 a 1821 que fez com que o primeiro jornal brasileiro, *Correio Braziliense*, tivesse que ser impresso fora do Brasil, na Inglaterra, e aqui chegasse clandestinamente. Editado por Hipólito da Costa, o *Correio Braziliense* teve seu número inaugural em 1º de junho de 1808, dois meses depois da corte de D. João VI ter chegado ao Rio de Janeiro e três meses antes do número inicial, de 10 de setembro, da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal brasileiro impresso no país – jornal oficial publicado pela Impressão Régia, dirigido pelo frei Tibúrcio José da Rocha.

O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* foi publicado de 1808 a 1822 – era uma publicação mensal e teve 175 números. Não era um jornal noticioso, mas doutrinário, “pretendia declaradamente, pesar na opinião pública, ou o que dela existia no tempo”<sup>138</sup>, atacando os defeitos das administrações no Brasil e buscando a melhora

---

<sup>136</sup> José Marques de Melo. *História Social da Imprensa*, p. 75.

<sup>137</sup> Ver Marcia Abreu. *Caminhos dos Livros*, p. 23.

<sup>138</sup> Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*, p. 24.

dos costumes políticos, embora, segundo Nelson Werneck Sodré, não pregasse a Independência do Brasil em relação a Portugal<sup>139</sup>.

Apesar do estrito controle e da complicação burocrática, o movimento de importação de livros para o Brasil era numericamente bastante significativo. Márcia Abreu, pesquisando os registros dessas solicitações de importação nos arquivos dos órgãos censórios portugueses chegou a dados como: entre 1769 e 1826 por mais de 2.600 vezes, pessoas manifestaram interesse em remeter livros para o Brasil e mais de 18.000 obras são citadas nesses pedidos.

Detalhando esse mesmo levantamento, Márcia Abreu observa que “considerando-se apenas os livros de belas-artes e apenas a cidade do Rio de Janeiro, vê-se que, no período anterior à presença da Família Real, foram remetidos de Portugal 1.328 livros de belas-artes equivalentes a 519 títulos diferentes”<sup>140</sup>.

Em paralelo à remessa legal de livros para o Brasil, havia também a entrada clandestina – clandestinas e perigosas, pois os livros podiam ser apreendidos e seus proprietários sofrerem punições. Apesar dos riscos, no final do século XVIII, por volta de 1780, além das poucas bibliotecas de mosteiros e escolas, começam a aparecer bibliotecas particulares e inicia-se no Rio de Janeiro um comércio de livros independentemente da censura. Os exemplares chegavam por contrabando, sobretudo em navios ingleses.

Os processos contra os participantes da Inconfidência Mineira de 1789, mostram que muitos dos atuantes nesse movimento pela independência do Brasil em relação a Portugal possuíam livros em suas casas: Tiradentes possuía, em francês, a *Coleção das Leis Constitucionais dos Estados Unidos da América*; outros possuíam

---

<sup>139</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>140</sup> Márcia Abreu. *Caminhos dos Livros*, p. 27.

obras de Condillac, Montesquieu e Rousseau. Cláudio Manuel da Costa, outro inconfidente, tinha uma biblioteca de 383 volumes<sup>141</sup>.

Em 1792, no Rio de Janeiro, havia apenas uma livraria; em 1799, existiam duas. Essas livrarias vendiam livros publicados em Portugal e aprovados pela censura, além de almanaques e folhinhas. “Os bons livros, os livros autênticos, entravam de contrabando”<sup>142</sup>.

Dom João VI, sua família e sua corte ao se transferirem para o Brasil, chegaram inicialmente à Bahia, em janeiro de 1808. Lá, d. João VI assinou a carta régia que abria os portos brasileiros para o comércio com nações amigas. De lá, o rei e seus súditos partiram para o Rio de Janeiro, onde desembarcam em de março de 1808.

Com a transferência da Família Real e da corte portuguesa, o Brasil, de colônia, se transforma em sede da metrópole: “o que estava acontecendo era novo e não tinha antecedente: a colônia transformava-se em sede da metrópole, e a sede se transformava, aos poucos, em colônia”<sup>143</sup>. Depois de várias festividades e comemorações pela chegada foi necessário tomar providências para os alojamentos de todos: afinal tratava-se de cerca de dez a quinze mil viajantes<sup>144</sup>, instalando-se em uma cidade que, na época, contava com cerca de cinquenta mil habitantes e necessitando de melhoramentos urbanísticos como água encanada, aterros, calçadas e iluminação. A seguir, foi necessário construir todo um aparato jurídico e diplomático, e, nesse contexto, em 13 de maio de 1808, foi criada a Impressão Régia – data da “instalação oficial e definitiva da tipografia em nosso país”<sup>145</sup>.

---

<sup>141</sup> Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil*, p. 104.

<sup>142</sup> Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*, p. 16. Esse livro é a fonte das informações dos dois parágrafos anteriores (salvo indicação diversa).

<sup>143</sup> Lilia Moritz Schwarz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, p. 249.

<sup>144</sup> *Idem*, p. 218.

<sup>145</sup> Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*, p. 344.

A Impressão Régia foi criada para imprimir “exclusivamente toda a Legislação e Papéis diplomáticos que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras, ficando inteiramente pertencendo o seu governo e administração à mesma secretaria”.

Os pesados caixotes em que vieram a prensa tipográfica que seria utilizada para a formação da Impressão Régia tinham chegado da Inglaterra, onde foram adquiridos, e ainda estavam intactos no porto de Lisboa quando da fuga da Família Real e da corte portuguesa de Lisboa para o Brasil. Essa coincidência talvez tenha sido responsável pelo estabelecimento da Impressão Régia no Brasil. Se os caixotes não estivessem no porto talvez d. João não tivesse se lembrado de trazer uma tipografia<sup>146</sup>. Os prelos vieram na bagagem de Dom Antonio Araújo de Azevedo e foram acomodados por ele na Rua do Passeio, número 42, primeiro endereço da Impressão Régia. Dom Antonio de Araújo também trouxe na nau Medusa a sua rica biblioteca particular que, depois de sua morte, seria incorporada à Biblioteca Real<sup>147</sup>.

Mesma sorte não tiveram os caixotes que continham as cerca de sessenta mil peças, entre elas inúmeras preciosidades, da Real Biblioteca: no processo de embarque da corte portuguesa em novembro de 1807, esses caixotes não foram levados aos navios, “com a correria ficaram abandonados no porto, onde permaneceram por algum tempo debaixo de sol e chuva, até retornar ao Palácio da Ajuda”<sup>148</sup>. A Real Biblioteca da Ajuda (que compreendia dois conjuntos: a Livraria Real e a Livraria do Infantado) começou a ser transferida para o Rio de Janeiro três anos mais tarde, em 1810, com a remessa de uma primeira leva, a que se somariam duas outras remessas em 1811. Sendo que, finalmente, em setembro de 1811 a “Real Biblioteca estava novamente

---

<sup>146</sup> *Idem*, p. 344.

<sup>147</sup> Lilia Moritz Schwarz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, p. 356.

<sup>148</sup> *Idem*, p. 264.

toda reunida e, por fim, em terras brasileiras”.<sup>149</sup> A Real Biblioteca é o acervo inicial da atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A primeira publicação da Imprensa Régia (que posteriormente veio a denominar-se Imprensa Nacional, Typographia Real, Typographia Régia, Typographia Nacional, Régia Typographia, Departamento de Imprensa Nacional e atualmente denomina-se Imprensa Nacional) foi um folheto de 27 páginas denominado:

RELAÇÃO DOS DESPACHOS PUBLICADOS NA CORTE PELO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA GUERRA NO FAUSTÍSSIMO DIA DOS ANOS DE S. A. R. O PRÍNCIPE REGENTE N. S. E de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brazil até o dito dia<sup>150</sup>.

Entre 1808 e 1822 a Imprensa Régia publicou 1154 trabalhos, a maioria opúsculos e avulsos insignificantes, papéis de expediente, editais, sermões, cantos fúnebres e hinos triunfais. Mas imprimiu também obras de grande valor literário como *Marília de Dirceu*, de Tomas Antonio Gonzaga, e de discussão política, como *Compêndio da Obra da Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Pode-se dizer que *Marília de Dirceu* foi o primeiro *best-seller* no Brasil<sup>151</sup>. A obra teve quatro edições em Portugal entre 1792 e 1800, uma delas vendeu dois mil exemplares em seis meses. Em meados do século XIX, a obra somava 34 edições no Brasil e em Portugal.

Ao iniciar suas atividades de edição em 1808 no Brasil a Imprensa Régia estava submetida aos mesmos mecanismos de censura vigentes em Portugal e em todas as colônias além-mar. Esses âmbitos de verificação censória eram, naquele

---

<sup>149</sup> *Idem*, p. 269.

<sup>150</sup> Wilson Martins. *A Palavra Escrita*, p.349.

<sup>151</sup> É o que afirma Laurence Hallewell em *O Livro no Brasil*, p.98.

momento, já o vimos, o Santo Ofício, a autoridade episcopal e o Desembargo do Paço. Além dessas instâncias, em 22 de abril de 1808 foi instituído no Rio de Janeiro a Mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro em cujos objetivos, constava, entre outros, controlar livros e papéis que passassem pelas alfândegas e o exame dos escritos submetidos à Impressão Régia<sup>152</sup>.

Em abril de 1821, d. João VI e a Família Real voltaram para Portugal: enquanto d. Pedro I permaneceu no Brasil na qualidade de Príncipe Regente. Em 28 de agosto do mesmo ano, d. Pedro I estabeleceu por decreto o fim da censura prévia e restringiu as atividades dos censores, estabelecendo um marco para o início da liberdade de imprensa no Brasil. Um ano depois, em 7 de setembro de 1822, menos de dois anos depois do decreto do fim da censura prévia, d. Pedro I proclamará a Independência do. É célebre sua declaração: "Viva a independência e a separação do Brasil. Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro promover a liberdade do Brasil. Independência ou Morte!".

---

No Brasil A impressão de livros que teve uma aparição esporádica, em 1747, com a publicação de folhetos à revelia do veto de Portugal sobre a instalação de prelos na colônia, e que nasceu oficialmente em 1808 no interior de um complexo sistema de censura, viria a ser radicalmente cerceada novamente durante o Estado Novo e durante a ditadura militar brasileira.

No governo ditatorial de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-1945), livros foram apreendidos inúmeras vezes em livrarias, depósitos de editoras e

---

<sup>152</sup> Marcia Abreu, *Caminhos dos Livros*, pp. 40 e 41.

até mesmo em bibliotecas, além de serem incinerados. Essas destruições eram freqüentes e aconteciam arbitrariamente, à mando de qualquer pessoa que se julgava em posição de autoridade: era possível “a destruição em massa de quaisquer livros a que alguém em posição de mando fizesse objeção”<sup>153</sup>. Algumas editoras, como a Edições Cultura Brasileira, fecharam devido a perdas financeiras ocasionadas pelas apreensões. Graciliano Ramos, Jorge Amado e Raquel de Queiroz, entre outros, foram presos sob suspeita de partilhar ideias comunistas. Muitas obras de Monteiro Lobato foram queimadas. Até mesmo Gilberto Freire, um conhecido moderado, foi acusado de subversivo e sua obra *Casa Grande e Senzala* considerada antinacionalista e comunista.

Merece destaque o fato de que, durante a ditadura de Getúlio Vargas, Cecília Meireles foi presa por traduzir *As Aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain, consideradas subversivas, tendo, por isso, uma edição confiscada. Esse episódio perfila-se na lista das ironias ligadas à história da censura. Robert Netz, estudando a censura no mundo, verifica que existe praticamente sempre uma famosa lista de “bobagens” realizadas pelos agentes da repressão e, segundo ele, isso acontece por que ser a censura “uma intervenção autoritária em um circuito comunicacional e, portanto, ela é sempre mais ou menos inadequada em relação ao discurso que ela quer impedir”<sup>154</sup>.

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) a edição de livros foi, inicialmente, vítima de atos de vandalismos de direita e, a partir de 1970, coagida por uma legislação de censura prévia.

O estudo que empreendemos sobre a censura a livros durante a ditadura militar brasileira, nos conduz a três constatações:

---

<sup>153</sup> Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil*, p. 457. Fonte também para o resto desse parágrafo.

<sup>154</sup> Robert Netz. *Histoire de la Censure dans l'Édition.*, p. 123.

A primeira constatação é a do limite de qualquer ato de coação censória: toda coação é temporária e limitada – “pode-se reprimir o espírito por um curto espaço de tempo, mas, no final, o espírito sempre vence”<sup>155</sup>. Em *Carta sobre o comércio de livros*, Diderot, dirigindo-se a uma autoridade jurídica, sintetiza assim a situação: “Preencha, senhor, todas as suas fronteiras com soldados, arme-os com baionetas para apreender todos os livros perigosos que se apresentarem e, mesmo assim”, adverte o autor, “esses livros, perdoe-me a expressão, passarão entre as suas pernas e saltarão por cima de suas cabeças e chegarão até nós.”<sup>156</sup>

A segunda observação geral a que esse estudo realizado nos é a de que a censura, durante a ditadura militar brasileira, foi parte de um aparelho de coerção e repressão e resultou em enormes prejuízos para o exercício da cidadania e da cultura.

O estudo conduziu-nos, por fim, à verificação da existência de grande número de ações de resistência à opressão. Foram muitos os atos e as manifestações contra a censura por parte de grandes escritores, como Jorge Amado e Érico Veríssimo, e também por parte de grandes intelectuais e editores como Ênio Silveira. Por fim, e talvez principalmente, foram muitos os atos de resistência realizados por uma grande legião de anônimos – pequenos e médios editores, impressores e livreiros que, no limite de seus campos de ação, atuaram com dignidade e em prol da liberdade, mesmo em tempo sombrios. Não nos esqueçamos de incluir os leitores nessa silenciosa legião de pessoas que com pequenos atos buscaram preservar os direitos humanos essenciais nas adversidades – pois, lembremos, em certos momentos, até mesmo comprar, carregar e guardar alguns livros podia ser perigoso.

---

<sup>155</sup> Essa frase foi dita pelo bibliófilo José Mindlin em entrevista a mim concedida em novembro 2008.

<sup>156</sup> Denis Diderot. *Lettre sur le Commerce de la Librairie*, p. 100.

## Bibliografia

- Abreu, Alzira Alves e outros (coordenação). *Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2ª ed, 5 volumes, 2001.
- Abreu, Marcia. *Caminhos dos Livros*. Campinas, São Paulo, Mercado de Letras e ABL, São Paulo, FAPESP, 2003.
- Adusp. *O Controle Ideológico a USP: 1964-1978*. São Paulo, Adusp, 2004.(Publicado originalmente em 1987 sob o título *O livro negro da USP – o controle ideológico na universidade*.)
- Albin, Ricardo Cravo. *Driblando a Censura*. Rio de Janeiro, Gryphus, 2002.
- Almeida, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob Censura – 1968-1976*. São Paulo, Jaboticaba, 2008.
- Aquino, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru, Edusc, 1999.
- Aquino, Maria Aparecida. “Mortos sem sepultura” In: Carneiro, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo, Edusp/ Imprensa Oficial/ FAPESP, 2002.
- Belo, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
- Borelli, Silvia Helena Simões. *Ação, Suspense, Emoção. Literatura e cultura de massa no Brasil*. São Paulo, Educ/ Fapesp, 1996.
- Borges, Jorge Luis. *Cinco Visões Pessoais*. Tradução: Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília, Ed. UnB, 1995.
- Bosi, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Cia das Letras, 3ª reimpressão, 1993.
- Bosi, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix/ Edusp, 1977.
- Bosi, Alfredo (org.). *O Conto Brasileiro Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Cultrix, s/d.
- Bosi, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular. Leituras operárias*. Rio de Janeiro/ Petrópolis, Vozes, 1977.
- Braga, José Luiz. *O Pasquim e os Anos 70*. Brasília, Ed. UnB, 1991.
- Brito, Antonio Carlos de e Hollanda, Heloisa Buarque de. “Literatura: Nosso verso de pé-quebrado”. *Revista Argumento*, ano 1, número 3, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- Callado, Antonio. *Censura e Outros Problemas dos Escritores Latino-americanos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2006.

- Camões. *Os Lusíadas*, edição fac-similada distribuída pela publicação *A Revista*, número 7, São Paulo, Takano Editora Gráfica, 2002.
- Candido, Antonio. “A literatura brasileira em 1972”. *Arte em Revista*, ano 1, número 1, São Paulo, CEAC – Centro de Estudos de Arte Contemporânea, janeiro-março 1979.
- Candido, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 3ª ed., 1973.
- Candido, Antonio. *A Educação pela Noite e Outros Ensaios*. São Paulo, Ática, 1987.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo, Edusp/ Imprensa Oficial/ FAPESP, 2002.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Ideias Malditas*. O Deops e as minorias silenciadas. São Paulo, Estação Liberdade, Arquivo do Estado/ SEC, 1997.
- Canfora, Luciano. *Livro e Liberdade*. Tradução: Antonio de Paula Danesi. Rio de Janeiro, Casa da Palavra/ Ateliê Editorial, 2003.
- Caparelli, Sérgio. *Comunicação de Massa sem Massa*. São Paulo, Summus, 3ª ed., 1996.
- Caparelli, Sérgio. *Ditaduras e Indústrias Culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984)*. Porto Alegre, EDUFRGS, 1989.
- Castro, Ruy. *O Anjo Pornográfico. A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo, Cia. das Letras, 13ª reimpressão, 2000.
- Chartier, Roger e Roche, Daniel. “O livro: uma mudança de perspectiva”. In: Le Goff, Jacques e Nora, Pierre. *História. Novos objetos*. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 4ª ed., 1995.
- Conti, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- Costela, Antonio. *O Controle da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro/ Petrópolis, Vozes, 1970
- Cotta, Pery. *Calandra. O Sufoco da Imprensa nos Anos de Chumbo*. RJ, Bertrand Brasil, 1997.
- Coutinho, Afrânio e Souza, J. Galante. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2 volumes, 2001.
- Costa, Cristina. *Censura em cena. Teatro e censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, Imprensa Oficial / FAPESP, 2006.
- Darnton, Robert. *Edição e Sedição. O universo da literatura clandestina no século XVIII*. Tradução: Myruam Campello. São Paulo, Cia das Letras, 1992.
- Darnton, Robert. *O Beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo, Cia das Letras, 1ª reimpressão, 1993.

- Derek Jones (ed.). *Censorship. A World Encyclopedia*. Londres/Chicago, Fitzroy Dearborn Publishers, 4 volumes, 2001.
- Dias, Lucy. *Anos 70: Enquanto Corria a Barca*. São Paulo, Senac, 2003.
- Diderot, Denis. *Lettre sur le Commerce de la Librairie*. Paris, Editions 1001 nuits/ Fayard, 2003.
- Escarpit, Robert. *Le Litteraire et le Social*. Paris, Flammarion, 1960.
- Fernandes, Ismael. *Memória da Telenovela Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 4ª ed., 1997.
- Ferreira, Jerusa Pires (org.). *Editando o Editor. Enio Silveira*. São Paulo, ComArte/ Edusp, 1ª reimpressão, 2003.
- Fico, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 4, n. 47, 2004.
- Fico, Carlos. “‘Prezada censura’; Cartas ao Regime Militar”. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 5, p. 251-286, setembro 2002. Também disponível em: [http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico\\_prezada\\_censura.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico_prezada_censura.pdf).
- Franco, Renato. “Imagens da revolução no romance pós-64” In: Segatto, José Antonio e Baldan, U., *Sociedade e Literatura no Brasil*. São Paulo, Unesp, 1999.
- Galucio, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- Gaspari, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- Gaspari, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- Gaspari, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- Gaspari, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- Green, James. *Além do Carnaval. A homossexualidade no Brasil do século XX*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.
- Guerra, Marco Antônio. *Carlos Queiroz Telles. História e dramaturgia em cena (década de 70)*. São Paulo, Ed. Annablume, 1993.
- Hallewell, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2ª ed., 2005.
- Hollanda, H. B. de, e Gonçalves, M. A.. “Política e literatura: a ficção da realidade brasileira”. Hollanda, Heloisa Buarque de, Gonçalves, Marcos Augusto e Freitas Filho, Armando. *Anos 70. Vol. 2-literatura*. Rio de Janeiro, Ed. Europa, sem data.
- Koeche, André. *Anos 60 – Sexo e Vanguarda*. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1991.
- Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta Ed., 1991.

- Kucinski, Bernardo. "A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar". In: Carneiro, Maria Luiza Tucci Carneiro (org). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo, Edusp/ Imprensa Oficial/ FAPESP, 2002.
- Kushnir, Beatriz. *Cães de Guarda*. São Paulo, Boitempo/ FAPESP, 2004.
- Kuhlmann, M., Kuntzmann, N. e Bellour, H. *Censure et Bibliothèques au XX siècle*. Paris, Cercle de la Librairie, 1989.
- Lima, Fernando Barbosa; Priolli, Gabriel e Machado, Arlindo. *Televisão & vídeo (Coleção Brasil – os anos de autoritarismo)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- Lobo, Narciso. *Ficção e Política. O Brasil nas minisséries*. Manaus, Valer, 2000.
- Machado, Janete Gaspar. *Constantes ficcionais em romances dos anos 70*. Florianópolis, EdUFSC, 1981.
- Marconi, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. São Paulo, Global, 1980.
- Martins, Wilson. *A Palavra Escrita*. São Paulo, Editora Anhembi, 1957.
- Mattos, Sérgio. *Mídia Controlada*. São Paulo, Paulus, 2005.
- Maués, Flamarion. "“Ter simplesmente este livro nas mãos já é um desafio’ Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso”. Revista *Em Questão*, v. 11, n.2. Porto Alegre, julho/dez. 2005.
- Melo, José Marques de. *História Social da Imprensa*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.
- Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1977.
- Nery, João Elias. *Graúna e Rê Bordosa - o humor gráfico brasileiro de 1970 e 1980*. São Paulo, Pulsar/ Terras do Sonhar, 2006.
- Netz, Robert. *Histoire de la Censure dans l'Édition*. Paris, PUF, 1997.
- Novaes, Adauto (org.). *Anos 70. Ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro, Ed. Aeroplano/ SENAC Rio, 2005.
- Otsuka, Edu Teruki. *Marcas da catástrofe. Experiência urbana e indústria cultural em Rubem Fonseca, João Gilberto Noll e Chico Buarque*. São Paulo, Nankin Editorial, 2001.
- Paes, José Paulo. *A aventura literária - ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- Paixão, Fernando (coord.). *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo, Ática, 1995.
- Pellegrini, Tânia. *Gavetas Vazias – Ficção e Política nos anos 70*. São Carlos, São Paulo, EDUFSCar, Mercado de Letras, 1996.

- Pereira, Carlos Alberto Messeder. *Retrato de época. Poesia marginal. Anos 70*. Rio de Janeiro, Funarte, 1981.
- Pereira, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil. 1930-1983*. São Paulo, Brasiliense, 14<sup>a</sup> ed., 1985.
- Reimão, Sandra. *Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo, ComArte, FAPESP, 1996.
- Ridenti, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- Rios, Cassandra. *Censura: Minha Luta Meu Amor*. São Paulo, Global, 1977.
- Ruffato, Luiz. Apresentação a Emediato, Luiz Fernando. *Trevas no Paraíso*. São Paulo, Geração Editorial, 2004, pp. 9 a 17.
- Santiago, Silviano. *Vale Quanto Pesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Schwarz, Lilia M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- Schwarz, Lilia M. (e outros). *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- Schwarz, Roberto. “Cultura e política 1964-1969”. In: *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978. (Nova edição Paz e Terra/ Secretaria de Estado da Cultura, 1992).
- Sevcenko, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil – vol. 3*. São Paulo, Cia das Letras, 1<sup>a</sup> reimpressão, 1998.
- Severiano, Jairo e Homem de Mello, Zuza. *A canção no tempo. 85 anos de músicas brasileiras*. Vol. 2: 1958-1985. Rio de Janeiro, Ed. 34 Letras, 4<sup>a</sup> ed., 2002.
- Silva, Aguinaldo. *Lábios que Beijei*. São Paulo, Siciliano, 2<sup>a</sup> ed., 1992.
- Silva, Carlos Eduardo Lins da. *Muito Além do Jardim Botânico*. São Paulo, Summus, 2<sup>a</sup> ed., 1985.
- Silva, Deonísio da. *Nos Bastidores da Censura. Sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo, Liberdade, 1989.
- Silva, Deonísio da. “Os livros banidos pela Revolução”. Revista *Escrita*. São Paulo, Editora Vertente, número 34, pp. 33 a 36.
- Silva, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo, Fapesp/Annablume, 2008.
- Silverman, Malcolm. *Protesto e o Novo Romance Brasileiro*. Tradução: Carlos Araújo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2<sup>a</sup> ed., 2000.

- Simis, Anita (org.). *Cinema e Televisão Durante a Ditadura militar: depoimentos e reflexões*. Araraquara, UNESP, São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2005.
- Simões, Inimá. *Roteiro da Intolerância*. São Paulo, Ed. Senac/ Ed. Terceiro Nome, 1998.
- Sodré, Muniz. *Reinventando a Cultura*. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.
- Skidmore, Thomas. “Capítulo de uma queda articulada”. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 23/11/2003, D5
- Sussekind, Flora. *Literatura e Vida Nacional*. (Coleção Brasil – os anos de autoritarismo). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.,1985.
- Stephanou, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.
- Ventura, Zuenir. *1968 O Ano Que Não Terminou. A aventura de uma geração*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 17ª ed., 1988.
- Vieira, Luiz Roberto. *Consagrados e Malditos – os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília, EdUnb, 1996.
- Xavier, Ismail. *O olhar e a Cena*. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- Wisnik, José Miguel . “Algumas questões de música e política no Brasil” In: Bosi, A., *Cultura Brasileira. Temas e Situações*. São Paulo, Ática, 1987.
- *Anuário Brasileiro de Mídia 1975/1976*. São Paulo, Ed. Três, 1977.
- Anuário Brasileiro de Mídia 1977/1978*. São Paulo, Ed. Publiform, 1979.
- Cadernos de Literatura Brasileira*. Número 11- Ignácio de Loyola Brandão. São Paulo, Instituto Moreira Salles, junho 2001.
- Censure de la Bible aux Larmes d’Eros*.(Concepção: Martine Poulain e Françoise Serre) Paris, BPI, 1987-----*Dicionário da TV Globo*. Volume 1. Rio de Janeiro,
- Coleção Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995*. São Paulo, Centro Cultural São Paulo, 5 volumes, 1996.
- Jornal O Estado de S. Paulo*, 32/03/2004. Caderno Especial “Março de 64”
- Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Guanabara, Editora Civilização Brasileira, números 1 a 22, 1964 a 1968.
- Revista Communications* n. 9 – La censure et le censurable. Paris, École Pratique des Hautes Études - Centre d’Études des Communications de Masse, 1967.

-----Revista *Isto é* <http://www.terra.com.br/istoegente>, acessado em 28/12/2007.  
Entrevista de Aguinaldo Silva ----- *Pif Paf*, edição fac-similada da coleção *PifPaf* – 40 anos depois. Rio de Janeiro, Argumento, 2005.

-----Revista *Veja* – edição de 26 de dezembro de 1979.

-----Revista *Visão* - edição de 11 de março de 1974.

Chico Buarque, DVD *Bastidores*, RWR Comunicações, 2005.

Programa televisivo *Globo Repórter 40 anos de telenovela*, transmitido pela Rede Globo de Televisão em 1991.

---

### Sobre os artigos

Uma versão de “Ditadura militar e Censura a livros – Brasil, 1964-1985” foi publicada no livro *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*, organizado por Aníbal Bragança e Macia Abreu e publicado pela Editora Unesp, com apoio da Biblioteca Nacional, em 2010.

O artigo “Dois livros censurados: *Feliz ano novo e Zero*” foi publicado, com leves modificações, na revista *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Editora Metodista, v. 50, 2º semestre 2008.

O texto “Aguinaldo Silva, um escritor censurado: o livro *Dez histórias imorais*” saiu impresso na revista *INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, INTERCOM, v. 32, jan./junho 2009.

O artigo “Livro e prisão – o caso *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós” foi publicado, com algumas modificações, na revista *Em Questão*, Porto Alegre, Ed.UFRGS, vol. 15. n.2, 2º semestre 2009.

O artigo “Os contos Mister Curitiba e O Cobrador nos concursos de contos da Revista *Status*” foi publicado com título “Reagindo à censura: criatividade em tempos sombrios. O caso do concurso de contos da Revista *Status*” na *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, USCS, v. 9, jan./junho 2008.

---

## **Créditos das capas reproduzidas:**

*113 Dias de Angústia – Impedimento e morte de um presidente*, Carlos Chagas. Rio de Janeiro, Image, 1970. Capa: não localizamos indicação do capista, 21 x 14 cm.

*4 Cantos de Pavor e Alguns Poemas Desesperados*, Alvaro Alves de Faria. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973. Capa: João Suzuki, 21 x 14 cm.

*A Automação e o Futuro do Homem*, Rose Marie Muraro. Petrópolis, Vozes, 1968. Capa: não localizamos indicação do capista, 23 x 16 cm.

*A Mulher na Construção do Mundo Futuro*, Rose Marie Muraro. Petrópolis, Vozes, 1966. Edição fotografada, 2ª ed., 1971. Capa: João-Lauro, 18 x 13 cm.

*A Revolução Brasileira*, Caio Prado Junior. São Paulo, Brasiliense, 1966. Capa: não localizamos indicação do capista, 23 x 16 cm.

*A Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. Capa: Eunice Duarte, 21 x 14 cm.

*América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica*, José Serra (coordenação) e Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Anibal Pinto, Pedro Vuskovic Bravo, Fernando Fajnzylber, Paulo R. Souza, Victor E. Tokman, Arturo O'Connell, Charles Rollins, Mario la Fuente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Capa: Maria Clara Moraes, 21 x 14 cm.

*Aracelli Meu Amor*, José Louzeiro. Rio de Janeiro, Record, 1981. Edição fotografada: 5ª ed., 1981. Capa: não localizamos indicação do capista, 21 x 14 cm.

*Carniça*, Adelaide Carraro. São Paulo, L. Oren Ed., s/d. Edição fotografada: 4ª ed., s/d. Capa: Mário Décio Capelossi, 21 x 14 cm.

*Classes Médias e Política no Brasil*, J.A. Guilhon Albuquerque (coordenador), Alain Touraine, Braz J. Araújo, Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Velho, M. A. Salvo Coimbra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Capa: Sábat, 21 x 14 cm.

*Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, J. Álvaro Moises, Verena Martinez\_Alier, Francisco de Oliveira, Sergio de Souza. Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1977. Edição fotografada: 2ª ed., 1978. Capa: Telmo Pamplona, 21 x 14 cm.

*Dez Estórias Imorais*, Aguinaldo Silva. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1967. Capa: Augusto Iriarte Gironáz, 17 x 12 cm.

*Diário de André*, Brasigóes Felício. Goiânia, Oriente, 1974. Capa: Laerte Araujo, 21 x 14 cm.

*Dicionário do Palavrão e Termos Afins*, Mario Souto Maior. Recife, Guararapes, s/d. Edição fotografada: 3ª ed., 1980. Capa: Jair Pinto, 23 x 16 cm.

*Em Câmara Lenta*, Renato Tapajós. São Paulo, Alfa-Omega, 1977. Edição fotografada: 2ª ed., 1979. Capa: Moema Cavalcanti, 21 x 14 cm.

*Feliz Ano Novo*, Rubem Fonseca. Rio de Janeiro, Artenova, 1975. Capa: Sálvio Negreiros, 21 x 14 cm.

*História Militar do Brasil*, Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. Edição fotografada: 2ª ed., 1968. Capa: Eugênio Hirsch, 21 x 14 cm.

*Memórias: A Verdade de um Revolucionário*, Olympio Mourão Filho. Porto Alegre, L&PM, 1978. Edição fotografada: 2ª ed., 1978. Capa: Antonio Aliardi/ O Globo, 21 x 14 cm.

*Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina*, J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Capa: Sábat, 21 x 14 cm.

*O Despertar da Revolução Brasileira*, Márcio Moreira Alves. Lisboa, Seara Nova, 1974. Capa: Acácio Santos, 18 x 11 cm.

*O Mundo do Socialismo*, Caio Prado Junior. São Paulo, Brasiliense, 1962. Capa: não localizamos indicação do capista, 21 x 14 cm.

*O Poder Jovem (História da participação política dos estudantes brasileiros)*, Arthur José Poerner. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Capa: Marius Lauritzen Bern, 21 x 14 cm.

*Programa de Saúde (Projetos e temas de higiene e saúde)*, Lídia Rosenberg Aratangy, Sílvio de Almeida Toledo Filho, Oswaldo Frota-Pessoa. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976. Capa: não localizamos indicação do capista, 21 x 14 cm..

*Tessa, A Gata*, Cassandra Rios. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1979. Capa: não localizamos indicação do capista, 21 x 14 cm.

*Torturas e Torturados*, Márcio Moreira Alves. Rio de Janeiro, 2ªed., 1967. Capa: não localizamos indicação do capista, 21 x 14 cm.

*Veneno*, Cassandra Rios. Rio de Janeiro, Ed. Record, 7ª ed.. Capa: não localizamos indicação de data e de capista, 21 x 14 cm.

*Zero - Romance Pré-histórico*, de Ignácio de Loyola Brandão. Rio de Janeiro, Editora Brasília, 1975. Capa: Paulo de Oliveira, 21 x 14 cm.

## ANEXO 1 – Parecer *Feliz Ano Novo*



MINISTÉRIO DA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARECER Nº 594 176

TÍTULO: "FELIZ ANO NOVO"

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: NÃO LIBERAÇÃO

Obra literária

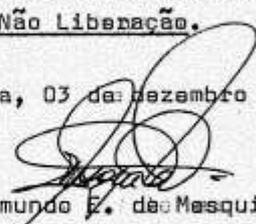
O presente livro de Rubem Fonseca, publicado pela Editora Artenova S.A., estabelecida à Rua Prefeito Olímpio de Melo, número 1774, São Cristóvão - RJ., reunindo vários contos autônomos do referido autor, retrata, em quase sua totalidade, personagens portadores de complexos, vícios e taras, com o objetivo de focar a face obscura da sociedade na prática da delinquência, suborno, latrocínio e homicídio, sem qualquer referência a sanções.

O autor utilizou-se de uma linguagem bastante popular onde a pornografia foi largamente empregada, como pode ser constatado nas 35 páginas assinaladas.

Por outro lado, nas páginas 31, 139 e 141, são feitas rápidas alusões desmerecedoras aos responsáveis pelo destino do Brasil e ao trabalho censório.

Ao nosso ver a presente obra vai de encontro ao que determina o Decreto-Lei nº 1.077, no seu art.º 1º, e, deste modo, opinamos pela Não Liberação.

Brasília, 03 de dezembro de 1976

  
Raymundo E. de Mesquita

*Ai consideração  
do Sr. Dir. da D.E.P.  
Em 06/12/76  
Paulo  
Jovina Tomaz Dink.  
Assistente - D. E. P.*

ANEXO 2 - Parecer *Dez Estórias Imorais*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Departamento de Polícia Federal  
Serviço de Censura de Diversões Públicas

Parecer nº 2207/75

Assunto...: LEITURA DE LIVRO  
Título...: DEZ ESTÓRIAS IMORAIS  
Autor.....: AGUINALDO SILVA  
Editora...: GRÁFICA RECORD EDITORA - Av. Rio Branco 131 - 18ª andar  
RJ

São dez contos de um mesmo autor com assuntos variados, como a vida de prostitutas num bordel, a vida dura nas caatingas com seus retirantes, estória de marinheiros // nos portos do Brasil, etc...

Das dez estórias duas implicam em veto para liberação por conterem matéria imprópria:

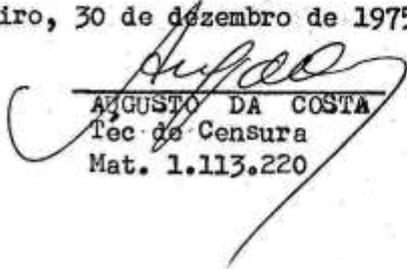
1ª) UM HOMEM, SUA MALDADE, E A MARI NHA NACIONAL: a vida de um marinheiro contada por ele desde sua infância no Ceará, suas provações, sua entrada para a Marinha, suas aventuras com mulheres depravadas e seu envolvimento homossexual com um Capitão de Corveta, inclusive citando o nome do navio onde serviu, Baependí.

2ª) PROCLAMAÇÃO FINAL: um inconformado com a vida, onde é contra tudo e contra todos. Nas suas falas ofende a igreja com críticas mordazes e indecentes sobre monges e padres, assim como ao tomar a hóstia lhe deu enjôo, sendo obrigado a vomitar. Além do mais, ofensa aos militares em geral, chamando-os de estúpidos.

Em razão do exposto sou de opinião s.m.j., que sejam proibidas a publicação e exteriorização do livro examinado, por conter o mesmo em seu teor matéria infringente da proibição constante do art. 1º de Dec. Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, além dos outros assuntos mencionados.

É o meu parecer.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1975.

  
AUGUSTO DA COSTA  
Téc. de Censura  
Mat. 1.113.220

### ANEXO 3 – Parecer de *A Paranoica*



MINISTERIO DA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARECER Nº 00073 / 78

TÍTULO: " A PARANÓICA "

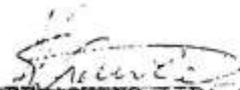
CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: Pela PROIBIÇÃO

Data, Goiânia, 27 de dezembro de 1978.

- 1-Título do livro: "A PARANÓICA"
- 2-Nome de autor: Cassandra Rios
- 3-Editora: Global Edit. e Dist. Ltda.
- 4-Enderêço: Rua José Antonio Coelho 814 - SP.
- 5-Ano de publicação: 1976

RESUMO: Ariella, jovem de dezesseis anos, é a paranóica. Pelo menos esta foi a definição da autora. Filha do Dr. Rodrigo e de D. Helena; irmã de Alfonso e Clécio. Ao descobrir que era filha adotiva, do referido casal, ela usa de todos os meios/para desvendar os mistérios que envolviam as suas origens. Entrega-se sexualmente, e de forma ridícula, ao pai e aos irmãos (adotivos), joga uns contra os outros para que a verdade aparecesse. Desenvolve os seus instintos e põe em prática o homossexualismo feminino com Mercedes, noiva de Alfonso.

PARECER: Ariella vai além da Paranoia, as descrições dos atos sexuais são feitas nos seus mínimos detalhes, há homossexualismo, violência e o conteúdo do livro é deprimente. Com base no art. 1º do Decreto - Lei 1.077/70, sugerimos a sua PROIBIÇÃO.

  
SILAS DE AQUINO LIRA GOUVEIA  
Técnico de Censura.

DPF-742

#### **ANEXO 4 -Lista de livros de autores brasileiros censurados (1964-1985)**

**Fontes principais:** acervo DCDP/ Arquivo Nacional e livro *Nos bastidores da censura*, de Deonísio da Silva.

#### **Livros de ficção**

- *Dez histórias imorais*, Aguinaldo Silva. Rio de Janeiro, Gráfica Record Ed., 1967.\*
- *Zero - romance pré-histórico*, Ignácio de Loyola Brandão. Rio de Janeiro, Ed. Brasília, 1975.
- *Feliz Ano Novo*, Rubem Fonseca. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.\*
- *Em câmara lenta*, Renato Tapajós. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- *Diário de André*, Brasigóes Felício. Goiânia, Oriente, 1974.\*
- *4 cantos de pavor e alguns poemas desesperados*, Alvaro Alves de Faria. São Paulo, Alfa-Omega, 1973.\*, \*\*
- *Aracelli meu amor*, José Louzeiro. Rio de Janeiro, Record, 1981.\*\*

#### **Peças de teatro de autores nacionais censuradas para publicação em livro**

- *A farsa do bode expiatório*, Luiz Maranhão Filho. Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Teatro SNT. \*
- *Abajur lilás*, Plínio Marcos. (edição vetada, São Paulo, Global)
- *Barrela*, Plínio Marcos.
- *Canteiro de obras*, Pedro Porfírio.
- *O sótão e o rés do chão ou Soninha toda pura*, José Ildemar Ferreira. Rio de Janeiro, SNT.\*
- *Lei é lei e está acabado*, Nazareno Tourinho (vetado em 1971; 1ª ed.—1984)
- *Maria da Ponte*, Guilherme Figueredo.
- *O belo burguês*, Pedro Porfírio.
- *O casamento*, Nelson Rodrigues (vetado de 15.10.66 a abril de 1967)
- *Papa Highirte*, Oduvaldo Vianna. Rio de Janeiro, SNT.\*
- *Pavana para um macaco defunto*, Antônio Galvão Naclério Novaes. Rio de Janeiro, SNT.\*
- *Quarto de empregada*, Roberto Freire.
- *Rasga coração*, Oduvaldo Viana Filho.

**ANEXO 4 -Lista de livros de autores brasileiros censurados (1964-1985)-**  
**continuação**  
**Livros de não ficção**

- *113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente*, Carlos Chagas. Rio de Janeiro, Image, 1970
- *A automação e o futuro do homem*, Rose Marie Muraro. Petrópolis, Vozes, 1968.
- *A mulher na construção do mundo futuro*, Rose Marie Muraro. Petrópolis, Vozes, 1966.
- *A ditadura dos cartéis*, Kurt Rudolf Mirow. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- *A Revolução brasileira*, Caio Prado Junior. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- *A Universidade necessária*, Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- *América Latina: ensaios de interpretação econômica*, José Serra (coordenação) e Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Anibal Pinto, Pedro Vuskovic Bravo, Fernando Fajnzylber, Paulo R. Souza, Victor E. Tokman, Arturo O' Connell, Charles Rollins, Mario la Fuente. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- *Autoritarismo e democratização*. Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- *Classes médias e política no Brasil*, J.A. Guilhon Albuquerque (coordenador), Alain Touraine, Braz J. Araújo, Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Velho, M. A. Salvo Coimbra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- *Contradições urbanas e movimentos sociais*, J. Álvaro Moises, Verena Martinez\_Alier, Francisco de Oliveira, Sergio de Souza. Rio de Janeiro, Paz e Terra, CEDEC, 1977.
- *Dicionário de palavras e termos afins*, Mario Souto Maior. Recife, Guararapes, 1980.
- *E.U.A. Civilização Empacotada*. Mauro Almeida. São Paulo, Ed. Fulgor, 1961.
- *História militar do Brasil*, Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- *Memórias: A verdade de um revolucionário*. Olympio Mourão Filho. Porto Alegre, L&PM, 1978.
- *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*, J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- *O despertar da Revolução Brasileira*, Márcio Moreira Alves. Lisboa, Seara Nova, 1974.
- *O gênio nacional da história do Brasil*. Roberto Sisson, Rio de Janeiro, Ed. Unidade, 1966.
- *O mundo do socialismo*, Caio Prado Junior. São Paulo, Brasiliense, 1962.
- *O Poder Jovem* (História da participação política dos estudantes brasileiros), Arthur José Poerner. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- *Programa de Saúde* (Projetos e temas de higiene e saúde), Lídia Rosenberg Aratanga, Silvio de Almeida Toledo Filho, Oswaldo Frota-Pessoa. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.\*
- *Torturas e torturados*, Márcio Moreira Alves. Rio de Janeiro, s/ed., 1967.
- *(Basta Bastardos*, Helio de Almeida. \*, \*\*)  
    \*há parecer no Arquivo Nacional.  
    \*\*ver capítulo I.

**ANEXO 4 -Lista de livros de autores brasileiros censurados (1964-1985)**  
**continuação**

**Livros eróticos/pornográficos**  
**(principais autores)**

Cassandra Rios. *Breve história de Fábila, A borboleta branca, Copacabana Posto Seis, Georgette, Maçaria, Marcella, Uma mulher diferente, Nicoleta Ninfeta, A paranóia, , O prazer de pecar, A sarjeta, A serpente e a flor, Tara, Tentação sexual, Tessa a gata, As traças, Veneno, Volúpia do pecado.*

Adelaide Carraro: *Os amantes, Asco-Sexo em troca de fama, Carniça, O castrado, O Comitê, De prostituta a primeira dama, Escuridão, Falência das elites, Mulher livre, Podridão, Os padres também amam, Submundo da sociedade, A verdadeira história de um assassino.*

Dr. G. Pop.: *Astúcia sexual, As bruxas estão soltas, Cidinha a insaciável, A coisa incrível, As coisas amargas da doce vida, Contrabandistas de escravas A menina cor de rosa, Duas flores do sexo, A filha de ninguém, Graziela amava e ...matava, O homem que desafiou o diabo, Loira vestida de branco, Horas tardias, Kukla, a boneca, As lágrimas das virgens, O louco, Quando o diabo se diverte, Sensação em Portugal, As trigêmeas, Vida e sexo, Vida amorosa de um médico.*

Brigitte Bijou: *Amor a três, Caminhos eróticos, A chinesinha, Chinesinha erótica, Clube dos prazeres, Duelo entre duas mulheres, Em busca da aventura, A garota cobiçada, Garotas em apuros, A inocente, O padre feroso de Boulange, Play sexy, Prazer sem pecado, Vamos querida, Na voragem do êxtase.*

Márcia Fagundes Varela: *Dois corpos em delírio, Mulher pecado, Mulheres de ninguém, Noviça erótica, O preço de Marta, Sexo super consumo.*